

**ELSI DO ROCIO CARDOSO ALANO**

**ESPAÇO RURAL E SUAS POSSIBILIDADES EMPREENDEDORAS:  
O Assentamento Nhundiaquara no Litoral Paranaense**

**CURITIBA  
2008**

**ELSI DO ROCIO CARDOSO ALANO**

**ESPAÇO RURAL E SUAS POSSIBILIDADES EMPREENDEDORAS:  
O Assentamento Nhundiaquara no Litoral Paranaense**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Agronomia, área de concentração em Produção Vegetal, Linha de Pesquisa Desenvolvimento Rural Sustentável, do Setor de Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Zanette

Co-Orientadores: Prof. Dr. Valdo José Cavallet

Prof. Dr. Edimilson César Paglia

**CURITIBA  
2008**

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Alaide e Antonio Joaquim Cardoso, pelo apoio e incentivo em todas as minhas decisões.

Aos meus filhos Renan e Jéssica, pelo diálogo constante e amor incondicional.

Ao Ademilson, pela compreensão e companheirismo.

À comunidade Pantanal, pela perseverança.

## AGRADECIMENTOS

Às minhas irmãs Neide, Noeli, Nanci e Nilce, verdadeiras amigas;

aos demais familiares que de forma indireta acompanharam esta trajetória;

ao Prof. Dr. Flávio Zanette, pelo carinho, sabedoria e dignidade;

ao Prof. Dr. Valdo José Cavallet, pela amizade e por acreditar que fosse possível;

ao Prof. Dr. Edmilson Paglia, incentivo;

à Profª Drª Nilce Nazareno da Fonte, pelo esclarecimento metodológico;

ao Prof. Diomar Quadros, pelo apoio nos momentos precisos;

à Profª Cristiane Rocha Silva, pelas contribuições;

ao Ricardo Borsatto, pelas sugestões;

à EMATER - Morretes e Paranaguá-PR, INCRA e IAP, pela receptividade;

aos membros do Instituto Agroecológico, pela atenção;

à Lucimara, pelas informações e atendimento na Pós-Graduação;

aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Agronomia, pelas contribuições para o meu aprendizado;

aos Professores e Servidores Técnico-administrativos da UFPR Litoral, pelo carinho;

aos amigos e amigas que sempre se fizeram presentes;

em especial, à Deus por permitir todos estes encontros na minha vida.

“Deficiente é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono de seu destino.”

Mário  
Quintana

## RESUMO

O espaço rural contempla uma série de fatores, compreendidos nas questões sociais, políticas, ambientais e econômicas. Diante das novas tendências de produção e mercado, o empreendedorismo passa a ser uma possibilidade para o desenvolvimento do trabalho nas diversas atividades que o espaço agrário proporciona. Há uma grande necessidade de analisar as questões que envolvem a educação e o trabalho nos assentamentos. Neste contexto, delimita-se a pesquisa com as famílias do Assentamento Nhundiaquara – Gleba Pantanal, no litoral paranaense, com objetivo de analisar o espaço rural e suas possibilidades empreendedoras. Parte-se do pressuposto de que a problemática existente evidencia-se nas competências produtivas, organizacionais e na ausência de interação da agricultura familiar com as demais atividades desenvolvidas, a pluriatividade. O presente estudo visa conhecer a situação local da agricultura, os arranjos produtivos locais, o papel desempenhado pelas famílias, seus desafios e suas potencialidades, considerando as histórias de vida e expectativas destas famílias. Pretende-se estabelecer relações com o empreendedorismo associadas a gestão de produtividade, qualidade, gestão social e cooperativismo, para a geração de renda e desenvolvimento local. Busca-se identificar as questões de infra-estrutura que lhes é proporcionada e/ou estabelecida e a existência de recursos naturais. Verifica-se a composição e divisão do trabalho por atividade, tendo como base de análise as ações empreendedoras, alicerçadas no desenvolvimento sustentável. A metodologia utilizada foi, pesquisa qualitativa para a qual se realizou a análise documental, o levantamento de dados bibliográficos e a pesquisa de campo com entrevistas semi-estruturadas, considerando suas histórias de vida. Foram 11 (onze) famílias pesquisadas, as quais compreendem um total de 35 pessoas, em que foi possível trazer como resultado as seguintes afirmações: as tarefas e atividades são exercidas pelas próprias famílias; suas produções se destinam ao consumo e ao mercado, desenvolvem atividades de agricultura, pecuária, artesanato. Também foi possível perceber a realidade de alguns fatores socioeconômicos destas famílias. O presente estudo pautou-se na perspectiva de ter uma relevância social, tanto para a comunidade como para a sociedade. O grau de importância para a comunidade científica é bastante vasto; pois o fato de não haver insipiência de pesquisas nesta localidade, há uma diversidade de linhas de pesquisas que podem ser delineadas a partir do presente estudo.

Palavras-chave: assentamento, ações empreendedoras, agricultura familiar, pluriatividade.

## **ABSTRACT**

The rural ground covers a range of factors included in social, political, environmental and economical aspects. In front of the new tendencies of production and market, enterprise becomes a possibility to develop work in the different activities the rural ground provides. There is a great necessity to analyze the matters which involve education and work in the settlements. This context, delimits the research with the families at Nhundiaquara Settlement – Pantanal Turf, at the seashore of Paraná, the object is to examine the rural ground and its enterprising possibilities. Presumably, the existing problems become evident in the productive and organizational areas and in the lack of interaction between the family agriculture and the other performed activities, the pluriactivity. This study has the purpose to know the local agriculture condition, the local productive arrangements, the part played by the families, their challenges and their potentialities, considering these families life history and expectations. It is intended to establish relations with the enterprise associated with the productivity management, quality, social management and cooperativism, for the making of profit and local development. What is sought is to identify the infrastructure aspects, which is given and/or settled and the existence of natural resources. The composition and division of labor by activity is verified, taking as analysis base the enterprising actions, founded on the sustainable development. The methodology used was, qualitative research for which a documental analysis was conducted, bibliographic data survey and the field research with semi-structured interviews, considering their life history. There were 11 (eleven) interviewed families, with 35 (thirty-five) people in all, and it was possible to achieve as results the following affirmations: the tasks and activities are done by the families themselves; their productions are intended for the consumption and market; they develop activities in agriculture, livestock and crafts. It was also possible to notice the reality of some of these families' socioeconomic factors. This study was guided in perspective of having a social relevance, both for the community and the society. The importance level for the scientific community is fairly wide, for there is no ignorance of researches in this locality, there is a diversity of research lines, that can be traced from this study.

Key- words: settlement, enterprising actions, family agriculture, pluriactivity

## LISTA DE SIGLAS

CONCRAB	- Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
EMATER	- Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FASE	- Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTEL	- Movimento de Agricultores Sem Terras do Litoral
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	- Movimento dos Sem terra
PPI	- Projeto Político Institucional
PPP	- Projeto Político Pedagógico
PROCERA	- Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PROEJA	- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SBCS	- Sistema Brasileiro de Classificação de Solos
SEAB	- Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNICAFES	- União de Cooperativas de Reforma Agrária e Economia Solidária



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	– MAPA DO LITORAL PARANAENSE SITUANDO A REGIÃO DE MORRETES .....	23
QUADRO 1	– CENSO 2007- RESULTADOS PRELIMINARES – MORRETES-PR .....	68
FIGURA 2	– USINA DE AÇÚCAR– ÁREA DESTINADA PARA O PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA: ASSENTAMENTO NHUNDIAQUARA – MUNICÍPIO DE MORRETES-PR .....	71
FIGURA 3	– ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES .....	73
FIGURA 4	– REUNIÃO NA ASSOCIAÇÃO PROSPERIDADE – SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA .....	74
FIGURA 5	– VIVÊNCIAS: IAPAR E PROPRIEDADES DE PRODUTORES DE MORRETES .....	75
QUADRO 2	– FAIXA ETÁRIA E GÊNERO DOS MEMBROS QUE COMPÕEM AS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS.....	76
FIGURA 6	– LOCAL DE TRABALHO .....	77
FIGURA 7	– LOCAL DE RESIDÊNCIA (Nº DE PESSOAS). .....	78
FIGURA 8	– ESCOLARIDADE .....	79
FIGURA 9	– ACESSO À SERVIÇOS TÉCNICOS E DE SAÚDE POR FAMÍLIA .....	79
FIGURA 10	– POSTO DE SAÚDE E MORADIAS: CONSTRUÇÃO DAS CASAS DOS ASSENTADOS DO NHUNDIAQUARA DA GLEBA PANTANAL- MORRETES-PR .....	80
QUADRO 3	– CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE PRODUÇÃO E SUAS FINALIDADES .....	81
FIGURA 11	– PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS NO ASSENTAMENTO NUNDIAQUARA – GELBA PANTANAL MORRETES-PR .....	82
FIGURA 12	– PISCICULTURA - ALTERNATIVA DE ALGUMAS FAMÍLIAS PESQUISADAS NA GLEBA PANTANAL – ASSENTAMENTO NHUNDIAQUARA – MORRETES-PR .....	83
FIGURA 13	– PRODUÇÃO ARTESANAL DE ALGUMAS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS NA GLEBA PANTANAL DO ASSENTAMENTO NHUNDIAQUARA EM MORRETES-PR .....	84
QUADRO 4	– EXPECTATIVAS EMPREENDEDORAS E COOPERATIVISMO .....	85
QUADRO 5	– ANÁLISE DAFO DE AVALIAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO ..	87
FIGURA 14	– ANÁLISE DAFO .....	88

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2 UMA REFLEXÃO VOLTADA PARA A COMPREENSÃO DA MINHA HISTÓRIA DE VIDA E A MINHA TRAJETÓRIA ATÉ O PRESENTE</b>	
<b>ESTUDO</b>	13
2.1 FRAGMENTOS DE MINHA HISTÓRIA DE VIDA	13
2.2 A UFPR E A MINHA VIDA	14
2.3 SER EDUCADOR: O PENSAR E O AGIR	16
2.4 EXPERIÊNCIAS COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA E O CAMINHO PARA O MESTRADO	17
<b>3 METODOLOGIA</b>	20
3.1 EMPREENDER COM EDUCAÇÃO RUMO AO DESENVOLVIMENTO NO ASSENTAMENTO NHUNDIAQUARA	20
3.2 AS ENTREVISTAS: UM UNIVERSO DE SONHOS E REALIDADES	23
3.2.1 Eixos condutores para a construção do roteiro das entrevistas	25
3.2.2 Aplicação das Entrevistas: a dimensão de uma realidade e seus atores	25
<b>4 REVISÃO DA LITERATURA</b>	27
4.1 EDUCAÇÃO – A PROPOSTA DO SETOR LITORAL DA UFPR	27
4.1.1 Projeto Político Pedagógico: um horizonte para a reflexão coletiva	28
4.1.2 Construção do Projeto Pedagógico: o repensar, o agir e sua intencionalidade	30
4.1.3 Trabalho por Projetos: um processo de aprendizagem por protagonismo	33
4.1.4 O Papel da Universidade no Desenvolvimento Local	36
4.1.5 Universidade e Inovação: O Curso de Gestão e Empreendedorismo da UFPR	37
4.2 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – DRS	39
4.2.1 Assentamento e Desenvolvimento	42
4.3 AGRICULTURA BRASILEIRA: UMA BREVE INTRODUÇÃO	43
4.3.1 A Questão Ambiental: uma mostra de quem se preocupa com a natureza	43
4.3.2 A Questão Social: um Olhar de quem se Preocupa com a Comunidade Rural	44
4.4 AGRICULTURA FAMILIAR: UMA LUZ QUE NÃO SE APAGA	45
4.4.1 Organização Nacional da Agricultura Familiar na Década de 1990	47
4.4.2 A Agricultura Familiar como Opção de Desenvolvimento	49
4.5 PLURIATIVIDADE: COMPLEXIDADE DO MEIO AGRÁRIO	51
4.5.1 Possibilidades Empreendedoras: facilitando caminhos	51
4.5.1.1 O viés empreendedor no meio rural: autonomia para a sustentabilidade	53
4.5.2 A Agroecologia como Ensino Superior: o Desencadear para uma Transformação necessária diante da construção do PPP do Setor Litoral	56
4.5.3 Perspectiva para a Possibilidade do PROEJA em Agroecologia	60
4.6 COOPERATIVISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR	62
4.6.1 A Produção Artesanal e seu Devido Valor	64
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	65
5.1 A REGIÃO DE MORRETES	65

5.2 OS AGRICULTORES FAMILIARES DO LITORAL PARANAENSE .....	66
5.2.1 Os Agricultores de Morretes .....	66
5.3 A LINHA DE PESQUISA: DESENVOLVIMENTO RURAL	
SUSTENTÁVEL .....	68
5.4 O ASSENTAMENTO NHUNDIAQUARA .....	70
5.4.1 História da área da Gleba Pantanal .....	71
5.4.2 A Associação Prosperidade da Comunidade Pantanal .....	71
5.5 MOMENTOS IMPORTANTES DA PESQUISA DE CAMPO .....	73
5.6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS .....	75
5.6.1 Composição Familiar, Educação e Serviços Técnicos .....	76
5.6.2 Atividade dos Entrevistados – A Produção e a Comercialização .....	81
5.6.3 Visão Empreendedora e as Ações Cooperativistas .....	84
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES .....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>93</b>
<b>ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO.....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXO 2 – MAPA DO ASSENTAMENTO NHUNDIAQUARA – GLEBA</b>	
<b>    PANTANAL .....</b>	<b>101</b>
<b>ANEXO 3 – ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PROSPERIDADE DA</b>	
<b>    COMUNIDADE PANTANAL NO MUNICÍPIO DE MORRETES – ESTADO</b>	
<b>    DO PARANÁ.....</b>	<b>102</b>
<b>ANEXO 4 – PORTARIA CONJUNTA MDA E INCRA .....</b>	<b>107</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Conforme a percepção geral e de diversos especialistas no assunto, há uma grande necessidade de se analisar as questões que envolvem a educação e o processo de trabalho nos assentamentos. Estes dois pilares de sustentação para o desenvolvimento das famílias assentadas emergem da necessidade mais globalizada que atingem desde o desenvolvimento humano até o desenvolvimento sustentável. Este entendimento passa pela compreensão de que o Desenvolvimento Rural Sustentável é o eixo norteador para tratar as multidimensões que incidem diretamente nas diferentes classes sociais.

Assim, considerando estes pilares, há que se refletir sobre as mudanças no que concerne as questões culturais geradas a partir das práticas desenvolvidas.

Atualmente, tem se observado uma tendência a adoção de sistemas econômicos ancorados em pequenos negócios altamente produtivos. O ressurgimento do espírito empreendedor é um dos movimentos mais importantes da história recente, e se consolida nas ações empreendedoras que viabilizam que os trabalhadores introduzam produtos e serviços inovadores, ampliando assim, as fronteiras tecnológicas e criando novas formas de trabalho abertos a novos mercados locais e globais.

O empreendedorismo passa a ser grande fonte para se fomentar agentes nas diversas atividades que o espaço agrário proporciona, que se soma às questões que envolvem, desde a sobrevivência das pessoas que vivem nesse espaço até a produtividade, a rentabilidade e a competitividade que possam ser geradas pelas famílias rurais.

O Curso de Gestão e Empreendedorismo, do Setor Litoral da UFPR, criado no ano de 2006, além de propiciar espaços de produção de conhecimento e de reflexão entre os discentes, docentes e comunidade, tem em sua concepção o reconhecimento de que as atuais condições de vida como: desemprego e desigualdade, degradação e riscos ambientais, padrões insustentáveis de consumo, entre outras, colocam diversos desafios e impõem a necessidade de busca e implementação de alternativas que promovam a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Neste contexto, delineou-se a pesquisa com as famílias do assentamento Nhundiaquara – Gleba Pantanal, no litoral paranaense, foco do presente estudo, com objetivo de analisar o espaço rural e suas possibilidades empreendedoras.

Parte-se do pressuposto de que a problemática existente evidencia-se nas competências produtivas, organizacionais e na ausência de interação da agricultura familiar com as demais atividades desenvolvidas nesta Gleba.

O que há de novo na comunidade Gleba Pantanal é não ter sido estudada ainda por instituições e/ou organizações que tenham como objetivo central da pesquisa contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.

Com o presente estudo, pretende-se conhecer a situação local em que encontra-se a agricultura (arranjos produtivos locais e gestão de recursos comuns), o papel desempenhado pela família nesse contexto, seus desafios e suas potencialidades, na perspectiva de fortalecer as capacidades empreendedoras e a agricultura local, considerando as histórias de vida e expectativas destes assentados.

Concomitantemente, pretende-se analisar as ações desenvolvidas no que diz respeito às iniciativas no sentido de apresentar sugestões de ações que possam reverter em benefícios para a coletividade de forma mais cooperada. Explorar as vertentes empreendedoras e estabelecer relações com o empreendedorismo associadas a gestão de produtividade e qualidade, gestão social e cooperativismo, para a geração de renda e desenvolvimento da economia local.

O presente projeto de pesquisa constitui o Projeto de Ação Docente da pesquisadora, o qual está inserido no contexto do Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Face ao exposto, a escolha pelo município de Morretes, localizado no litoral paranaense, configura-se como um grande laboratório de estudo nos aspectos: homem/natureza. Pode-se dizer que é uma região instigadora, por ser ela mesma composta por uma diversidade cultural, humana e biológica, portanto, cheia de vida – no mais profundo significado da palavra.

## **2 UMA REFLEXÃO VOLTADA PARA A COMPREENSÃO DA MINHA HISTÓRIA DE VIDA E A MINHA TRAJETÓRIA ATÉ O PRESENTE ESTUDO**

### **2.1 FRAGMENTOS DE MINHA HISTÓRIA DE VIDA**

Meus pais foram e são pessoas que sempre lutaram na perspectiva de conseguir uma educação melhor para as filhas. Hoje reaplicam a forma de educar, com maior experiência de vida, aos seus netos e netas que convivem mais próximos, sempre procurando enfatizar que o futuro é consequência do passado e da vida presente.

Minha mãe, filha de descendentes de italianos, uma mulher forte, perseverante e corajosa, desde sua infância, foi colocada em prova para superar grandes desafios – a ela foi delegada a responsabilidade de auxiliar na criação de seus irmãos. Nascida em Curitiba, porém com grande parte de sua família estabelecida em Campo Largo. Meu pai, baiano, descendente de português, com sua educação rigorosa, conseguiu transmitir muitos valores e princípios que permeiam minha construção de vida até os dias de hoje. Homem bastante pró-ativo e decidido, o qual veio para o Paraná muito cedo.

Nasci na cidade de Curitiba e tenho quatro irmãs maravilhosas. Aprendemos a compartilhar e a conviver com nossas diferenças, sempre fomos muito unidas. Temos como referência religiosa nossos pais que nos ensinaram e nos ensinam muito.

Meu pai serviu no exército e, depois, entrou para a Polícia Militar, fato este que mudou significativamente o rumo de nossas vidas e contribuiu para que não fôssemos apenas curitibanas, mas paranaenses com muito orgulho. Agregamos valores em nossas estadas em muitas cidades do Paraná, seja por moradia em algumas delas, seja por visitas aos novos amigos e ao nosso pai que percorreu várias cidades durante um período de sua vida.

Minha mãe, sempre caridosa, exerceu seu voluntariado com muita dedicação, vindo a trabalhar, inclusive em um posto de saúde em uma das cidades que residimos. E foi com este cuidado ao próximo, prática constante nas ações de meus pais, que me constitui como pessoa.

Nesta trajetória de mudanças constantes, enfrentamos muitos desafios, porém tornavam-se pequenos quando, nós irmãs, nos apoiávamos umas nas outras.

Sabíamos que iríamos para o desconhecido, mas confiantes na decisão de nossos pais, os quais conseguiam transmitir segurança mesmo quando de fato elas não existiam.

Vivi parte de minha infância em cidades do interior do Paraná. Conheci uma diversidade enorme de pessoas. As brincadeiras mais simples foram as experiências mais marcantes em minha vida. Adquiri alguns hábitos e costumes neste período, como o café, o qual torrávamos e moíamos em casa; era tudo muito artesanal.

O mesmo lugar, as mesmas paradas para se alimentar, os grandes amigos que fez, os mesmos horários do dia, eram rotinas que identificavam o perfil de meu pai e caracterizava, por assim dizer, o cotidiano de nossa família.

Foi em Curitiba que conheci o meu companheiro, pessoa que mantém comigo a cumplicidade de uma nova construção com muita amizade e respeito e que soube ter a paciência necessária para o convívio a dois. Temos dois filhos maravilhosos, Jéssica e Renan, sou muito apaixonada por eles e aprendo cada vez mais junto aos dois, os quais me ensinam muito a cada dia, de uma forma muito peculiar, porém cada um a sua maneira.

Tenho a certeza e a confiança de que minhas atitudes para com eles têm um grau elevado em seus processos educativos e tento orientá-los sempre, na certeza de estar contribuindo para suas vidas.

Encontro-me hoje num momento de muitas mudanças comigo mesma, construção de novos conhecimentos, agregação de novos valores, numa interiorização maior; conhecendo-me e reconhecendo mais do que em tempos passados.

## 2.2 A UFPR E A MINHA TRAJETÓRIA

Ao estudar no Colégio Estadual do Paraná, mantive, durante três anos, um trajeto que passava em frente ao prédio Central da UFPR. Naquele período tinha aquele prédio como signficante para meu ingresso em um curso superior e sempre comentava com a minha irmã Nanci que um dia subiria aquelas escadas. Mal sabia eu que subiria por muito mais tempo que imaginei, pois foi o local em que ingressei na UFPR, não como estudante, mas como servidora pública na carreira técnico-administrativa, no ano de 1991. Também foi neste local em que encerrei minha

carreira técnica, no ano de 2006. Apesar de ter trabalhado em diversas instâncias da Instituição, em outros *campi*, o início e o final de uma carreira aconteceu no mesmo local: Prédio Central da UFPR.

Sinto-me feliz e gratificada por ter exercido meu papel de servidora técnica, que sempre contemplo com um grau elevado de satisfação, pois pessoas maravilhosas passaram por mim e me influenciaram significativamente para que eu fosse em busca de uma maior realização pessoal e profissional. Foi o começo e final de uma carreira para um novo começo.

Ter experimentado a UFPR enquanto servidora técnico-administrativa foi extremamente válido, pois paralelamente pude me preparar e me construir na formação docente, o que me deu muita base para enfrentar os novos desafios.

Após minha aprovação no concurso para docente, no ano de 2005, a qual foi comemorada e partilhada com todos que torciam por mim, não foi difícil minha tomada de decisão; pois era a concretização de um sonho já muito sonhado. Porém, o grande desafio era deixar parte da família em Curitiba e passar maior parte do tempo no litoral do Paraná para desenvolver minhas atividades no Setor Litoral da UFPR.

Não medi esforços para contribuir com a nova proposta pedagógica que se desenhava nos cursos ofertados neste novo *campus*. Acredito na mudança para que realmente se faça obter o ensino-aprendizagem e compreendo o comprometimento necessário para que se alcance o objetivo para uma educação consciente e de fato.

Trabalhei durante 15 (quinze) anos com a educação, em situações de interfaces com os professores e dirigentes da UFPR, além da contribuição educacional da vida que é educar os próprios filhos. Estes sim me ensinaram e me ensinam muito, pois educar é um grande aprendizado.

A recente mudança em minha vida trouxe algo de muito bom, que é uma constante reflexão sobre cada ação tomada, sobre cada desafio superado, sobre cada momento de tristeza e sobre os muitos momentos de alegrias que tive e tenho.

Quanto ao processo de minha escolha profissional, deve-se a um desejo interior, o qual foi desvelado na medida em que fui me constituindo como pessoa e, sem dúvidas, às contribuições e incentivos que tive das pessoas que se aproximaram de mim, as quais conseguiram me incentivar para que eu retomasse meus estudos em busca de uma realização pessoal e profissional.



Neste retomar aos estudos, o papel de meus pais foi muito importante.

Quando ingressei no serviço público, percebi uma outra realidade, muito diferente da qual eu estava acostumada, ou melhor, o que todos percebem diante de uma empresa pública e uma privada, em um olhar muito superficial, pois por traz da falta de infra-estrutura adequada, salário menor, e tantos outros, existe algo que nos faz estar aqui, algo que vai além do material e nos move a desempenhar um papel voltado para a sociedade.

Ser servidora pública é desafiador, porém instiga, no mesmo tempo que decepciona. O que me impulsiona a buscar atingir o propósito de uma cidadã, com o compromisso social de estar compondo um quadro de profissionais que tem como missão atender a sociedade.

Assim, me constituo como profissional, como servidora pública, como educadora, enfim como ser humano diante das diversas situações que a vida nos proporciona, sejam elas boas ou ruins.

## 2.3 SER EDUCADOR: O PENSAR E O AGIR

Ao cursar a disciplina de Docência Superior, em momento extremamente oportuno, foi importante para avaliar e reavaliar as questões que permeiam a formação docente. O que me fez rever com mais clareza a educação básica e a forma como se constroem os possíveis futuros educadores.

Perceber esta relação foi um grande aprendizado para mim, contudo, o significado se intensificou e se ampliou quando me deparei com a nova proposta pedagógica do Setor Litoral da UFPR.

A Teoria Dialética do Conhecimento, aponta para a síntese do conhecimento, em que o estudante “tendo percorrido as etapas anteriores de aproximação e análise do objeto de conhecimento, deve ter oportunidade de sistematizar o conhecimento que vem adquirindo e expressá-lo concretamente, seja de forma oral, gestual, gráfica/escrita ou prática” (VASCONCELLOS 1995, p. 39).

Contudo, o método dialogado, utilizado para nos diversos âmbitos da educação, possibilita melhor exploração no campo educacional, em que a teoria e prática possam ser avaliadas e reavaliadas constantemente.

Considerar a troca existente na relação professor/aluno, é um fator que merece maior atenção, pois estabelece confiança entre as partes, e, é nessa troca que se pode atingir o aprendizado.

Assim, ser educador, exige uma constante reflexão a respeito das ações humanas. A docência não fica restrita a construir o conhecimento em conjunto com os alunos e no contexto educacional, ela vai muito mais além, ultrapassa fronteiras.

A preocupação que se deve ter com cada aluno que se tem contato, desperta um olhar mais lapidado, pois requer um auto-conhecimento para que realmente se possa reconhecer no outro e perceber que o ser humano é um ser em desenvolvimento constante.

Este cuidado com o outro, que se pode obter através da relação professor/aluno, como também o auto-cuidado é que viabilizam formas de se obter o ensino-aprendizagem.

Uma das questões que ressalto, e que aprendi, é perceber os diversos tempos existentes em cada pessoa, avaliando constantemente o meu tempo, para poder administrá-lo conjuntamente.

Pensar ou refletir sobre estas questões, faz com que eu diminua as frustrações que possam advir desta relação professor/aluno em que cada tempo dos acontecimentos serve para buscarmos, talvez, um significado maior para o momento em que aquilo está acontecendo ou vivendo.

## 2.4 EXPERIÊNCIAS COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA E O CAMINHO PARA O MESTRADO

Fui aluna da educação pública desde o Ensino Fundamental até a Pós-Graduação e durante a educação básica passei por diversos processos, os quais sempre foram muito diversos.

Sou graduada em Letras, especialista em Administração e agora me encontro em fase final de Mestrado na linha de Pesquisa Desenvolvimento Rural Sustentável, todos cursados na Universidade Federal do Paraná.

Em 2004, participei de alguns programas realizados na Instituição, os quais estavam relacionados à Educação Básica, mais precisamente de 1ª a 8ª série. No ano de 2006, no município de Morretes/PR, momento em que iniciamos parte do Projeto do Setor Litoral que é a inserção nas comunidades e escolas públicas do

litoral do paranaense, houve o primeiro encontro com os professores da Rede Municipal deste município.

Por conseguinte, durante os três dias de intensa integração e interação, além do aprendizado que tive, me aproximei desta região por um significado, a primeiro momento, pessoal, pois pude remeter minhas lembranças a meu passado no momento em que coletivamente nos deleitávamos com cantigas de roda, as quais me remeteram às lembranças de minha infância.

Foi neste momento que tive vontade de desempenhar meu plano de ação docente naquele município. Além disso, o fato de grande parte das escolas serem rurais me impulsionou a pensar mais sobre essa população, a qual vive em pequenas comunidades.

Ao refletir sobre as questões acima fui imediatamente conduzida a ligar a forma de como poderia operacionalizar o Projeto de Ação Docente e consequentemente passei a voltar alguns estudos relacionados ao desenvolvimento. Concomitantemente, para que as questões que permeiam este universo de desenvolvimento fossem estudadas e avaliadas, tentei traçar um projeto condizente com a nova realidade em que me inseria, buscando, mesmo que de forma indireta o aprendizado desta população rural do município de Morretes/PR.

Assim, se constituiu, o início de um Projeto de Pesquisa para o qual foi extremamente oportuna buscar desenvolver um projeto que ao mesmo tempo possibilitasse minha qualificação enquanto professora do Setor Litoral.

A escolha pela linha de pesquisa em Desenvolvimento Rural Sustentável do Programa de Pós-Graduação em Agronomia, foi muito válida, pois possibilitou o entrelaçamento entre a pesquisa, o projeto, a qualificação, a formação profissional e humana durante todo o processo do Mestrado, além de poder resgatar um pouco a minha história de vida.

Ressalto aqui, um momento importante para os novos desafios que instituições educacionais enfrentam, nos mais diversos níveis de ensino, enfatizando como positivo o planejamento para os Concursos, na carreira Docente, realizados no Setor Litoral da UFPR.

Referido Setor, quando estabeleceu a abertura do processo de seleção, de forma abrangente e inclusiva, possibilitou o ingresso de professores com diferentes níveis de titulação e experiência, de tal forma que, oportunizou um espaço para

àqueles que quisessem se qualificar dentro da proposta institucional, pudessem desenvolver suas pesquisas na região litorânea, para a qual teria um resultado positivo tanto para o Setor como para o pesquisador.

Assim, o docente, além de traçar o seu Projeto de Ação concomitantemente com sua qualificação profissional, e/ou projetos de pesquisa, fortalece a proposta do setor, amplia o conhecimento da região por parte das pessoas envolvidas neste processo bilateral, comunidade interna e comunidade externa da UFPR, consequentemente abre novos espaços para os projetos de aprendizagem dos estudantes.

Segundo Alano; Cunha; Hamermüller (2007, p. 3-4)

Professores, técnicos e alunos trabalham projetos em parcerias com a comunidade local. (...) Tal envolvimento permite pensar a educação como ação social e política que extrapola os limites constitutivos de uma ordem hierárquica.... Na leitura da realidade, esse projeto político pedagógico que vem sublimando-se como desenvolvimentista, passa a integrar cada vez mais os meios locais que fomentam a educação como um todo. (...) Inserido numa comunidade específica antecedido por termos culturais, políticos, sociais e econômicos esse projeto flexiona seu objetivo, seus propósitos, suas metas (ALANO; CUNHA; HAMERMÜLLER, 2007, p. 3-4).

Por conseguinte, pautado nas prerrogativas mencionadas acima, o presente estudo, fruto de uma dissertação de Mestrado, configura o cumprimento do compromisso social assumido conjuntamente com a Instituição, a luz do regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, o qual fomentou meu Projeto de Ação Docente.

Por muitas vezes pensei na sociedade que queria e sempre me remetia à ela como se não fizesse parte. Hoje, sabendo que a sociedade que queremos depende exclusivamente das ações das pessoas, faço desta dissertação um pequeno ato de contribuição para com a sociedade, através da Comunidade Pantanal, a qual, em um determinado tempo e espaço, me instigou a buscar algumas respostas e me moveu a traçar algumas metas para tentar encontrá-las. Porém, neste exercício, ao mesmo tempo ousado e desafiador, percebi que as respostas estão em nossas próprias ações, na vida e para a vida e isto nos constitui como ser humano.

Elsi Alano.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 EMPREENDEDOR COM EDUCAÇÃO RUMO AO DESENVOLVIMENTO NO ASSENTAMENTO NHUNDIAQUARA

Devido ao fato da recente regularização do Assentamento Nhundiaquara – Gleba Pantanal, mais precisamente em agosto de 2007, o presente estudo baseou-se também na realização de uma pesquisa exploratória, pois se pode constatar a ausência de dados sistemáticos de estudo. Os documentos existentes na Associação Prosperidade e os dados fornecidos pela EMATER do município de Morretes-PR e pelo INCRA – Curitiba-PR, foram o que pautaram a análise documental. O trabalho de campo realizado no assentamento, através de entrevistas semi-estruturadas, contemplou as histórias de vida desta comunidade, o que propiciou maior interação com a realidade local e com as lideranças locais.

A revisão de literatura foi fundamental para dar o embasamento teórico e subsidiar cientificamente a elaboração das hipóteses e a construção do roteiro para a realização das entrevistas que seriam realizadas junto às famílias. A abordagem da pesquisa objetivou diagnosticar a identificação do lote, a composição familiar (educação e saúde), moradia, instalações rurais, saneamento, agricultura, pecuária, organização rural, composição de renda familiar, atividade de agricultura familiar e demais atividades.

A metodologia usada foi o levantamento de dados bibliográficos, ou seja, de fontes secundárias, por meio de revisão de livros, periódicos e revistas, em que foram pesquisados temas como: a agricultura familiar, a pluriatividade, a agroecologia, o empreendedorismo.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (LAKATOS; MARCONI, 1991 p. 66).

Num segundo momento foi desenvolvida uma etapa exploratória, objetivando a entrada na comunidade para realização da pesquisa de campo.

A pesquisa realizada foi qualitativa e nela procurou-se reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação. As experiências pessoais do pesquisador são elementos importantes na análise e compreensão dos fenômenos estudados (LAKATOS; MARKONI, 1996).

De acordo com Thiollent (2007), a pesquisa qualitativa traz um estudo de reflexão a partir de concepções teóricas e pesquisas semi-estruturadas, dentro de uma metodologia que possibilite a aproximação com a realidade. Tal pesquisa possibilita um trabalho em um universo amplo de significados que se inter-relacionam entre si.

Oportuniza maior compreensão e interações entre homem e natureza (MINAYO, 2007). Esse tipo de pesquisa tem as seguintes características, segundo a autora citada:

- O pesquisador observa os fatos sob a óptica de alguém interno à organização.
- A pesquisa busca uma profunda compreensão do contexto da situação.
- A pesquisa enfatiza o processo dos acontecimentos, isto é, a sequência dos fatos ao longo do tempo.
- O enfoque da pesquisa é mais desestruturado, não há hipóteses fortes no início da pesquisa. Isso confere à pesquisa bastante flexibilidade.
- A pesquisa geralmente emprega mais de uma fonte de dados (MINAYO, 2007).

As vantagens da pesquisa qualitativa apresentada por Lakatos e Marconi (1996) podem ser aproveitadas como metodologia neste processo, como por exemplo, as possibilidades que a pesquisadora tem, por meios diretos para estudar uma ampla variedade de fenômenos e ao mesmo tempo compreender a realidade do cotidiano da comunidade estudada. As dificuldades encontradas quando da opção pela pesquisa qualitativa ficam por conta da coleta dos dados e da análise dos resultados.

Seguindo o ciclo da pesquisa qualitativa, sob a abordagem de Minayo (2007), atribui-se os seguintes procedimentos:

- FASE I - Fase exploratória – “produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo”
- FASE II - O trabalho de campo – “levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa. Essa fase combina instrumentos de observação, entrevistas e outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisadores, levantamento de material documental e outros”.

FASE III - Análise e tratamento do material empírico e documental – “é um conjunto de procedimentos que podem ser subdivididos em: a) ordenação dos dados; b) classificação dos dados e c) análise propriamente dita (MINAYO, 2007).

Já com relação à pesquisa-ação, segundo Thiollent (2007, p. 16)

(...) é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2007).

O trabalho com a pesquisa-ação, segundo o autor, possui três propósitos a serem alcançados: a resolução de problemas, a tomada de consciência e a produção de conhecimento, existindo realmente uma ação por parte das pessoas ou dos grupos implicados nos problemas sob observação e ainda o tipo de ação que é, de fato, uma ação problemática, merecendo investigação para ser elaborada e conduzida.

Dessa forma, esta estratégia metodológica não se limita a investigar e desenvolver conhecimento. Ao contrário, ela pressupõe uma abordagem colaborativa para a pesquisa que fornece às pessoas envolvidas os meios para realizarem ações sistemáticas para resolução de problemas.

Assim, identifica-se a partir desta estratégia, quatro aspectos que devem estar inseridos no projeto de desenvolvimento local das possibilidades empreendedoras para a comunidade pesquisada e que dialogam diretamente com os princípios da pesquisa-ação:

- o conhecimento das necessidades e potencialidades locais (Pesquisa);
- o envolvimento de pessoas e instituições locais (participação da UFPR, EMATER e IAP);
- a melhoria das condições de vida para a população local (Ação);
- a valorização da cultura e potencialidades locais (conhecimento tácito + conhecimento técnico + conhecimento empírico).

A área de estudo, o Assentamento Nhundiaquara – Gleba Pantanal está situada nas unidades fisiográficas: Planície Litorânea, Serra do Mar e Primeiro Planalto, localizada geograficamente entre as coordenadas de latitudes 25°32'41"S e 26°00'29"S e longitudes 49°08'22"W e 48°32'18"W, conforme Figura 1.





da dissertação, a qual compreende um texto proveniente também de algumas narrativas, para as quais a forma de compreensão não tem um sentido único e sim um sentido plurivalente, pois a palavra escrita já vem imbuída de um sentido dialético.

Vendo os códigos culturais como 'programas' de comportamento, podemos concluir que eles dão ordem e direção à vida. A afirmação garante a inexistência de neutralidade e acrescenta a idéia de que em qualquer obra narrativa não há apenas convenções e convicções para dissolver, mas ambigüidades e perplexidades. Não é local de entendimento único. A palavra, vista como um signo que compõe a obra narrativa, já traz embutida seu sentido dialético, dinâmico, vivo, plurivalente. (SOUZA, 2005, p. 3).

Para o desenvolvimento da pesquisa de campo foi estabelecido o contato inicial em outubro de 2007, conhecendo as principais pessoas que seriam: o Presidente da Associação Prosperidade, a Secretária e mais um dos membros com representação efetiva. O primeiro contato foi extremamente amistoso e nele estabeleceu-se que um vínculo em que haveria a necessidade de aceitação do grande grupo para que fosse iniciada a primeira entrevista. Assim, marcou-se uma reunião e, em assembléia, foi apresentado o mesmo documento entregue ao Presidente para que em público fosse lido e analisado pelos membros da associação.

O documento esclarecia quem era o responsável pela pesquisa; qual a sua procedência; qual o Programa e Instituição em que estava envolvido; qual era o tipo de pesquisa; a finalidade; qual era o objetivo de estudo e de que forma a pesquisa poderia ser aplicada; além do retorno que seria feito para a comunidade. Enfatizou-se a importância da colaboração pessoal dos entrevistados. Foi acordado que a entrevista teria um caráter analítico em que as informações serviriam como parte integrante da pesquisa.

Após todas as falas questionamentos e esclarecimentos, foi solicitado que os interessados em participar da pesquisa optassem livremente bastando dar seu nome, número do lote e dia em que a entrevista pudesse ser realizada, portanto as entrevistas foram feitas somente para os assentados que se dispuseram a participar, sendo assim, de forma voluntária.

Apesar da aceitação ter sido unânime e constar em ata, estabeleceu-se uma forma de autorização individual como Termo de Consentimento Esclarecido que antecedeu a cada entrevista realizada.

O contato prévio foi extremamente válido, pois facilitou a interação entre as partes, pesquisadora e pesquisados, no entanto, o cuidado devido foi tomado visto que a comunidade foi extremamente cativadora e acolhedora, de forma a manter uma abordagem para as entrevistas o mais igualitária possível até o final da pesquisa.

### 3.2.1 Eixos condutores para a construção do roteiro das entrevistas

- Características da Família: Composição Familiar, Faixa Etária e Gênero
- Educação: Escolaridade
- Acesso a Serviços Técnicos e de Saúde
- Trabalho e Geração de Renda: Local de Trabalho, Atividades, Produção e Comercialização
- Visão empreendedora e das Ações Cooperativistas
- Expectativas e Sonhos: Modo de Vida

### 3.2.2 Aplicação das Entrevistas: a dimensão de uma realidade e seus atores

Houve o que se pode dizer de validação do roteiro da entrevista. Em um primeiro momento, o primeiro roteiro produzido foi realizado como teste, após aplicação houve necessidade de adaptá-lo e aplicá-lo novamente, visto a necessidade que sentiam em contar suas histórias de vida. Foram 3 (três) entrevistados com roteiro de entrevistas reaplicados em que procurou-se estabelecer maior clareza dos termos utilizados, a forma, o desmembramento e a ordem das questões. Assim, sucederam-se as demais aplicações de forma mais condizente com a realidade daquela comunidade com intuito de que as perguntas viessem contribuir eficazmente para a identificação do objetivo da pesquisa dentro de uma dimensão viável e facilitadora que possibilitasse obter um embasamento teórico coerente com as hipóteses apresentadas do desenvolvimento da pesquisa.

Em todas as entrevistas as anotações aconteciam após a fala dos entrevistados e, em cada família visitada houve uma apresentação da atividade que desenvolvia, da construção da casa. Todos de certa forma queriam agradecer a visita com uma fruta, um café, um bolo, enfim com algo que era de sua rotina quando recebiam alguma visita.

Houve, também, o registro fotográfico que foi bem aceito e até solicitado pelos entrevistados quando se dava o início da entrevista como uma das falas que apresento a seguir:

Seria tão bom que a senhora tirasse uma foto de nossas casas agora porque queríamos ver o antes e o depois. Tivemos momentos de lona embaixo de chuva e agora que estamos nas casas 'velhas' queríamos ter essa foto para ver o depois. As histórias que temos desde o começo de nosso assentamento estão nos nossos pensamentos, mas queríamos ter como mostrar para os outros, filhos, netos como foi o nosso progresso aqui no assentamento (ASSENTADO, 2008).

Apesar, das questões já estarem pré-estabelecidas foram muitas as digressões e voltas em torno do assunto que de certa maneira respondia algumas das questões; pois as suas histórias foram consideradas no roteiro de entrevista e ao contá-las já esclareciam alguns de outros questionamentos.

## 4 REVISÃO DA LITERATURA

### 4.1 EDUCAÇÃO - A PROPOSTA DO SETOR LITORAL DA UFPR

As políticas educacionais que conduziram à implantação do Setor Litoral da UFPR, foram resultantes da gestão participativa das três esferas governamentais, Federal, Estadual e Municipal (UFPR LITORAL, 2008).

Os princípios que nortearam o Projeto Pedagógico deste Setor pautaram-se no reconhecimento de ações que viabilizem o desenvolvimento sustentável da região. Contudo a proposta pedagógica tem por objetivo a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão desde o início dos cursos (UFPR LITORAL, 2008).

A inserção dos estudantes na realidade local desde o início de sua formação, são advindas da união entre teoria e prática nas diversas ações didáticas, planejadas pela equipe docente (UFPR LITORAL, 2008).

Assim, ao mesmo tempo os estudantes são preparados para a pesquisa científica de caráter interdisciplinar e multidisciplinar, e preparados com formação política, filosófica e humana, objetiva-se assim capacita-los para atuar em situações concretas preconizadas pela sociedade (UFPR LITORAL, 2008).

A construção do projeto pedagógico, somado aos saberes necessários e diante às necessidades de uma sociedade democrática, não há como simplesmente realizar uma implementação passiva das diretrizes curriculares, pois atrelado a este desenvolver do projeto pedagógico, há que se refletir de fato o seu retorno na contemporaneidade. Portanto, é direito do estudante ter a educação que necessita para sua formação humana concomitantemente à sua formação profissional. (UFPR LITORAL, 2008).

Segundo consta no PPP da UFPR Litoral, faz-se necessário o desenvolvimento psico-social dos estudantes, daí a abrangência para a construção coletiva de um projeto político pedagógico, em que todos participam também da avaliação em todos os momentos e dimensões da construção deste projeto, o qual em sua organização, permite a construção e reconstrução continuamente, executada e avaliada pelos integrantes deste Setor. Em que, estes integrantes, possam sentir-se com ideais comuns, os quais conduzem para a busca de uma

sociedade mais justa que possa proporcionar conhecimento a todos que dele necessitam.

#### 4.1.1 Projeto Político Pedagógico: um horizonte para a reflexão coletiva

De acordo com Veiga (2004) o projeto pedagógico da escola é, antes de tudo, o reflexo de sua identidade, de seus propósitos. É o roteiro de sua atuação formativa singular. É, antes de tudo, uma definição de caráter antecipatório.

Convém explicar que já não se trata de entender o projeto pedagógico como até pouco tempo se entendia, como sendo um conjunto de objetivos, metas, procedimentos, programas e atividades determinados e explicitamente pensados e propostos, tecnicamente bem organizados e explicitamente bem fundamentados numa prática de educação desejada e posta como ideal a todas as instituições de ensino (VEIGA, 2004).

Segundo Padilha (2001) a organização e o planejamento são, nesta postura (racionalidade), instrumentos de hierarquização e ritualização, resultando na fragmentação dos tempos e espaços escolares, na dispersão de energias e esforços e na descontinuidade dos processos educacionais. As atividades deixam de ser criativas para seguirem orientações externas e exteriores à escola.

Esta é uma prática que há várias décadas ocupa o cenário da educação. Todavia, não se trata de negá-las pura e simplesmente. Trata-se sim de entendê-las em sua historicidade e apurar a sua insuficiência, na organicidade de seu modelo, para as novas exigências da cidadania, cujas características extrapolam as possibilidades de educação científica dos modelos prontos. É a partir da consideração e da interpretação dessas práticas que o projeto pedagógico, fundado na reflexão coletiva, é construído no interior da singularidade de cada instituição de ensino e não mais como algo que aí está, mas como algo que está sempre fazendo de novo (PADILHA, 2001).

Logo, é preciso entender o projeto político-pedagógico como um situar-se num horizonte de possibilidades na caminhada, no cotidiano, imprimindo uma direção que se deriva de respostas a um feixe de indagações, tais como: que educação se quer? Que tipo de cidadão se deseja? Para qual projeto de sociedade? A direção se fará ao se entender e propor uma organização que se funda no

entendimento compartilhado dos professores, dos alunos e demais interessados em educação (VEIGA, 2004).

É o projeto pedagógico um permanente processo de discussão das práticas, das preocupações (individuais e coletivas), dos obstáculos aos propósitos da escola e da educação e de seus pressupostos de atuação (VEIGA, 2004).

Pode ser entendido nesse contexto, para Padilha (2001), como a "marca da escola", sua vida concretizada na dinâmica curricular, que institui no âmbito do instituído, dilatando-o em espaços de possibilidades, motivações e ações concretas, otimizando seus tempos, seus recursos, meios e procedimentos.

O projeto pedagógico é a expressão operativa, a intencionalidade da educação desejada pelos sujeitos da ação, que estabelecem seus planos e seus compromissos num processo em que estão auto-implicados nos propósitos que definem e projetem (PADILHA, 2001).

Em suma, em seu projeto pedagógico, consubstancia-se a instituição de ensino em sua especificidade do conjunto das condições para a organização do coletivo dos educadores e dos educandos em relação de reciprocidade e como condução de ações sistemáticas de contínua reflexão sobre processos da educação e revisão permanente dos objetivos pretendidos, das práticas em desenvolvimento e da processual apreciação e avaliação da aprendizagem coletiva e individual (PADILHA, 2001).

O Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral da UFPR, foi proposto para desencadear um processo de Desenvolvimento Sustentável na região, a partir de Projetos de Ação Docente dos Professores e dos Projetos de Aprendizagem dos discentes, calcados na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, desenvolvidos nos municípios do Litoral Paranaense. Tais projetos viabilizam ações imediatas, progressivas e permanentes.

Dentro desse contexto,

No ano de 2006, buscando integrar-se ao Programa Agenda XXI UFPR, o Campus Litoral, resolveu estimular os acadêmicos dos vários cursos a pensarem como os seus projetos de pesquisa na comunidade tinham a ver com os temas da Agenda XXI. Assim, para que a UFPR pudesse levar o máximo de informações e discussões sobre esse tema, ficou definido que em todos os cursos os acadêmicos teriam aula de Introdução a Agenda 21, já que esse assunto não se esgota e não pode ser tratado como uma disciplina, pela sua própria transdisciplinaridade. Nessa perspectiva, optou-se pelo cadastro de projetos na *Intranet* da instituição para que estudantes

e professores possam apresentar à comunidade o que já fazem sobre este tema na UFPR. (FERREIRA; ALANO, 2007, p.4-5).

Desta forma, as autoras citadas acreditam que a universidade tem que assumir seu papel enquanto local privilegiado para a discussão de projetos voltados à sociedade que realmente possam interferir no futuro. E isso se pode iniciar por meio de um projeto político pedagógico direcionado ao desenvolvimento sustentável capaz de realizar as mudanças necessárias, considerando assim, o contingente humano como veículo transformador da sociedade.

#### 4.1.2 Construção do Projeto Pedagógico: o repensar, o agir e sua intencionalidade

Segundo Padilha (2001) a educação é um processo a longo prazo, por isso o projeto pedagógico das escolas está sempre em construção, pois mesmo estando pronto todos os anos o projeto é revisto para que sejam feitas mudanças, pois se sabe que a clientela muda e junto com ela as necessidades da escola. Isso requer um novo modo de ver e de fazer escola. Propõe que o educador redefina a sua atenção no entendimento da mesma, como ação integrada com seus iguais e numa perspectiva interdisciplinar.

Significa repensar e abrir-se a novas formas de organização para as práticas pedagógicas. Uma organização para a prática e integração. Cumpre, também, o delineamento da direção a ser dada ao processo educativo.

Não há um esquema ou um modelo fechado, ou instituído que dê conta disso. Mas há algumas diretrizes e alguns pressupostos que, se compreendidos pelos educadores, podem representar uma proposta possível.

Para Veiga (2004) ao se construir o Projeto Político Pedagógico - PPP é fundamental que se tenha em mente a realidade que circunda a instituição de ensino; realidade que se expressa no contexto macro da sociedade: econômico, político e social; e aquela que se verifica no entorno da mesma. A realidade macro da sociedade, certamente, afeta a vida da escola, assim como também a afetam a sua realidade interna específica, o seu funcionamento, possibilidades e limites. Não levar em consideração os aspectos sociais que envolvem a escola no planejamento educacional, mesmo em nível micro, pode fazer com que o planejamento falhe em seus resultados.

Os pressupostos que podem ser considerados na construção de um projeto político-pedagógico são denominados por Aguilar (1997, p. 7-10) como dimensões ou elementos constitutivos de um Projeto Político Pedagógico.

A primeira dimensão a considerar é aquela que se chama de Estrutural e Conjuntural da sociedade, que refletirá a visão do contexto macro da sociedade em seus aspectos econômicos, políticos e sociais. Em função da atual conjuntura sócio-política, de acordo com o autor, alguns fatores devem ser levados em consideração: exclusão social e educacional; desemprego; desvalorização do trabalho humano; bolsões de riqueza e miséria existindo simultaneamente; ausência de políticas públicas sociais; falta de recursos materiais e profissionais para a gestão da escola.

Sobre a dimensão Estrutural e Conjuntural assim se expressa Aguilar (1997, p. 8):

Para consolidar a relação entre instituições educacionais e sociedade é necessário conhecer os determinantes que condicionam sua organização no âmbito econômico e político. Esses determinantes devem ser contemplados se queremos responder a seguinte pergunta: que indivíduos estamos formando para viver nessa sociedade? (AGUILAR, 1997, p. 8).

Complementando o pensamento acima exposto, um questionamento que deve estar sempre presente, implícita e explicitamente, em toda a construção do Projeto Político Pedagógico: que sociedade se quer construir?

A segunda dimensão considerada é a Ética Valorativa que se reveste de fundamental importância para a formação da cidadania. Responde a seguinte questão: que valores-guias devem ser constituídos para a construção e valorização de um Projeto Político Pedagógico? Aguilar (1997, p. 8), destaca para a formação da cidadania os seguintes valores: tolerância radical - supõe a preocupação com os outros e se opõe ao individualismo da postura liberal; valentia cívica - disposição de luta das pessoas para causas que julgam corretas e justas; solidariedade - envolve sentimento de irmandade, como também ações nesse sentido; justiça - orienta a valentia cívica e a solidariedade. O justo e o injusto, como todos os outros valores, são definidos nas inter-relações de toda a escola e famílias que atende.

A terceira dimensão a ser analisada na construção de um projeto político-pedagógico é a Historicidade da Instituição ou realidade interna. Isso significa "resgatar o passado, desvelar o presente e projetar o futuro" (AGUILAR, 1997, p. 9).



Portanto, com a experiência do passado, as lições, aplicadas ao presente, pode-se projetar o futuro com mais precisão.

Nessa terceira dimensão é importante, considerar as esferas espaciais, temporais e culturais que toda instituição desenvolve em sua existência, formando assim sua identidade. Ao se considerar essas esferas, pode-se construir um Projeto Político Pedagógico em harmonia com a história e a identidade da instituição, perguntando: que cara tem a escola pretendida? (AGUILAR, 1997)

A quarta dimensão apresentada pelo autor é o Processo do Conhecimento, que se reveste de uma importância especial, uma vez que se trata do conteúdo, dos conhecimentos que a escola quer socializar e produzir. Responde a questão: que conhecimentos se quer socializar e produzir na escola?

A dimensão do processo do conhecimento vai além da obediência ao currículo oficial, se a linha constitutiva do Projeto Político Pedagógico estiver assentada na análise do macro contexto sócio-político e na realidade interna de cada escola. Sobre esse aspecto assim se posiciona Aguilar (1997, p. 10): Sistematizar um Projeto Pedagógico em um contexto institucional "cria espaços para que os agentes do processo educativo definam o conhecimento a ser produzido e socializado, assim como as metodologias mais apropriadas para seu desenvolvimento".

Assim, o Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral da UFPR, por ser inédito na educação universitária, sendo ele um trabalho em construção, o qual pressupõe o engajamento de todos os atores educacionais nesta construção, compreende também o conhecimento da comunidade da região litorânea através das ações e projetos desenvolvidos pela comunidade universitária.

Sendo o Litoral do Paraná, o foco Institucional do Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral da UFPR, enfatiza a abrangência de estudos sob uma nova perspectiva para essa região.

A proposta pedagógica a que se refere o capítulo abaixo, fundamentada no Trabalho por Projetos, favorece uma forte interação das ações e atividades formativas da instituição com a comunidade e a realidade regional, expandindo sua área de conhecimento e ao mesmo tempo integrando ações como o presente estudo.

#### 4.1.3 Trabalho por Projetos: um processo de aprendizagem por protagonismo

De acordo com Barthes (1998), uma das características básicas do trabalho por projetos é a participação do grupo de alunos nas definições dos objetivos a serem pesquisados. O autor coloca a necessidade da relação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa como uma relação de paixão. Esta relação só pode acontecer quando o pesquisador se apropria da pesquisa como sua, sendo então indispensável a participação dos alunos-pesquisadores nas definições das metas do trabalho.

Autran (2001), corrobora com esta posição apontando a possibilidade de escolha de qualquer tema para o trabalho, desde que este seja escolhido em comum acordo com o professor e alunos.

Também Hernández (2000, p. 43), coloca que a construção da trajetória do desenvolvimento do projeto deve ser feita durante o projeto, ou seja, “de uma trajetória que nunca é fixa, mas que serve de fio condutor para a atuação do docente em relação aos alunos”. Para o autor, a construção dos caminhos a serem percorridos pelo grupo deve ser feita em conjunto entre o professor e os alunos.

Duarte (1998), argumenta que existe a necessidade de se desenvolver uma concepção afirmativa sobre o ato de ensinar, deixando para traz as antigas concepções pedagógicas, que podem ser caracterizadas como sendo concepções negativas em relação ao ensino como transmissão de conhecimento, tais como as idéias escolanovistas e construtivistas. Para o autor, a Escola Nova e o Construtivismo estabelecem uma dicotomia entre a transmissão de conhecimentos pelo professor e a conquista da autonomia intelectual pelo aluno, secundarizando, assim, o ensino e descaracterizando o papel do professor.

Para o desenvolvimento de um trabalho por projetos, o professor deve buscar e selecionar fontes de informação juntamente com o grupo. Além de, também, ser necessário que sejam definidos critérios para organização e interpretação dessas fontes (HERNÁNDEZ, 2000).

Entende-se que no trabalho por projeto, tanto a aprendizagem como o processo de pesquisa deve ocorrer dentro e fora da sala de aula, assim sendo, é atribuição do professor acompanhar constantemente este processo e o desenvolvimento do projeto como um todo, para que possa ser criado um ambiente

desafiador, com um nível adequado de problematização e interesse por parte do grupo.

Segundo Hernández (1998), arquitetos, artistas e outros profissionais fazem uso de projetos profissionalmente. Nessa perspectiva, o projeto passa a ser apresentado como um procedimento, que dialoga constante com o contexto, as circunstâncias e os indivíduos envolvidos no processo, mesmo que se possa admitir que este tenha modificações, em função das variáveis envolvidas.

Da mesma forma que existe a utilização profissional do procedimento de projetos, este tipo de trabalho no contexto de sala de aula deve considerar as diversas variáveis envolvidas no desenvolvimento da atividade, tais como, contextos, conhecimentos prévios, fontes de pesquisa, intervenções do professor, colaboração e interações entre os participantes, entre outras. Mantendo-se o foco em todas estas variáveis, entende-se a qualidade que o desenvolvimento do projeto poderá trazer para a aprendizagem do grupo. Assim, deve-se considerar a importância do processo de desenvolvimento do trabalho, além do produto final gerado (HERNÁNDEZ, 2000).

Diante disso, Hernández (2000), mostra que trabalhar por projetos trará um grande desenvolvimento ao aluno, que participa de um processo de pesquisa, utilizando-se de diversas estratégias, principalmente as que façam sentido para ele. Além disto, este aluno também poderá participar do processo de planejamento da sua própria aprendizagem e, pelos relacionamentos no grupo, terá condições de reconhecer o papel de cada um dos participantes, compreendendo seu próprio meio pessoal e cultural.

Completando essa importância Cunha (1998, p. 15) coloca que

Experiências que transgridem o espaço acadêmico são, normalmente, também transgressoras do tempo, tendo um caráter muito mais policrônico, pois o mundo é complexo, denso, multidisciplinar, exigindo a solução de muitas coisas ao mesmo tempo. É um mundo em que se pode e deve desenvolver projetos e onde há que se jogar com os imprevistos e singularidades do momento. Talvez sejam estes os elementos que compuseram, para os alunos respondentes, o quadro de significação. Trabalhar com estas categorias e aprofundá-las analiticamente pode trazer benefícios para a reconfiguração da didática construída no campo reflexivo da formação de professores. Uma didática que se estabeleça na própria flexibilidade que o paradigma emergente está exigindo. Muito mais do que prescritiva, deve ser compreensiva; muito mais do que reguladora, precisa ser incluída de novas racionalidades. (CUNHA, 1998, p. 15).

Nesse contexto, a autora coloca a mediação, que pode ser entendida como o espaço das relações que envolvem professor, aluno e conhecimento. Esta mediação deve incluir prazer e entusiasmo como elemento chave de recuperação das subjetividades dos envolvidos no processo.

Reforçando o conceito de trabalho por projetos Cunha (1998, p. 197) coloca que

o conceito de aprendizagem, sustentado por esta concepção, parte do pressuposto de que primeiro o sujeito deve 'adquirir' conhecimentos para depois poder aplicá-los na prática e em situações específicas. Entende, também, que a melhor forma de aprender é pela audição e registro das verdades científicas reconhecidas que, para serem adquiridas, precisam de exercícios de experimentação e memorização. (CUNHA, 1998, p. 197).

Diante disso, a prática pode ser entendida como comprovação da teoria, sendo que seu sucesso depende do grau de aproximação com o conhecimento já construído, possibilitado pelo trabalho por projetos.

Segundo Hernandez e Ventura (1998) ao contrário, o que se tem visto é a prática de alterar currículos, utilizada de forma constante no ensino superior, motivada, especialmente, pela expansão do conhecimento. Nem bem se desenvolve uma proposta curricular nova e já os agentes envolvidos no processo de aprendizagem acadêmica sugerem novas alterações. Existem casos que, num mesmo período, um curso conviva com três propostas curriculares em andamento, quase nunca se chegando a uma situação satisfatória.

Por causa disso, a emergência de indissociar ensino, pesquisa e extensão deve-se ao fato de estar relegada apenas ao plano do discurso legal, não sendo sequer claro o conceito de indissociabilidade para aqueles que compõem a comunidade universitária. Ainda segundo Cunha (1998, p. 198) para alguns membros dessa comunidade, este conceito

"[...] se centra no professor e quando este realiza tarefas das três naturezas, se afirma haver indissociabilidade. Para outros, o conceito mais ainda se amplia: localizam na instituição, entendendo estar respondendo a este desafio se a universidade abriga experiências nas três esferas, mesmo que em espaços, locais e áreas diferentes". (CUNHA, 1998, p. 198).

Percebe-se que estas compreensões levam a um distanciamento da idéia de ensino indissociado da pesquisa e da extensão, que tem como sujeito o aluno.

Exceção apenas no caso de estudantes bolsistas, que são reconhecidamente beneficiados com a possibilidade científica, contudo nem sempre encontram respaldo e valorização de sua experiência na prática cotidiana em todas as aulas.

No Setor Litoral da UFPR, há um pressuposto de que os servidores técnicos e docentes e a coletividade acadêmica compreendam o professor como mediador de conhecimento, o que consequentemente afirma a concepção do modelo de ensino-aprendizagem por projetos.

A proposta pedagógica deste Setor, é baseada no Trabalho por Projetos e é desenvolvida junto às comunidades locais, buscando contribuir decisivamente para o desenvolvimento científico, econômico, ecológico e cultural, o que propicia uma forte interação entre a comunidade da UFPR Litoral e a comunidade litorânea.

#### 4.1.4 O Papel da Universidade no Desenvolvimento Local

Sempre que se fala em universidade, citam-se as três atividades fins: ensino, pesquisa e extensão. É de consenso geral, que a atividade base é o ensino, que deve ser reforçado pelas atividades de pesquisa e de extensão, onde a universidade cumpre outro papel social importante, que é o auxiliar por meio de sua produção educacional, científica e tecnológica, o desenvolvimento das empresas e população em geral, visando o benefício comum (BAIARDI, 2003).

Segundo Baiardi (2003), o meio rural é um local desafiador para o ensino universitário. Por um lado, é um espaço no qual a universidade encontra dificuldades para se inserir e, por outro lado, abriga populações fortemente marginalizadas.

Acredita-se que o papel da universidade brasileira seja trabalhar principalmente no sentido de colaborar para a solução dos problemas do Brasil, seja em nível nacional ou, mais especificamente, no âmbito regional. Isto significa formar profissionais com boa qualificação para as indústrias, empresas de serviços e a própria universidade; identificar os problemas existentes e desenvolver pesquisa e tecnologia para resolvê-los, repassando essa produção para a comunidade (BAIARDI, 2003).

A missão de contribuir para a transformação da sociedade, por meio do envolvimento da comunidade acadêmica em projetos que ampliem e consolidem a integração universidade-sociedade devem fazer parte das ações extensionistas

pensadas de forma estratégica, inovadora e comprometidas com as transformações sociais. Compreendem a cultura como fator de inclusão social e desenvolvimento integrado e sustentável. O reconhecimento e a valorização da comunidade local é uma das premissas para o desenvolvimento de projetos que promovam os diferentes saberes e as diversas manifestações culturais, como forma de promover o desenvolvimento. As articulações com as comunidades, as organizações governamentais e não governamentais são condições indispensáveis (UFPR Litoral, 2007).

De fato, concorda Rocha (2001), ainda que atualmente existam pesquisas técnico-científicas, políticas públicas e ações de organizações civis voltadas para o fomento da agricultura familiar no Brasil, a disseminação dessas iniciativas entre os principais interessados é limitada em virtude, fundamentalmente, da falta de um espaço de intercâmbio de experiências entre os agricultores familiares e suas lideranças com cientistas, professores, técnicos, organizações, instituições e demais agentes devotados à reflexão, à elaboração e à implementação de políticas e ações para o desenvolvimento rural sustentável.

Segundo Wachowicz (2006, p.45), no que se refere a criação da Universidade Federal do Paraná, afirma que *“uma Universidade seria a solução”*, tendo como missão interferir na realidade de seu Estado.

#### 4.1.5 Universidade e Inovação: O Curso de Gestão e Empreendedorismo da UFPR

É importante destacar que o primeiro curso na área de empreendedorismo de que se tem notícia, no Brasil, foi em 1981, na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas, em São Paulo e que a partir daí o empreendedorismo vem sendo estudado e aperfeiçoado em diversos campos da economia nacional. Enfatiza-se que o empreendedorismo assumiu uma posição destacada no aprimoramento do trabalho das pessoas.

O ensino do empreendedorismo, no Brasil, é um fenômeno que apresenta algumas características próprias, como inovação tecnológica, criação de oportunidades e visão ampliada, entre outros. Contudo, segundo Dolabela (1999, p. 53),

uma grande preocupação no ensino do empreendedorismo deve ser os aspectos éticos que envolvem essa atividade. Por sua grande influência na sociedade e na economia, é fundamental que os empreendedores – como qualquer cidadão – sejam guiados por princípios e valores nobres. (DOLABELA, 1999, p. 53).

Partindo desses princípios e valores nobres, o Curso de Gestão e Empreendedorismo da Setor Litoral da UFPR foi criado no ano de 2006, como uma oportunidade de se propiciar espaços de produção de conhecimento e de reflexão entre os discentes, docentes, comunidade interna e externa da instituição. Em uma concepção de proposta que visa a interação, foi pertinente a constituição da Câmara do Curso com professores de diversas áreas de formações, que possibilitou uma reflexão sobre a construção do curso e o perfil do egresso condizentes com as diretrizes curriculares e os saberes necessários à profissão, tendo como viés o desenvolvimento regional.

Nas câmaras se discute, constantemente, quais conhecimentos devem participar de uma formação que quer se distanciar cada vez mais dos condicionantes das especificidades. A gestão dos cursos e benefícios de um ensino superior que desconcentra o funil formador e conduz para o aniquilamento uma perspectiva linear quando assume uma multiplicidade de enfoques como fomentadores ou colaboradores de cada carreira ou bloco de carreiras em questão, ativa uma complexidade de elementos dispares em nome da formação. (ALANO; CUNHA; HAMERMULLER, 2007, p. 1).

No desenrolar deste currículo em movimento, os saberes necessários à profissão e as condições de atuar como um agente importante para o desenvolvimento regional são características fortes desse curso.

Ainda de acordo com Alano, Cunha; Hamermüller (2007, p. 2), o produto fruto das Câmaras interdisciplinares<sup>1</sup>, no que diz respeito a operacionalização do currículo dos cursos, emerge em uma complexidade de elementos. Assim

“[...] Tendo por pano de fundo um Projeto Político Pedagógico construído no contexto da expansão da educação superior pública presente nas políticas implantadas a partir de 2004 no Brasil ampara o desafio de pensar uma ação educacional que fomente a região na qual se instala. Questiona os que operam em seu quadro sobre como significam as inovações que atravessam esse desenho curricular e essa gestão universitária. Esses últimos estando em processo metamórfico constante, modificam pressupostos tradicionais através de elementos que os particulariza”. (ALANO; CUNHA; HAMERMULLER, 2007, p. 2).

---

<sup>1</sup> Câmaras dos Cursos compostas por professores de diferentes áreas de formação e conhecimento.

Aliado à abertura desse curso há o reconhecimento de que as atuais condições de vida – desemprego e desigualdade, degradação e riscos ambientais, padrões insustentáveis de consumo, entre outras – colocam diversos desafios e impõem a necessidade de busca e implementação de alternativas que promovam a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Para Alano, Cunha; Hamermüller (2007, p. 2)

Toda ação educativa enquanto projeto possui um significado primeiro sobre o qual quer se multiplicar. Entretanto, a regionalização vindo a ser operada por um modelo novo aparece como unidade que corresponde à multiplicidades sobrepostas. (...) O tradicional desafia o atual e vice-versa, como cultura, padrão, valores, de modo que tudo isso se reúne de modo singular. (...) Edificando-se uma formação sempre diferenciada, de traços cada vez menos definidos e mais por se definir. (ALANO; CUNHA; HAMERMULLER, 2007, p. 2).

#### 4.2 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - DRS

A idéia de sustentabilidade teve sua origem no entendimento de que os impactos ambientais gerados pelo desenvolvimento da sociedade aceleraram-se a partir de meados da metade do século XX seguindo a partir daí uma trajetória crescente ao longo dos anos. Assim, o termo sustentável refere-se somente ao plano ambiental, "indicando a necessidade de as estratégias de desenvolvimento rural (como antes definido) incorporarem uma apropriada compreensão das chamadas 'dimensões ambientais'" (NAVARRO, 2001, p. 89).

Para que se possa falar em sustentabilidade, ou desenvolvimento sustentável, em qualquer situação, é importante ressaltar o significado do termo e como ele está ligado ao meio social e ambiental, às comunidades, ao país e ao planeta.

De acordo com Navarro (2001, p. 97)

Desenvolvimento rural, portanto, não se restringe ao "rural estritamente falando" – famílias rurais e produção agrícola – nem exclusivamente ao plano das interações sociais, também principalmente rurais – comunidades, bairros e distritos rurais, por exemplo –, mas necessariamente abarcam mudanças em diversas esferas da vida social as quais, se têm por limite mais imediato de realização o município, podem estender-se para horizontes territoriais mais extensos, como provavelmente ocorrerá em curto prazo. Parecem assim desaparecer definitivamente o corte rural-urbano e as formas de sociabilidade, igualmente demarcadas por tal segmentação. (NAVARRO, 2001, p. 97).



Navarro (2001), complementa que para melhor caracterizar o desenvolvimento sustentável também é preciso conceituar o desenvolvimento rural. O autor aponta uma característica específica que o diferencia dos demais conceitos tratados acima que é o fato de tratar-se de uma ação articulada previamente que tende a levar às mudanças em um determinado ambiente rural.

Finalmente para Navarro (2001, p. 89), um último conceito deve ser entendido, o desenvolvimento rural sustentável, que segundo o autor

“[...], surgiu em meados dos anos 80 a partir da crescente difusão da expressão mais geral, 'desenvolvimento sustentável' (apoiada em crescente e copiosa literatura). Embora muitos autores e instituições pretendam atribuir a esta um sentido politicamente mais conseqüente do que a anterior (desenvolvimento rural), incorporando noções, por exemplo, de equidade social ou, mais ambiciosamente, atribuindo alguma suposta relação entre formas de organização social das famílias rurais mais pobres, fruto de “conscientização”, e desenvolvimento rural sustentável, o foco central, neste caso, é bastante claro e mais limitado”. (NAVARRO, 2001, p. 89).

Segundo Almeida (2002), define sustentabilidade como sendo o respeito à interdependência dos seres vivos entre si e em relação ao meio ambiente. Assim, sustentabilidade significa operar um empreendimento sem causar danos aos seres vivos e sem destruir o meio ambiente, ao contrário, é fundamental enriquece-lo e renová-lo. Por essa razão o desenvolvimento sustentável está ligado aos elementos da sociedade entre si e em relação ao tecido social e ao reconhecimento das necessidades e interesses de todas as partes envolvidas (grupos comunitários, instituições educacionais e religiosas, forças de trabalho e políticas).

Para Almeida (2002), o conceito de desenvolvimento sustentável é formado por princípios que regem a produção e consumo de bens e serviços no presente, de modo a não comprometer as necessidades e escolhas das futuras gerações, promover o bem-estar e relações de qualidade dos atores dos sistemas agroindustriais relacionados à produção de alimentos das comunidades que com ele interagem; promover o consumo consciente; manter e melhorar o solo, a água e a biodiversidade; promover o uso de energias renováveis e evitar e prevenir a poluição por meio da redução dos efluentes hídricos, resíduos sólidos e emissões atmosféricas.

Entretanto, as mudanças significativas ocasionadas na região litorânea em virtude das questões, sociais, políticas, ambientais e inclusive acessibilidade geográfica, contribuem para o estímulo de novas formas de empreender a região.

Assim, segundo Borsatto *et al.* (2007, p. 422)

Novas transformações significativas na realidade agrária do litoral paranaense começaram a ocorrer a partir do final da década de 1960 e início da de 1970. Contribuíram para estas mudanças uma série de intervenções dos poderes públicos, tais como: políticas de incentivos fiscais para estabelecimentos de atividades agroflorestais, políticas públicas de incentivo à pecuária, abertura da BR 277 que liga Curitiba a Paranaguá e da BR 405 entre Antonina e Guaraqueçaba. Este processo estimulou o estabelecimento de grandes latifúndios no litoral paranaense, por meio da apropriação de terras devolutas ou cuja posse era dos agricultores locais (que foram obrigadas a migrar para as cidades) onde foram desenvolvidas novas atividades econômicas. (BORSATTO *ET AL*, 2007, p. 422).

Para que o desenvolvimento sustentável, ou sustentabilidade, esteja ligado a projetos de desenvolvimento de empresas e comunidades, é preciso que se satisfaçam alguns itens como: analisar as necessidades dos clientes; trabalhar com uma cadeia de suprimentos; antecipar mudanças iminentes vislumbrando novas oportunidades e, talvez o mais importante – capacitar as pessoas envolvidas, pois só os indivíduos motivados são capazes de fazer a diferença.

De acordo com Borsatto *et al.* (2007, p. 422)

Apesar do litoral paranaense se encontrar próximo à região metropolitana de Curitiba, que por sua vez pode ser considerada o maior pólo estadual de recursos econômicos e científicos para lidar com a questão agrária, é de fácil percepção a grande quantidade de problemas que persistem em seu meio rural e a sua incapacidade de encontrar soluções que levem a um desenvolvimento sustentável da região. (BORSATTO *ET AL*, 2007, p. 422).

Considerando os recursos naturais existentes e a diversidade cultural, pode-se concluir que a integração e interação entre homem e natureza seriam suficientemente positivos para o sucesso das atividades desenvolvidas nesse espaço em que se encontram as comunidades litorâneas.

Contudo, segundo os autores

Atualmente, o meio rural do litoral paranaense se caracteriza pelos seus paradoxos, já que possui grandes riquezas ambientais e culturais, mas ainda apresenta graves problemas sociais; apresenta valiosos remanescentes naturais com crescentes níveis de degradação; e permanece subdesenvolvido apesar de seu potencial econômico (BORSATTO *ET AL*, 2008, p. 423).

#### 4.2.1 Assentamento e desenvolvimento

De acordo com Ferreira (2007)

A temática da reforma agrária no Brasil tem sido uma constante desde os anos 50. A questão agrária no Brasil é complexa e encerra aspectos diversos sobre posse e uso da terra. Há aspectos legais, econômicos, históricos e culturais a serem observados. A Reforma Agrária, que propõe o acesso às terras não exploradas aos trabalhadores rurais que desejem cultivá-las, é necessária e útil à Nação. Isto é reconhecido em todos os segmentos da sociedade, porém o que não se conseguiu ainda foi implementá-la na amplitude necessária e desejada, até porque nem o governo e nem a sociedade, através de suas instituições, desenvolveu um projeto coerente, eficaz e viável que fosse capaz de atender aos interesses divergentes dos segmentos envolvidos e do próprio Governo Federal. Mas o projeto está sendo executado e as áreas de terras recebidas do governo, portanto já legalizadas e em definitiva posse individual ou coletiva dos trabalhadores rurais "sem-terra", passam à condição de Assentamento, que doravante se constitui em uma nova comunidade que passa a ter responsabilidades e funções específicas, quer sejam de ordem legal, social ou econômica (FERREIRA, 2007).

Segundo Pereira (2007), com relação a renda das famílias assentadas, houve uma elevação da mesma, principalmente onde a presença das agroindústrias é desenvolvida. Para o autor, conforme dados de pesquisa da FAO, a média de renda nos assentamentos é de 3,7 salários mínimos mensais por família. Onde existem agroindústrias essa média sobe para 5,6 salários mensais.

Fernandes (2004, p. 42) traz que:

Um estudo da FAO, a entidade da ONU que cuida de assuntos agrários, mostra que a renda das famílias instaladas em assentamentos promovidos em nome da reforma agrária chega a 3,7 salários mínimos. É mais do que a renda de 53% dos brasileiros. O estudo tem falhas, não inclui um número razoável de assentamentos, mas não deixa de ser um sinal do que os assentamentos podem fazer por quem vive hoje na periferia das cidades (FERNANDES, 2004, p. 42).

No período compreendido entre 1927 até 2003 o governo promoveu 1000 assentamentos no país distribuindo terra para 330 000 famílias, contudo Fernandes (2004) acredita que este é um número muito pequeno em face das estimativas de 5 milhões de famílias que poderiam receber sua fatia. "Nós induzimos os assentamentos a se organizar em cooperativas para obter maior lucro. Estamos buscando a agroindústria", enfatiza Alceu Fernando de Azevedo, diretor de assentamento do Incra.

Conforme Portaria do INCRA/P Nº 571, o Assentamento Nhundiaquara foi criado com previsão inicial para 77 famílias e posteriormente redimensionado para 145 famílias, é subdividido em áreas que se constituem como Glebas, com as seguintes denominações: ÁREA I – Colônia Sesmaria Capituva, ÁREA II – Colônia Marques, ÁREA III – Esperança, ÁREA IV – Rio do Pinto, ÁREA V – Pantanal e ÁREA VI – Central. O nome “NHUNDIAQUARA” foi designado pelo fato do rio que corta esta região ter este nome.

#### 4.3 AGRICULTURA BRASILEIRA: UMA BREVE INTRODUÇÃO

Apesar de o Brasil ter se transformado em país urbano-industrial, o setor agrícola continua desempenhando importante papel na economia do país. Fazendo-se um retrospecto, verifica-se que a produção total da agricultura sofreu grande aumento. Em 1987, por exemplo, o Brasil ocupou o 8º lugar na produção mundial de cereais, segundo informações do Ministério da Agricultura (2006).

País de dimensões continentais e apresentando um dos maiores espaços agricultáveis do mundo, favorecido por boas condições de pluviosidade e boa diversidade climática, o Brasil reúne excepcionais condições para se tornar uma verdadeira potência agrícola. A realidade, porém é outra, pois existem milhões de pessoas sem terra para cultivar, quando é sabido que há muita terra ociosa; o Sul do país oferece condições naturais favoráveis ao cultivo de produtos próprios da zona temperada como trigo, centeio, maçã, uva etc., de acordo com o Ministério da Agricultura (2006).

##### 4.3.1 A Questão Ambiental: uma mostra de quem se preocupa com a natureza

Segundo Cavallet (1999), na história da evolução do homem, este passou de ser coletor a indivíduo produtor através de suas ações sobre a natureza, de maneira a condicioná-la de forma adequada para que pudesse explorar espécies animais e vegetais em diferentes níveis de intensidade. Porém, neste processo, ao privilegiar uma determinada espécie tendo em vista o aumento da sua produtividade, o homem também passou a alterar o equilíbrio natural, agindo na transformação do

ecossistema, antes estável, de alta diversidade e baixa produtividade, para um ecossistema instável de baixa diversidade e alta produtividade.

Corroborando com tais afirmações, Cavallet (1999, p. 46) ressalta que

Durante toda a história da agricultura até a época da Revolução Industrial, na medida que haviam terras disponíveis, o homem atenuou a degradação dos recursos naturais, abandonando as áreas desgastadas e trocando-as por áreas conservadas e férteis. O processo de desgaste dos recursos naturais era relativamente lento, pois o sistema de produção integrava a produção animal e a vegetal, possibilitando a reciclagem de diversos elementos da fertilidade (CAVALLET, 1999, p. 46).

O autor mencionado anteriormente, mostra que o sistema produtivo agrícola aproveita-se do potencial oferecido pelos recursos naturais, entre eles, a fauna, a flora, o solo, a água, de maneira a obter o máximo de produtividade para a espécie que deseja produzir.

#### 4.3.2 A Questão Social: um olhar de quem se preocupa com a comunidade rural

Para Cavallet (1999), o homem do campo tem na agricultura o seu único meio de vida, é por isso se vê obrigado a produzir para viver. Como forma de respaldo para desenvolver sua produção conta apenas com seu saber empírico da história, sendo desprovido de informações e saberes atualizados, estando desamparado e impossibilitado de conseguir assessoria especializada. A partir desta realidade passa a transformar sua atividade econômica básica numa aventura colocada diante da força de uma economia que a cada dia que passa se encontra mais globalizada.

Para o autor, as oportunidades de lucro na grande agricultura intensiva estão diretamente relacionadas à conjuntura e políticas do comércio internacional. A partir de uma conjuntura mercadológica favorável, a lucratividade fica diretamente proporcional à produtividade. Os empresários, ao buscarem taxas crescentes de produtividade, acabam por necessitar de recursos tecnológicos de última geração, praticando assim, a agricultura de precisão, e, esta agricultura demanda trabalhadores escolarizados e capazes de usar, com habilidade, tecnologias cada vez mais complexas.

Para atender a esta demanda por trabalho cada vez mais especializada, são cada vez mais freqüentes as posturas que defendem e exigem políticas educacionais para o meio agrário, conforme enfatiza Cavallet (1991, p.78)

A solução do meio agrário não pode ser buscada apenas pela via da eficiência produtiva. O processo produtivo agrícola, como fim em si próprio, tem dificultado que o homem do campo se realize como homem. Para que seja possível uma nova opção do agricultor e de sua família, é condição indispensável que, juntamente com a formação para o trabalho, haja um processo educativo que lhe permita autoconhecer-se como homem, desvelar sua realidade e usufruir do tempo livre possibilitado pelo avanço tecnológico na busca da qualidade de vida. Ou seja, este processo deve constituir-se numa formação libertadora, que permita entender, optar e construir, dentro ou fora do paradigma vigente, alternativas de modo de vida que melhor lhe convenham (CAVALLET, 1999, p. 78).

#### 4.4 AGRICULTURA FAMILIAR: UMA LUZ QUE NÃO SE APAGA

Segundo Carmo (1998), agricultura familiar é um termo que começou a incorporar-se ao vocabulário acadêmico, dos movimentos sociais e das políticas públicas, a partir de meados dos anos de 1990. Até então se falava em “pequena produção”, “pequena agricultura”, “agricultura de baixa renda” ou até “de subsistência”. Estas expressões indicam, mais que fragilidade, uma espécie de julgamento histórico: estes empreendimentos serão eliminados socialmente pelo próprio processo competitivo ligado ao crescimento agrícola.

Podem ser definidas como familiares àquelas unidades onde a gestão, o trabalho e a propriedade dos principais meios de produção (mas não necessariamente da terra) pertencem ao produtor. Por trás da unidade da expressão é evidente a heterogeneidade social de seus componentes (CARMO, 1998).

Para Guanziroli e Cardim (2000), a discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. A elevação do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar refletem e alimentam este debate na sociedade.

Segundo Tedesco *et al* (1999), o universo agrário é extremamente complexo, seja em função da grande diversidade da paisagem agrária (meio físico,

ambiente, variáveis econômicas, etc.), seja em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores, os quais têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que, portanto, respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes. Na verdade, os vários tipos de produtores são portadores de racionalidades específicas que, ademais, se adaptam ao meio no qual estão inseridos, fato que reduz a validade de conclusões derivadas puramente de uma racionalidade econômica única, universal e atemporal que, supostamente, caracterizaria o ser humano. Daí a importância de identificar os principais tipos de produtores.

Conforme aponta Ferreira (2002), os agricultores têm suas estratégias de reprodução:

O rural brasileiro é perpassado pelas diversas estratégias dos seus principais atores – os agricultores – para permanecerem neste espaço social. Trata-se também de um rural dinamizado por movimentos sociais que propugnam a volta à terra, tanto para os agricultores que não a possuem, como para os migrantes rurais nas cidades, de primeira, segunda e terceiras gerações (FERREIRA, 2002).

De acordo com Guanziroli e Cardim (2000), a escolha de um conceito para definir os agricultores familiares, ou a definição de um critério para separar os estabelecimentos familiares dos patronais não é uma tarefa fácil, ainda mais quando é preciso compatibilizar esta definição com as informações disponíveis no Censo Agropecuário do IBGE, sabidamente não elaborado para este fim.

Segundo Perondi (2007, p. 25)

As novas alternativas produtivas resultaram da capacidade de inovação da agricultura familiar e as novas organizações resultaram da sua capacidade de mobilização. Entrementes, deve-se também reconhecer que estas “virtudes” são na verdade, duas dimensões das reações ao processo de transformação mais geral da sociedade. Reações que fazem frente à crise econômica e social, provocada pelo processo de mercantilização, e que, acabaram por pressionar a reorganização dos seus próprios meios de vida (PERONDI, 2007, p.25).

Adicionalmente, ainda de acordo com Perondi (2007), foi estabelecida uma área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares. Tal limite teve por fim evitar eventuais distorções que decorreriam da

inclusão de grandes latifúndios no universo de unidades familiares, ainda que do ponto de vista conceitual a agricultura familiar não seja definida a partir do tamanho do estabelecimento, cuja extensão máxima é determinada pelo que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho associado à tecnologia de que dispõe.

Em 1995/1996 os agricultores familiares representavam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupavam 30,5% da área total e eram responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura (GUANZIROLI E CARDIM, 2000).

O papel da agricultura familiar no Brasil pode ser entendido a partir dos dados a seguir (EVANGELISTA, 2000):

- 84% do total de estabelecimentos rurais (4,1 milhões);
- 77% d trabalho das pessoas do campo (13,3 milhões de ocupações diretas);
- produz em todo o país o dobro da renda/hectare comparada a agricultura patronal por região;
- década de 90 - a agricultura familiar teve aumento de produtividade maior que a patronal;
- entre 1989 e 1999, aumentou sua produção em 3,79%, apesar de ter tido uma perda de renda real de 4,74%;
- a agricultura patronal, no mesmo período, teve perda menor (2,56%), mas aumentou a produção em apenas 2,60% (EVANGELISTA, 2000).

Os dados e fatos anteriormente apresentados, demonstram a potencialidade da agricultura familiar como geradora de renda e de trabalho. A persistência dos atores que dela sobrevivem faz com que a chama encontre-se acesa por décadas e décadas.

#### 4.4.1 Organização Nacional da Agricultura Familiar na Década de 1990

Segundo informações apontadas no texto da Fase (2000), sem que se empreenda alterações macroeconômicas que sejam capazes de reverter o quadro de adversidade para a viabilização econômica da agricultura familiar, programa de crédito, tais como o Pronaf, a repercussão ficará restrita apenas à publicidade oficial acerca da suposta prioridade social do projeto político do governo.

O ano de 1999 foi caracterizado pelo "empenho" obstinado do governo em tentar impor a idéia da ocorrência de pretendidos fenômenos no agrário nacional que lhe reconfigura as bases de organização sócio-econômica à semelhança do que



sucedem em áreas rurais dos países mais desenvolvidos. De acordo com o discurso governamental estaríamos vivenciando, no Brasil, um "novo mundo rural" (FASE, 2000).

O texto da Fase (2000), mostra que antes do "novo mundo rural", os sem terra, trabalhadores rurais e pequenos proprietários rurais sempre foram colocados à margem das ações do Estado e atualmente o Estado os exclui sob o argumento de que o mercado representa o caminho "supremo e contemporâneo" para a redenção desses setores.

De acordo com as formulações do "novo mundo rural", o progresso técnico na agricultura tem levado a uma crescente sobra de tempo nas atividades agrícolas. Em função disso, os agricultores familiares, no caso, passaram a desenvolver outras atividades, não agrícolas, como forma de evitar o ócio e de aumentar a renda familiar.

Assim, progressivamente, segundo o texto da Fase (2000), o agricultor perde importância na determinação do rural e, devido à diversificação econômica deste, a categoria deixa de ter sentido já que o rural encontra-se indivisível do urbano, passando a prevalecer a perspectiva territorial. Isto porque os espaços rurais também experimentam nova fisionomia enquanto espaços de lazer e moradia dos urbanos entediados.

De quebra, a estratégia de municipalização das decisões da "reforma agrária", tenderia a desarticular a organização nacional do MST, já que as demandas pela reforma agrária e pelo próprio crédito à agricultura familiar passariam para a esfera local.

Houve a adesão de muitos governadores e prefeitos a este programa, sendo que muitos deles estavam verdadeiramente preocupados em desenvolver a reforma agrária nos seus territórios; e outros visando apenas à expectativa de um recurso federal extra; outros ainda por pura ingenuidade. Contudo, havia a consciência da irresponsabilidade dos discursos do governo federal (FASE, 2000).

A busca por complementação de renda, no âmbito da agricultura familiar, resulta, sim, de tempo excedente, mas não por conta da incorporação de novas tecnologias no processo produtivo mas, pelo abandono da atividade face o processo, em curso, de inviabilização econômica do setor (FASE, 2000).

Nos países ricos, a pluriatividade resulta de políticas deliberadas de compensação à liberação de pessoas da atividade agrícola, conscientemente bancadas pelo conjunto da sociedade tendo em vista a viabilização da permanência, no campo, dos pequenos agricultores (FASE, 2000).

No Brasil, o tempo não trabalhado na atividade agrícola e a busca de novas atividades pelos agentes da agricultura familiar decorrem de contingências de desemprego no campo e nas cidades; portanto, de uma política deliberada de desconstrução, sem qualquer compensação pelo Estado (FASE, 2000).

Portanto, os adaptadores do 'novo mundo rural no Brasil' valem-se de similaridades de comportamentos estatísticos do caso brasileiro em relação ao que ocorre nos países ricos para, equivocadamente sustentarem conclusões sobre fenômenos sociais, políticos e econômicos verdadeiramente distintos em sua *gênesis* e em suas resultantes e, dessa forma, impossíveis de qualquer paralelo (FASE, 2000).

Além de desnudar as intenções do governo de livrar-se das responsabilidades pela reforma agrária e de conspiração contra a mesma, essa medida é sugestiva, também, das intenções de subordinação da reforma, ao latifúndio, que controla as administrações municipais, na maioria dos casos (FASE, 2000).

#### 4.4.2 A Agricultura Familiar como Opção de Desenvolvimento

Para Perondi (2004, p. 15), em relação à

(...) valorização da produção orgânica e das paisagens rurais diversificadas recuperam a identidade e a humanidade do homem. Primeiro quando o interesse próprio pela qualidade do alimento não é diluído pela existência de uma demanda em massa e a inconseqüente oferta de commodities. Segundo, porque o modo de vida comunitário das comunidades rurais humaniza o pertencimento integrado ao "meio de vida" social e econômico do indivíduo na sociedade. (...) Assim, de forma diversa, a multifuncionalidade da agricultura parece se contrapor ao processo de individualização do homem, o que significa reaproximar a sociedade da natureza (PERONDI, 2004, p.15).

Certamente existem vantagens de se adotar estratégias de desenvolvimento rural que priorizem a promoção da agricultura familiar. Esta opção pela agricultura familiar como base de uma proposta de desenvolvimento rural brasileiro deve

focalizar os desafios que cercam a produção e distribuição de produtos dessa produção diante do mecanismo de produção e distribuição cada vez mais globalizado, contudo, a agricultura familiar se apresenta como uma opção de desenvolvimento menos excludente e ambientalmente mais equilibrada, ou seja, está intimamente ligada a questão da agroecologia.

Segundo Fonte *et al.* (2005):

A agroecologia consiste em uma nova ciência dentro do meio agrário, fundamentada em princípios semelhantes aos da complexidade, sendo um desafio, não uma receita, não produzindo respostas prontas e tendo a sua base na permanente construção. Concebe o homem como parte da natureza, fazendo as inter-relações entre seres vivos, entrelaçando a diversidade dentro de um contexto que considera o todo e não a fragmentação dos objetos e saberes. Ela é uma ciência interdisciplinar e transdisciplinar que nos permite estudar, criticar, questionar, dirigir, desenhar e avaliar os agroecossistemas (FONTE ET AL, 2005).

Diante das diversas perspectivas da agroecologia, os autores acima citados destacam um dos objetivos principais que é a otimização do equilíbrio dos agroecossistemas como um todo. Para que isso ocorra é necessário que o conhecimento seja repensado, visando a interpretação das complexas relações inerentes à vida na Terra. Por isso mesmo, as pesquisas realizadas em laboratórios ou em estações experimentais não são suficientes, já que não conseguem se aproximar dos diferentes agroecossistemas e do enfoque ecossistêmico. São essas relações complexas que compreendem a noção de sustentabilidade que têm sido objeto de estudo também no século XXI. A concepção de agroecologia vai muito além dos aspectos de produção e técnica, passando a incorporar dimensões amplas e complexas, que incluem variáveis econômicas, sociais, culturais, políticas e éticas.

Corroborando com esta visão Caporal e Costabeber (2002) reiteram que a agroecologia não pode ser confundida com um estilo de agricultura. Também não pode ser confundida simplesmente com um conjunto de práticas agrícolas ambientalmente amigáveis, surgindo uma dimensão muito maior, agricultura, sociedade e sustentabilidade.

Segundo Navarro (2001), o debate gerado pelas demandas sociais como foco na noção de agricultura familiar tem levado a uma tendência de reivindicação por novos padrões de desenvolvimento rural que possam incluir mecanismos de repercussão local.

#### 4.5 PLURIATIVIDADE: COMPLEXIDADE DO MEIO AGRÁRIO

Segundo Silva (1996), diante dessas novas condições e perspectivas que se abrem para o espaço agrário, surge a necessidade de se reconceituar as compreensões consagradas historicamente sobre agrário, rural, agrícola, homem do campo e agricultor. Atualmente, o meio agrário não pode mais ser visto como, apenas um meio agrícola devido à complexidade e heterogeneidade de suas atividades. Hoje em dia, a composição social do campo não se restringe mais a pessoas que se ocupam da agricultura apenas, mas que desenvolvem outras atividades.

Para Schneider (1994), a partir do crescente desenvolvimento de atividades não-agrícolas no campo, surge uma nova área de pesquisa: a pluriatividade, que se dedica ao estudo do conjunto das atividades realizadas no espaço agrário, bem como suas interações e inter-relações.

As novas ruralidades aproveitam e expandem novas funções e atividades no campo, integrando e envolvendo as famílias rurais com o poder público e a iniciativa privada. É a conhecida pluriatividade ou multifuncionalidade do campo, como é classificado esse novo momento no meio rural brasileiro, onde as atividades não agrícolas assumem um papel destacado para a sobrevivência das pessoas e para a geração de renda das famílias (SCHNEIDER, 2003).

Quando um membro, pelo menos, de uma família rural exerce alguma atividade não-agrícola, seja atividade principal seja secundária, fica caracterizada a pluriatividade. Desse modo, as atividades que estão sob o conceito de pluriatividade servem como complemento à renda total da família rural, criando uma nova dinâmica no campo. Dependendo do que a região tem a oferecer, várias ocupações remuneradas podem ser consideradas pluriatividades, como as atividades da construção civil ou do comércio em geral (SCHNEIDER, 2003).

##### 4.5.1 Possibilidades Empreendedoras: facilitando caminhos

Segundo Dolabela (1999), o empreendedorismo é a chave do crescimento. Compreender o fenômeno é essencial para traçar políticas e programas para o fortalecimento dos negócios e o conseqüente desenvolvimento socioeconômico da

sociedade, por meio da geração de auto-emprego (trabalhador autônomo), empreendedorismo comunitário (como as comunidades empreendedoras).

Com base nisso, podemos dizer que empreendedorismo é fazer diferente, é valorizar as quatro qualidades humanas que são iniciativa, criatividade, ousadia e responsabilidade. Assim, ser empreendedor é, também, ser inédito, estar à frente de seu tempo, gerar riquezas, progredir, em suma: criar vida, a partir daquilo que outras pessoas veriam como algo sem perspectiva (DOLABELA, 1999).

De acordo com o autor anteriormente mencionado, o empreendedorismo é um fenômeno regional, ou seja, existem cidades, regiões, países mais, ou menos, empreendedores do que os outros. Porém, as possibilidades empreendedoras consistem nas características comportamentais básicas do ser humano.

Entretanto, o empreendedorismo é considerado como sendo um novo paradigma, assim como o Desenvolvimento Rural Sustentável, que parte dos pressupostos das diferentes propostas de modificação da agricultura que tem, como perspectiva, a sustentabilidade em sua produção, como a agroecologia. Nesse contexto, podemos entender a questão do desenvolvimento sustentável no meio rural como uma nova preocupação que envolve os produtores rurais, engenheiros agrônomos, biólogos, e todos aqueles que estão diretamente envolvidos nos meios de produção, armazenamento e distribuição dos produtos produzidos no meio rural.

De acordo com Donelas (2003), embora o empreendedorismo apareça como uma característica individual, quando as pessoas se associam, novas perspectivas de crescimento podem aparecer. Quando as pessoas se unem, em uma associação por exemplo, acabam por trabalhar as principais características individuais, quais sejam: solidariedade, respeito, amor, laços familiares, além de levar em conta que existem certos conflitos, inerente aos grupos. No entanto, em lugar de esses conflitos serem negativos, eles podem contribuir significativamente para o desenvolvimento da associação.

Em se tratando de agroecologia, por exemplo, ela pode servir como impulsionadora para que se viabilize a adesão dos agricultores familiares às propostas institucionais advindas de diversas entidades públicas como SEAB, EMATER, INCRA, MDA, PRONAF entre outros, além de instituições públicas ou privadas voltadas para o meio rural.

É nesse contexto que se insere o Curso de Gestão e Empreendedorismo do Setor Litoral da UFPR, o qual busca por meio de seus atores, dar suporte às ações que vem sendo desenvolvidas no litoral paranaense e, nesta pesquisa, o foco concentra-se na Comunidade Pantanal do Assentamento Nhundiaquara do litoral paranaense.

#### 4.5.1.1 O viés empreendedor no meio rural: autonomia para a sustentabilidade

Antes de se falar no viés empreendedor do meio rural, é interessante colocar questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Assim, segundo Sachs (2004, p. 35), o desenvolvimento sustentável assume a função de habilitar os indivíduos a manifestarem suas potencialidades, talentos e imaginação, procurando a auto-realização e a felicidade, adquiridos a partir de empreendimentos individuais e coletivos, "numa combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo dedicado a atividades não produtivas".

Para o autor anteriormente mencionado, a boa sociedade deve prover oportunidades, enquanto cria, concomitantemente, um ambiente de convivência e condições para que se desenvolva a produção de meios de existência viáveis, que sejam capazes de suprir as necessidades materiais básicas da vida, quais sejam, comida, abrigo, roupas, tanto no âmbito familiar, quanto no âmbito comunitário.

Para Navarro (2001), existem algumas diferenças conceituais relacionadas com o termo desenvolvimento sustentável, sendo que a primeira que se deve definir é o desenvolvimento agrícola ou agropecuário, que segundo o autor refere-se exclusivamente às condições da produção agrícola/agropecuária e suas características produtivas existentes nas tendências em determinado período de tempo. Desta forma, relaciona-se à base material da produção agrícola/agropecuária e suas características, tais como, área plantada, produtividade, tecnologia utilizada, e rendimento econômico, entre outras.

Ainda de acordo com Navarro (2001), é necessário, no contexto do desenvolvimento sustentável, entender o que é desenvolvimento agrário, que para ele pode ser relacionado ao entendimento do mundo rural dentro do âmbito da sociedade em todas as suas dimensões, também em determinado período de tempo. O foco de convergência do desenvolvimento agrário se faz nas instituições,

políticas atuantes no período de tempo estudado, disputas entre classes sociais, condições existentes de acesso e de uso da terra, nos conflitos sociais gerados, etc.

Segundo Sachs (2004, p. 35), deve-se combinar alguns elementos que possibilitem a produção de meios de sobreviver dela. O autor os lista como:

- Acesso a ativos requeridos para a produção de bens e serviços para autoconsumo, no âmbito da economia doméstica;
- Acesso ao treinamento, técnicas e ativos necessários para a produção de bens e serviços orientados para o mercado mediante auto-emprego;
- Disponibilidade de trabalho decente, de tempo integral ou parcial, para os membros da família que o desejam;
- Acesso universal aos serviços públicos;
- Acesso a habitação autoconstruída, alugada ou adquirida mediante esquemas subsidiados de moradia popular;
- Disponibilidade de tempo livre para atividades não produtivas (SACHS, 2004, p.35).

Dentro dessa lógica também são necessários aspectos qualitativos, traduzidos como formas viáveis de produção de meios de existência, que não devem estar atrelados aos gastos de esforços excessivos por parte dos produtores, em atividades mal remuneradas e realizadas em condições insalubres, na provisão inadequada de serviços públicos e em condições indignas de habitação.

Face ao exposto, de acordo com Tedesco (2003), a partir do alto grau de competitividade e das dificuldades econômicas pelas quais tem passado a economia brasileira, tem havido um redirecionamento das atividades, gestões, informações e encargos, que se traduzem como expressões da modernidade econômica em relação à conjuntura atual.

Há uma tendência de interiorização de empresas para o meio rural que tem significado a adoção de processos e relações de trabalho que muitas vezes não seriam possíveis no espaço da fábrica urbana.

Segundo Schneider (1994), a prática da terceirização pelas empresas-mãe problematiza a articulação espacial entre o rural e o urbano. Existe a atração da população rural para o trabalho no estilo urbano; o local, comunidade/família, passa a atender as necessidades do processo de fabricação urbano, utilizando esta força de trabalho, fazendo crer em um processo de proteção da continuidade da reprodução social da família, ou seja, os membros da família continuam trabalhando juntos, só que agora na fábrica. Desta forma, não há a necessidade de um aumento

proporcional da quantidade de terra disponível para atender as necessidades dos mesmos.

Contudo, é necessário que se faça a identificação dos aspectos motivadores externos que tem levado muitas empresas localizadas na região urbana a se constituírem também no meio rural com grande possibilidade de buscar pessoas para o trabalho rural (CERIOLI E MARTINS, 1997).

Para os autores anteriormente citados, a CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - assumem um caráter político que deve ser trabalhado para que haja a conscientização e politização dos seus membros e um caráter da empresa econômica, cujo objetivo é promover a organização da produção, a resistência dos assentados no campo, o crescimento econômico e o desenvolvimento ou melhoria da qualidade de vida dos assentados, utilizando para isso uma lógica de organização de massa buscando alcançar a eficiência econômica sem entrar em conflito com o aspecto político.

Para que haja o estabelecimento do empreendedorismo no meio rural são necessários alguns recursos, como apoio do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - e o pessoal destinado a mobilização e luta política visando a reforma agrária e a transformação da sociedade, sem, contudo, descuidar dos aspectos produtivos (CERIOLI E MARTINS, 1997).

De acordo com Cerioli; Martins (1997), existem alguns obstáculos no ambiente externo que devem ser enfrentados pelas cooperativas no que se refere às questões sobre política agrícola. O Brasil é um país capitalista, neoliberal, que possui como uma das prioridades não manter subsídios agrícolas e que não objetiva garantir a segurança alimentar dos seus habitantes.

Assim, a constituição do viés empreendedor da área rural vai contra forças maiores, porque não haverá garantia de preços condizentes com os custos de produção, não haverá seguro agrícola e o volume de recursos para o crédito rural tenderá a diminuir (CERIOLI E MARTINS, 1997).

O planejamento e a organização da produção, continuam a ser o maior problema do empreendedorismo no meio rural, em que se fez necessário adotar posturas para o planejamento da produção nos assentamentos e cooperativas em vista da sustentação de alimentação e da garantia de uma renda mínima para cada um dos assentados (CERIOLI E MARTINS, 1997).



Os autores anteriormente mencionados, enfatizam a necessidade de perceber as partes integrantes do processo, a relação entre elas e a relação com todos, de compreender a atividade agropecuária em todas as suas relações, do manejo adequado das diversas atividades, tendo em vista de um melhor aproveitamento dos subprodutos.

Com relação ao aspecto econômico, a postura adotada pelo assentado é de que vai conseguir ficar rico individualmente ou através de sua unidade de produção, passando assim, a priorizar apenas o econômico, deixando de apoiar e participar das lutas dos trabalhadores (CERIOLI E MARTINS, 1997).

De acordo com Perondi (2007, p. 174), há outro desafio que necessita de solução:

(...) de forma geral, também é possível concluir que além de procurar fortalecer as atividades agrícolas no interior das propriedades familiares, via os programas do Pronaf, por exemplo, existe ainda, uma necessidade não atendida, por políticas de diversificação do meio rural. Políticas que tenham o objetivo de diferenciar e verticalizar a produção agrícola, como também estimular a formação de um ambiente (no sentido social e econômico) propício ao desenvolvimento de atividades não-agrícolas no meio rural (PERONDI, 2007, p. 174).

#### 4.5.2 A Agroecologia como Ensino Superior: o Desencadear para uma Transformação necessária diante da construção do PPP do Setor Litoral

Segundo Baiardi (2003), o meio rural é um local desafiador para o ensino universitário. Por um lado, é um espaço no qual a universidade encontra dificuldades para se inserir e, por outro lado, abriga populações fortemente marginalizadas

O termo agroecologia, de acordo com Gliessman (2000), foi proposto pelos ecologistas nos anos 30 como ecologia aplicada na agricultura, contudo, só ganhou força após o advento da Revolução Verde a partir de 1950, juntamente com a Revolução Industrial, quando a agricultura tornou-se o braço da indústria no campo. A associação dessas duas revoluções foi impulsionada pelo capital voltado para gerar lucros através da produção e produtividade, e também por uma visão reducionista e disciplinar que serviu de base para alavancar a produção e passar a implementar a utilização de fertilizantes químicos, maquinários e defensivos.

Pode-se obter uma das definições mais amplas dentro do contexto da agroecologia a partir de Guzmán e Molina (1996, p. 12), que afirmam que:

A Agroecologia constitui um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, reconduzir o curso alterado da co-evolução social e ecológica, mediante controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade (GUZMÁN E MOLINA, 1996, p.12).

Segundo Hoeller (2006), a agroecologia, dentro do campo das ciências, é derivado da ecologia e da agronomia. Durante todo o período da Revolução Verde, incluindo o período atual, essas duas ciências tiveram um contato muito tenso. Por um lado a agronomia se dedicou a aplicar metodologias científicas no campo agrário, por outro lado a ecologia somente tem se preocupado em investigar temas de sistemas naturais.

A agroecologia pode ser entendida como sendo uma ciência interdisciplinar e transdisciplinar que possibilita o estudo, a crítica, o questionamento, a direção, o desenho e a avaliação dos agroecossistemas. A autora define os agroecossistemas como sendo “as inter-relações existentes entre os sistemas, que possibilita o estudo do todo com uma visão na utopia do desenvolvimento sustentável” (HOELLER, 2006, p. 23).

Assim, pode-se dizer que a agroecologia é uma nova abordagem da agricultura que integra diversos aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, na avaliação dos efeitos das técnicas agrícolas sobre a produção de alimentos e na sociedade como um todo.

Aprofundando-se nessa abordagem de agrossistemas, Hoeller (2006, p. 23) afirma que

Na perspectiva agroecológica, um dos objetivos é a otimização do equilíbrio dos agroecossistemas como um todo, o que significa a necessidade do repensar o conhecimento, para a interpretação das complexas relações existentes na vida do planeta Terra. Por esta razão que as pesquisas realizadas em laboratórios ou em estações experimentais não são suficientes, pois, não conseguem se aproximar dos diferentes agroecossistemas e do enfoque ecossistêmico. Essas relações complexas alimentam a noção de sustentabilidade que permeia as discussões da humanidade no século XX (HOELLER, 2006, p.23)l.

Para Gliessman (2000), o conceito de agroecologia quer sistematizar todos os esforços em produzir um modelo tecnológico abrangente, que seja socialmente

justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável; um modelo que seja o embrião de um novo jeito de relacionamento com a natureza, onde se protege a vida toda e toda a vida, estabelecendo uma ética ecológica que implica no abandono de uma moral utilitarista e individualista e que postula a aceitação do princípio do destino universal dos bens da criação e a promoção da justiça e da solidariedade como valores indispensáveis. A rigor, pode-se dizer que agroecologia é a base científico-tecnológica para uma agricultura sustentável e modo de vida sustentável para o espaço agrário.

De acordo com Assad e Jalcione (2004), o modelo de agricultura sustentável são os conhecimentos empíricos dos agricultores, acumulados através de muitas gerações, ao conhecimento científico atual para que, em conjunto, técnicos e agricultores possam fazer uma agricultura com padrões ecológicos (respeito à natureza), econômicos (eficiência produtiva), sociais (eficiência distributiva) e com sustentabilidade a longo prazo.

Segundo Bonilla (1992), a agroecologia somente pode ser entendida na sua plenitude quando relacionada diretamente ao conceito de sustentabilidade e justiça social. Nesse sentido, a agroecologia se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica, ecológica, social, cultural, política e ética. Desta maneira, a Agricultura Ecológica nasceu da necessidade da incorporação da dimensão ecológica à produção agrícola e implica na coexistência de várias correntes que propõem a aplicação de princípios ecológicos à produção agropecuária. Enfim, é um conjunto de princípios gerais aplicáveis aos sistemas agropecuários sustentáveis.

Deve-se ressaltar que a agroecologia atribui grande importância à agricultura familiar tradicional, indígena, quilombola ou camponesa, como espaço destacado para o desenvolvimento de uma racionalidade ecológica. No entanto, não significa a exclusão de outros setores envolvidos com a produção agrícola, como a agricultura de grande escala, que pode assumir passos da Transição Agroecológica. Neste sentido, pode-se tomar como base a proposição de Francis *et al.* (2003), que sugerem a agroecologia como o estudo integrativo da Ecologia do sistema alimentar como um todo, isto é, da apropriação da natureza ao consumo. E ainda cabe destacar que a agroecologia opera na perspectiva da Transição Agroecológica – ou seja, na migração gradual para modelos de Agricultura de Base Ecológica – não

somente como estratégia econômica (afinal, a longevidade da produção depende da capacidade de renovação dos recursos naturais), mas também por entender que não é mais pertinente produzir dentro de novos princípios produtivos.

Assad e Jalcione (2004), colocam que, se a agroecologia se propõe a desenhar e manejar agroecossistemas sustentáveis e construir estratégias de desenvolvimento rural sustentável englobando as dimensões ecológicas, sociais, culturais e econômicas, pode-se afirmar que a mesma serve a sociedade como um todo, às gerações atuais e futuras, aos atores do mundo rural e urbano.

Para Riechmann (2002), produzir, comercializar e consumir alimentos são atividades com profundo conteúdo ético, sistêmico e político que dizem respeito não apenas aos agricultores, mas a toda cidadã e a todo cidadão, sendo uma questão para toda a sociedade, com sérias implicações para as gerações futuras.

No contexto da agroecologia, a interdisciplinaridade é muito importante e de acordo com Morin (2003), a ciência ecológica é constituída em cima de um objetivo e de um projeto multi e interdisciplinar, utilizando os serviços de diferentes disciplinas, além de ter competência para desenvolver e resolver os problemas fundamentais desse tipo de organização.

Nesta perspectiva, associar num mesmo projeto, a agricultura familiar, o empreendedorismo, o desenvolvimento sustentável e a educação direcionada, abrange áreas que além de importantes individualmente, são imprescindíveis para a humanidade.

Assim, o Setor Litoral da UFPR, cujo compromisso está ancorado aos ideais e valores oriundos da concepção da educação, em que desenvolve seu Projeto Político Pedagógico pautando-se nas necessidades da região, consolidou-se neste ano de 2008, a criação do curso de nível superior em Agroecologia.

A atividade agrícola no litoral é marcada por duas características importantes, a predominância de pequenos produtores, próximos à lógica de sobrevivência através do que produzem e, em grande parte, com práticas de manejo convencional e tradicional. O processo de urbanização, revelado na taxa de crescimento urbano dos municípios do litoral, cuja performance excede à média do estado do Paraná, bem como à própria média brasileira.

Sendo assim, percebe-se a relevância propositiva de um curso superior de Agroecologia que contribua para a construção de uma nova realidade regional e de um desenvolvimento sustentável.

O curso superior em Agroecologia, criado no Setor Litoral no ano de 2008, constituiu-se como alternativa de qualificação profissional para as comunidades locais. Tem como princípios o uso sustentável dos recursos naturais, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sócio-econômico, principalmente da agricultura familiar que estimula a produção diversificada e amplia a capacidade de consumo de alimentos e de outros bens pelas famílias rurais, mas também da agricultura camponesa, de comunidades ribeirinhas, caiçaras e de famílias que vivem da pesca e artesanato, contribuindo com a promoção da segurança alimentar e nutricional destes povos.

#### 4.5.3 Perspectiva para a Possibilidade do PROEJA em Agroecologia

De acordo com Carneiro (2005), aproximadamente 32 milhões de pessoas que vivem na zona rural encontram-se em desvantagem no que se refere ao acesso aos recursos financeiros e quanto ao acesso e frequência à escola quando comparadas à população urbana. Especificamente na questão relacionada na segunda constatação o nível de instrução e o acesso à educação desta parcela da população evidenciam a desigualdade social existente entre o campo e a cidade.

Deve-se manter em mente que o campo constitui-se um universo integrado a sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. Este não é um universo isolado, autônomo no que se refere a sociedade brasileira e que possui uma lógica exclusiva de funcionamento e reprodução, mesmo que este apresente particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o torna diferente (MEC, 2005).

Neste contexto, o campo é por si só rico e diversificado, que também assume o papel de produto e produtor de cultura. Constitui-se como um espaço propício a construção da democracia e da solidariedade, quando passa de simples palco das lutas pelo direito a terra, para lugar onde se exige o direito à educação, à saúde, à organização da produção, entre outras coisas (MEC, 2005).

Diante do paradigma da sustentabilidade, a educação com foco no desenvolvimento deve considerar tanto a sustentabilidade ambiental, quanto as agrícola, agrária, econômica, social, política e cultural. Assim, pensar a educação e sua relação com o desenvolvimento sustentável é partir da idéia de que o local, o território pode ser reinventado através das suas próprias potencialidades. Uma das maneiras de se fazer aflorar essas potencialidades reside no reforço da idéia da importância do coletivo, visando obter a participação popular nas questões políticas, sociais e educacionais da comunidade (MEC, 2005).

Segundo da II Conferência Nacional de Educação do Campo (2004), a implementação de um programa voltado para a educação de jovens e adultos com foco na agroecologia deve se orientar por alguns parâmetros básicos:

- A educação de jovens e adultos como um direito dos povos do campo;
- A educação de jovens e adultos como política pública nos sistemas de ensino;
- A educação de jovens e adultos como estratégia de fortalecimento do desenvolvimento sustentável com enfoque territorial;
- O trabalho e a qualificação profissional como direito dos povos do campo;
- A educação como afirmação, reconhecimento, valorização e legitimação das diferenças culturais, étnico-raciais, de geração, de gênero, de orientação sexual e sócio-ambiental;
- A existência de sujeitos sociais que possuem projetos políticos e pedagógicos próprios.

A perspectiva de um programa de PROEJA deve se pautar pelo desenvolvimento de uma política que possa estimular e ampliar o acesso e a permanência de jovens agricultores familiares no sistema formal de ensino, possibilitando-lhes oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação social e profissional.

Levando-se em conta as necessidades que se encontra no campo, a proposta pedagógica deve se fundamentar num eixo curricular articulador que enfoque a agricultura familiar e a sustentabilidade, que certamente beneficiará os agricultores familiares, além de promover o desenvolvimento sustentável e solidário na região, na perspectiva de re-significação do trabalho e da vida no campo.

Compreendendo a missão do Setor Litoral da UFPR, estuda-se a possibilidade a criação do PROEJA em Agroecologia como proposta de educação e desenvolvimento, amparada no pressuposto de que as estatísticas apresentadas até

então trazem uma problematização fundamentada o êxodo rural que se justifica pela falta de oportunidade e conhecimento.

#### 4.6 COOPERATIVISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Nesta tarefa tão importante e urgente, é que o cooperativismo muito tem a contribuir para o fomento e a geração de pólos micro-regionais e locais de desenvolvimento integral, humano e sustentável. A importância da coletividade está em somar as habilidades de cada um para o desenvolvimento conjunto. Os sócios de uma cooperativa são membros ativos daquela comunidade, nelas têm fincadas suas raízes (PINHO, 2000).

De acordo com o autor anteriormente mencionado, na cooperativa exercitam a democracia e decidem coletivamente sobre os destinos do excedente gerado pela empresa. Os associados priorizam também a reaplicação da maior parte dos excedentes gerados pela cooperativa dentro do próprio município ou da Região.

Cite-se também o exemplo das cooperativas de produtores rurais, que enquanto tais e sendo razoavelmente geridas, são importantes geradoras de produção mais qualificada e de renda adicional para os produtores associados de cada localidade e região (LAIDLAW, 1981).

Com a sua assistência técnica e os serviços de infra-estrutura, tendem a obter uma boa produtividade média por produtor, comparativamente a produtores não associados, muitas beneficiam o produto agregando valor ao mesmo e criam melhores canais de comercialização da produção (LAIDLAW, 1981).

Sabe-se, segundo informações do Ministério da Agricultura (2006), que somente 5% das propriedades rurais brasileiras têm infra-estrutura de armazenamento, enquanto na Argentina, a relação sobe para 25%. E, seguramente, grande parte dos produtores rurais que dispõem da infra-estrutura mencionada, deve isso a suas cooperativas.

Analisando-se o lado social das cooperativas, Laidlaw (1981, p. 55), conceitua a cooperativa como “um grupo de pessoas, grande ou pequeno, comprometido na ação conjunta, baseadas na democracia e no esforço próprio, visando prestar um serviço ou concretizar um acordo econômico, que seja socialmente desejável e proveitoso para todos os seus participantes”.

Para Namorado (2001), as cooperativas são organizações que existem em primeiro lugar em benefício de seus associados. Devido a essa sólida vinculação com os associados, com frequência em um espaço geográfico específico, em geral as cooperativas passam a ter estreitos vínculos com a comunidade local ou regional.

As cooperativas têm igualmente a responsabilidade de trabalhar constantemente pela proteção do meio ambiente dessas comunidades. Compete aos associados decidir o grau de intensidade e a maneira específica que uma cooperativa deverá e poderá efetuar suas contribuições à sua comunidade (ACI, 1996, p. 46).

Para Sabourin (2006, p. 8), é fala recorrente dos agricultores que as cooperativas têm dono específico. De acordo com o autor, "(...) em tais condições, quando os coletivos de camponeses são afastados da administração, a cooperativa torna-se uma nova autoridade gestora dos bens comuns (água, perímetro irrigado) ou um novo intermediário para o acesso ao mercado".

Segundo coloca a União de Cooperativas de Reforma Agrária e Economia Solidária,

Por conta deste processo, as nossas tradicionais cooperativas tornaram-se de modo geral representantes do poder econômico. As "cooperativas empresariais" passaram a enfrentar a concorrência através do aumento da renda e do seu patrimônio e não por meio da organização, da educação, da participação e da inclusão sócio-econômica dos seus associados. Como resultado muitas cooperativas se tornaram grandes empresas, ao mesmo tempo se distanciaram do seu quadro social - legítimo responsável pelo destino da cooperativa - reduzindo a atuação dos cooperados a uma participação passiva, não ativa (UNICAFES, 2005).

A Federação propõe modos inovadores de comercialização, a partir da criação das micro-cooperativas, e apóia à criação de feiras municipais e mini-ceasas para abastecer os mercados regionais. Os sindicatos rurais também apóiam a formação de parcerias entre os produtores rurais e as escolas públicas da região, a fim de prover à merenda escolar com a produção familiar. Essa medida seria muito interessante, pois além de ser uma forma de escoar a produção, levaria produtos com alto valor nutricional aos alunos (FIALHO E ANDRADE, 2007).

Conforme destaca Sabourin (2006), o movimento de renovação do cooperativismo para agricultura familiar se iniciou a partir das cooperativas de crédito, cujo objetivo de criação era substituir a falta de atendimento ou a ausência física dos bancos oficiais no que se refere ao financiamento.



Para Magalhães (2005), o sucesso e o rigor das cooperativas de crédito estão relacionadas às relações de reciprocidade que provem das práticas solidárias religiosas, que tiveram origem nas Comunidades Eclesiais de Base.

A partir disso, surge uma questão teórica colocada por essa hipótese, que o autor destaca que é, "(...) a utilização de estruturas de reciprocidade dependendo do plano simbólico (a religião) para práticas econômicas no plano do real e até para práticas de intercâmbio capitalista (crédito bancário para investimentos produtivos)" (MAGALHÃES, 2005 apud SABOURIN, 2006, p.8).

#### 4.6.1 A Produção Artesanal e seu Devido Valor

De acordo com Schneider (2003), as atividades produtivas da população mais pobre no Brasil, geralmente, são marcadas por baixos investimentos de capital, precária qualificação do trabalho das pessoas e o alto grau de informalidade. As principais áreas são a agricultura familiar tradicional, o extrativismo, o artesanato, a reciclagem e os serviços e comércio informal nas áreas urbanas.

Para Silva (1997), um dos maiores obstáculos à produção familiar é o seu caráter artesanal. Como não há uma produção regular e padronizada, não é possível atender à demanda gerada pelo mercado tradicional, dificultando bastante a comercialização e o escoamento da produção familiar.

De acordo com o autor anteriormente mencionado, o que à primeira vista poderia ser uma barreira à agricultura familiar e a produção artesanal, passa a ser uma solução para atender um nicho de mercado que consome esses produtos, pois esses bens possuem alto valor agregado em relação à qualidade nutricional (isentos de agrotóxicos) e ao cuidado na preparação quanto a higiene, no caso de doces, biscoitos, compotas e outros.

Logo, essas qualidades inerentes à produção artesanal, quando se compara à produção industrial, criam um diferencial marcante e estabelecem um nicho de mercado altamente promissor (SILVA, 1997).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 A REGIÃO DE MORRETES

A fundação do povoado de Morretes foi em 1721, contudo já houve ocupação efetiva do seu território por mineradores e aventureiros paulistas, no ano de 1646, período no qual foram descobertas jazidas de ouro na região (CARNEIRO, 2007).

A partir de meados do século XVIII, os parnanguaras, capitão Antônio Rodrigues de Carvalho e sua mulher Maria Gomes Setúbal, estabeleceram-se em Morretes, onde construíram uma capela dedicando-a a Nossa Senhora do Porto e Menino Deus dos Três Morretes, abençoada pelo padre Francisco de Meira Calassa em 21 de julho de 1769.

No período de 1811 a 1832, o comércio e a indústria, particularmente o beneficiamento de erva-mate e a indústria de aguardente, sobrepujavam as demais atividades.

Em 1º de março de 1841, através da Lei Provincial n.º 16, Morretes foi elevada à categoria de município, com território desmembrado de Antonina. A instalação oficial se deu no dia 05 de julho de 1841. A partir da Lei Provincial n.º 188, de 24 de maio de 1869, Morretes foi elevado à categoria de cidade, porém sua denominação foi alterada para Nhundiaquara, mas, pela Lei Provincial n.º 277, de 07 de abril de 1870, voltou a denominar-se Morretes (CARNEIRO, 2007).

A denominação Morretes é de origem geográfica e refere-se aos pequenos morros (morretes) que circundam toda a cidade. Este nome é conhecido desde o tempo de sua primitiva colonização (CARNEIRO, 2007).

De acordo com Marchioro (1999), Morretes historicamente, tem sido ponto de parada da rota comercial entre o Porto e a cidade de Curitiba. Nos primórdios a cidade era utilizada por tropeiros para se abastecerem antes de seguir viagem. Após 1830 foram instalados engenhos para beneficiar a erva-mate que vinha do planalto, em direção ao porto.

## 5.2 OS AGRICULTORES FAMILIARES DO LITORAL PARANAENSE

A característica predominante no meio rural no litoral do Paraná é que as famílias de agricultores desenvolvem suas atividades, mesmo sendo diversificadas, baseadas no trabalho das famílias, sendo que alguns contratam esporadicamente pessoas externas à família em momentos de picos de trabalho.

Outra característica comum das famílias desta região é a diversidade de espécies cultivadas/criadas simultaneamente em suas áreas.

O princípio de integração entre produção animal e vegetal, discutido pela agroecologia não é praticado pela maioria dos agricultores, sendo que poderia ser mais aprofundada a construção coletiva da proposta entre os agricultores, com o apoio dos técnicos responsáveis pelas áreas produtivas da região.

Foi possível constatar que a distribuição geográfica da região litorânea, condiciona, de certa forma, as lógicas de produção dos agricultores, diante das diferenças culturais existentes entre a população desta região (MARCHIORO, 1999).

### 5.2.1 Os Agricultores de Morretes

Com relação as características de Morretes, no que diz respeito a agricultura, Marchioro (1999), destaca:

- Exploração familiar mercantil (43,1%): dominância do trabalho familiar; contrata mão-de-obra; dependência do mercado; usa crédito rural; valoriza trabalho familiar.
- Exploração familiar de subsistência (27,6%): não contrata mão-de-obra; trabalho familiar é fundamental; não usa crédito; pouca relação com o mercado; nível de intensificação das explorações é baixa.
- Exploração mercantil autônoma (12,1%) – citrus, maracujá, acerola, milho e feijão: presença de mão-de-obra familiar; crédito é importante; produzir para família é mais importante (cauteloso com o mercado); tem outras rendas (aposentados, aluguel de imóveis).
- Exploração agrícola empresarial (17,2%) – olericultura (gengibre), pecuária (búfalo): a terra é um bem negociável; mão-de-obra contratada; solo intensivamente cultivado; crédito é fundamental; 100% produção para o mercado; possuem recursos naturais privilegiados (MARCHIORO, 1999).

Os agricultores do município de Morretes/PR, quando comparados com os agricultores de outras regiões, apresentam um maior grau de envolvimento na economia de mercado. Utilizando a classificação de Marchioro (2002), eles podem

ser tipificados como: “exploração familiar mercantil, pois dependem do mercado para adquirir grande parte de seus insumos e para vender os seus produtos, sendo importante o papel da família, em torno da qual se dá a organização do trabalho”.

O modelo de agricultura praticado pelos agricultores os torna dependentes das culturas desenvolvidas no município, fato que segundo Rosset e Altieri (2002, p. 321-322), “diminui substancialmente o potencial da agricultura sustentável de enfrentar, com sucesso as causas básicas da crise socioeconômica e ambiental que atingem a agricultura”.

Outra característica dos agricultores é que algumas das famílias não são nativas da região, e, provavelmente este é um dos fatores que influenciam na escolha das culturas cultivadas pelos mesmos.

A maior parte da produção destes agricultores de Morretes, de modo mais geral, é destinada à comercialização, índice que varia de 80% a 95% segundo os relatos coletados, e destinados majoritariamente para outras regiões do estado (principalmente Curitiba), ou exportação, como o caso do gengibre exportado para a Europa (MARCHIORO, 2002).

Segundo Marchioro (2002), os agricultores relataram que os principais fatores para desenvolverem um modelo orgânico de produção, se devem a:

- a) preocupação com o meio ambiente;
- b) preocupação com a sua saúde e de seus familiares;
- c) preço mais alto pago pelos produtos orgânicos.

Ainda de acordo com os resultados obtidos pela pesquisa de Marchioro (2002), há interesse de permanência no trabalho com a terra, apesar das dificuldades enfrentadas pelos agricultores, estes ainda acreditam que a vida no campo possa ser o futuro de seus filhos.

Considerando que o Censo Agropecuário 2007 está em vias de apresentar seu resultado final, para o qual as coletas de dados foram realizadas pelo IBGE em estabelecimentos agropecuários, de 01/01 a 31/12/2006, o quadro 2, apresenta, como resultado preliminar, alguns dados do município de Morretes-PR (QUADRO 1).

Número de estabelecimentos agropecuários	689 estabelecimentos	Área dos estabelecimentos agropecuários	14.113 hectares
Número de estabelecimentos com lavouras permanentes	450 estabelecimento	Área de lavouras permanentes	2.350 hectares
Número de estabelecimentos com lavouras temporárias	481 estabelecimentos	Área de lavouras temporárias	1.860 hectares
Área de pastagens naturais	121 estabelecimentos	Número de estabelecimentos com pastagens naturais	1.853 hectares
Área de Matas e florestas	459 estabelecimentos	Número de estabelecimentos com matas e florestas	7.087 hectares
Total de pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor	1351 pessoas	Total de pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor	380 pessoas

QUADRO 1 - CENSO 2007- RESULTADOS PRELIMINARES – MORRETES-PR  
FONTE: Censo Agropecuário (2006)

Assim, pode-se considerar que o Censo Agropecuário supre a carência de informações sobre os aspectos econômicos, sociais e ambientais das atividades agropecuárias, seja da produção agrícola ou da pecuária brasileira que pode auxiliar nas pesquisas como forma de constituição de dados quantitativos.

### 5.3 A LINHA DE PESQUISA: DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

De acordo com Costabeber; Caporal (2002, p. 2), extrai-se um conceito oficial de Desenvolvimento Sustentável do Relatório Brundtland elaborado em 1987, que enfatiza que o crescimento econômico deve estar presente na noção de sustentabilidade, e assim, para que o desenvolvimento possa ser sustentável deve estar atrelado ao crescimento econômico, a distribuição da riqueza e a preservação ambiental. Dessa constatação os autores afirmam que o “desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades”.

Considerando os autores acima citados, no que se refere a agroecologia, a sustentabilidade deve ser vista como uma maneira de buscar constantemente novos pontos de equilíbrio para os possíveis conflitos existentes no contexto concreto. Diante disso, a sustentabilidade em agroecossistemas é algo relativo que pode ser

medido somente no futuro, e por isso mesmo quando se constrói o DRS deve-se enfatizar a busca de contextos de maior sustentabilidade, apoiados em algumas dimensões básicas.

No que se refere a agricultura familiar, ainda Costabeber; Caporal (2002, p. 10) apontam três características essenciais que a definem:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são executados por indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco ou de matrimônio; b) a maior parte do trabalho é igualmente proporcionado pelos membros da família; e c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família, e é em seu interior que se efetua sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (FAO/INCRA, 1996). A agricultura familiar é, ao mesmo tempo, unidade de produção, de consumo e de reprodução e, portanto, funciona mediante uma lógica de produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando sua reprodução. Obviamente, se trata de uma lógica diferente daquela que impulsiona a agricultura capitalista (COSTABEBER; CAPORAL, 2002, p. 10).

Para Xavier; Dolores (2001), a agricultura depende dos recursos naturais, dos processos ecológicos, do desenvolvimento técnico humano e do trabalho. Desta forma, a sustentabilidade na agroecologia se desenvolve a partir de dois componentes essenciais: a ambiental e a social. Do que se pode entender que depende tanto dos recursos físicos quanto dos recursos humanos.

Para o desenvolvimento rural sustentável, a partir da agroecologia, que não pretende ser hegemônica para todas as comunidades rurais do mundo, pelo contrário, a sustentabilidade e a estratégia de desenvolvimento rural devem ser definidas a partir da participação e da identidade etnoecossistêmica de cada localidade a ser considerada. Tal estratégia, para tanto, deve “nascer desde dentro”, ou seja, de forma endógena, pelo fortalecimento dos mecanismos de resistência ao discurso hegemônico da modernização agrária, tão comum nas zonas rurais.(MOREIRA; CARMO, 2004, p. 41).

Desta forma, segundo os autores, o conceito de desenvolvimento rural deve estar baseado no descobrimento, sistematização, análise e fortalecimento dos elementos que possam oferecer resistência local ao processo de modernização agroecológico, de maneira que possa ser fortalecido pela ação social coletiva.

Apesar do conceito de sustentabilidade estar em alto grau de uso e tão divulgado na contemporaneidade a utilização do termo desenvolvimento sustentável na agricultura ainda está um tanto obscuro o seu significado. Porém, o que reflete é

que há problemas de sustentabilidade da agricultura junto aos assentados da reforma agrária na região litorânea do Paraná, neste caso, mais precisamente em Morretes-PR, no Assentamento Nhundiaquara, Gleba Pantanal.

#### 5.4 O ASSENTAMENTO NHUNDIAQUARA

Segundo arquivos da EMATER, Morretes-PR, a constituição e os motivos de criação do Assentamento Nhundiaquara se deram a partir da desapropriação das áreas de terra que constituíam a ex- Usina de açúcar de Morretes S/A de propriedade da Companhia Comercial São Paulo Paraná, terras estas que foram arrendadas pelos ex-funcionários da Usina e pequenos agricultores da região. Considerando, que o município de Morretes-PR teve posição de destaque no comércio, na indústria e no entroncamento rodoferroviário, devido aos dois Portos de relevância do Sul do País, que funcionavam no passado, e, que acabou por um esvaziamento econômico, desarticulando assim os planos, programa e projetos governamentais para o desenvolvimento sócio-econômico de todo o litoral, os agricultores sem terra do município partiram para a implantação de um Projeto de Reforma Agrária.

Segundo Borsatto (2007), na década de 40, instalou-se, no Município de Morretes-PR, a usina de açúcar, cuja Figura 6, apresenta a estrutura centra da referida usina.

A usina mencionada anteriormente, empregou mais de 1.600 (um mil e seiscentas) pessoas, porém ao final dos anos 60, este estabelecimento foi fechado.

Posteriormente, a área foi desapropriada e destinada ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária para o Projeto de Assentamento, denominado Assentamento Nhundiaquara.

Os responsáveis pelo Programa de Assentamento da Reforma Agrária MDA/INRA, ao estabelecerem o Assentamento Nhundiaquara, subdividiu-o em cinco glebas, tendo como uma destas glebas a Gleba Pantanal, de acordo com a área delimitada no mapa elaborado pelo INCRA-PR (ANEXO 2).



FIGURA 2 – USINA DE AÇÚCAR– ÁREA DESTINADA PARA O PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA: ASSENTAMENTO NHUNDIAQUARA – MUNICÍPIO DE MORRETES-PR  
FONTE: Borsatto (2007, p. 52)

Assim, conforme informações do INCRA-PR, o projeto de Assentamento Nhundiaquara, iniciou com a desapropriação através do decreto lei N° 90.114 de 28/08/84 e teve emissão de posse judicial em outubro de 1985. A área do assentamento é de 1.274,20 hectares, sendo que a reserva legal é coletiva e possui 249,00 hectares. No início foram divididos 77 lotes e assentadas igual número de famílias. A ocupação dos lotes ocorreu a partir de novembro de 2005. As famílias foram selecionadas através do cadastro do Movimento de Agricultores Sem Terras do Litoral - MASTEL (já extinto) e outra parte por arrendatários já fixados na área, trabalhadores rurais da ex-proprietária e caseiros de chácaras de lazer. A origem das famílias inicialmente assentadas era variada, sendo 40% de nativos da região e o restante nordestinos, paulistas, mineiros e de outras regiões do Paraná, mas que já residiam na região, não havendo problemas de adaptação.

Os principais problemas iniciais do assentamento foram a presença de gado da empresa ex-proprietária do imóvel, resistência de arrendatários não beneficiados em desocupar a área, falta de infra-estrutura (moradia, estradas, energia, alimentação).



A divisão inicial dos lotes obedeceu critério baseado na aptidão dos solos e de acordo com levantamento do quadro natural foi divididos lotes com média de 8,5 hectares para olericultores e lotes com 16,5 hectares para outras explorações como fruticultura e pecuária.

Em 1986 iniciou-se o processo de organização dos assentados, com a fundação da Associação de Assentados do Assentamento Nhundiaquara com finalidade de representar e prestar serviços aos assentados. Dois anos após, por discordâncias entre associados, surge uma dissidência e fundam a Associação Terra Tombada.

Atualmente o Projeto de Assentamento Nhundiaquara conta com 145 lotes e três associações de assentados, entre elas a Associação Prosperidade da Comunidade Pantanal.

#### 5.4.1 História da área da Gleba Pantanal

Durante a ocupação do Assentamento Nhundiaquara, ficou a Gleba Pantanal sem divisão de lotes por apresentar problemas de alagamento e não ter sido disponibilizado recursos para drenar a área e com isto uma área de 234,53 hectares ficou abandonada. A partir de 2001 iniciou-se uma invasão da área por famílias principalmente da região metropolitana de Curitiba, com uma ocupação desordenada. Em 2005, por pressão da já constituída Associação Prosperidade, desta gleba, o INCRA resolveu regularizar a área e assentar estas famílias. Foram criados 42 lotes que hoje se encontram em fase de estruturação. Conforme Mapa (Anexo 2).

#### 5.4.2 A Associação Prosperidade da Comunidade Pantanal

Conforme registro em ATA, a constituição da Associação Prosperidade, bem como a aprovação do Estatuto e a Eleição de seus representantes legais, foi realizada no dia 14 de dezembro de 2003. A comunidade Pantanal, conjuntamente com os Diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morretes-PR, aprovaram por unanimidade a constituição da associação, o estatuto e os representantes

inscritos. Houve, previamente, o Edital de convocação elaborado para a apreciação e análise antecipada do tema em pauta.

A Associação Prosperidade, conforme apresentado na figura 3, tem também um caráter educativo e cooperativo, pois ao mesmo tempo em que realiza suas reuniões para socializar informações importantes para os associados assentados que vão desde a socialização política até algumas práticas relacionadas ao Programa do Incra, sistematizam documentos que são necessários para alguns programas como O PRONAF, junto à Emater de Morretes-PR, assim propiciam um espaço para a elaboração de propostas, as quais são construídas coletivamente. A Gleba, foco do presente estudo, foi denominada de Pantanal devido ser uma área sujeita a alagamento. No período em que pertencia a usina de Morretes e o plantio da cana-de-açúcar era uma das alternativas dessa época, em toda a extensão da área havia canais de drenagem para viabilizar a prática desta cultura, os quais foram obstruídos no decorrer do tempo e hoje há a dificuldade de drenagem do solo por parte dos assentados.



FIGURA 3 - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES  
FONTE: A autora (2008)

### 5.5 MOMENTOS IMPORTANTES DA PESQUISA DE CAMPO

As reuniões foram marcadas com o Presidente e a Secretária da Associação Prosperidade, para os quais foi entregue um ofício contendo o teor da pesquisa que seria realizada.

Assim, os representantes da associação puderam levar o assunto para o conhecimento da comunidade. Houve um espaço de tempo para que a nova

reunião fosse marcada o que permitiu que os envolvidos pudessem discutir o assunto entre eles.

Tão logo houve o interesse pela própria Associação em pautar o assunto em assembléia, deu-se início a mais uma nova abordagem que seguiria com um novo planejamento. Em reunião realizada com a parte interessada, com membros da comunidade e com o encarregado da EMATER em acompanhar a Gleba, foi apresentado no coletivo a pesquisa e seu objetivo.

Após a aprovação de todos para que o trabalho fosse realizado, a participação se deu de forma voluntária em que puderam escolher a data mais viável para realização das entrevistas. A autorização da pesquisa também aconteceu de forma conjunta com a EMATER de Paranaguá em que o esclarecimento se deu entre as partes interessadas.

Momento da apresentação da carta de solicitação para realização da pesquisa de campo, junto ao pessoal da associação. A interação e o esclarecimento sobre o trabalho que seria realizado junto a comunidade Pantanal (FIGURA 4).



FIGURA 4 – REUNIÃO NA ASSOCIAÇÃO PROSPERIDADE – SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA  
FONTE: A autora (2008)

A exposição a seguir, apresenta fragmentos das vivências realizadas na IAPAR e nas propriedades vizinhas de alguns produtores de Morretes-PR (FIGURA 5), em 24 de abril de 2008 que contribui para a análise do ambiente pesquisado.



FIGURA 5 – VIVÊNCIAS: IAPAR E PROPRIEDADES DE PRODUTORES DE MORRETES  
FONTE: a autora (2008).

## 5.6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Como amostragem utilizada foram entrevistadas 11 (onze) famílias num universo de 42 (quarenta e duas) famílias pertencentes a Gleba Pantanal do Assentamento Nhundiaquara, do Município de Morretes/PR.

Algumas entrevistas foram feitas individualmente, outras com a presença de vários integrantes da mesma família. O tempo dispensado para as entrevistas variaram de acordo com cada entrevistado.

### 5.6.1 Composição Familiar, Educação e Serviços Técnicos

No quadro a seguir (quadro 4), apresenta as 35 pessoas que compõem as 11 famílias pesquisadas, as quais possuem idades variando entre 0 a mais de 60 anos, sendo 16 do sexo feminino e 19 do sexo masculino.

Considerando os membros das famílias e sua faixa etária, podemos perceber que o índice maior de pessoas compreende as idades entre 36 a 59 anos, um fator positivo para o desenvolvimento das diversas atividades que permeiam a vida destas famílias.

Nesta amostragem, cinco pessoas encontram-se com 60 anos ou acima, porém desempenham um papel importante na comunidade, visto que contribuem com suas experiências e seus conhecimentos adquiridos ao longo da vida, o que supostamente dá sustentação e fortalecimento para os mais jovens (QUADRO 2).

Membros das famílias pesquisadas		Faixa etária					
		0 a 7	8 a 14	15 a 18	19 a 35	36 a 59	60 ou mais
1	Feminino					1	
	Masculino		1	1			
2	Feminino	2			1		
	Masculino				1		
3	Feminino	1				1	
	Masculino					1	
4	Feminino					1	
	Masculino					1	
5	Feminino						1
	Masculino					1	
6	Feminino						
	Masculino					1	2
7	Feminino						
	Masculino						1
8	Feminino					1	
	Masculino					4	
9	Feminino		1			1	
	Masculino			1		1	
10	Feminino		1	1		1	
	Masculino					1	
11	Feminino	1				1	
	Masculino					1	1

QUADRO 2 – FAIXA ETÁRIA E GÊNERO DOS MEMBROS QUE COMPÕEM AS FAMÍLIAS ENTREVISTAS

FONTE: A autora (2008)

Das 35 pessoas que compõem as onze famílias (FIGURA 6), apenas 18 trabalham no lote, dez trabalham fora e sete são crianças fato este que aparentemente “impede” o desenvolvimento de atividades relacionadas ao trabalho diante das leis existentes que amparam a criança e o adolescente no que diz respeito ao trabalho infantil. As dez pessoas que trabalham fora do lote buscam trazer sustentação para as famílias, seja por serviços de diárias ou outros, enquanto os demais membros da família procedem com o processo de construção das casas, fator este que dificulta a produção e as demais atividades de geração de renda.

Além do trabalho, há que se refletir sobre as condições que o meio urbano proporciona para estes jovens, que podemos relaciona-las à educação, lazer, transporte, infra-estrutura básica, serviços de comunicação e outros.

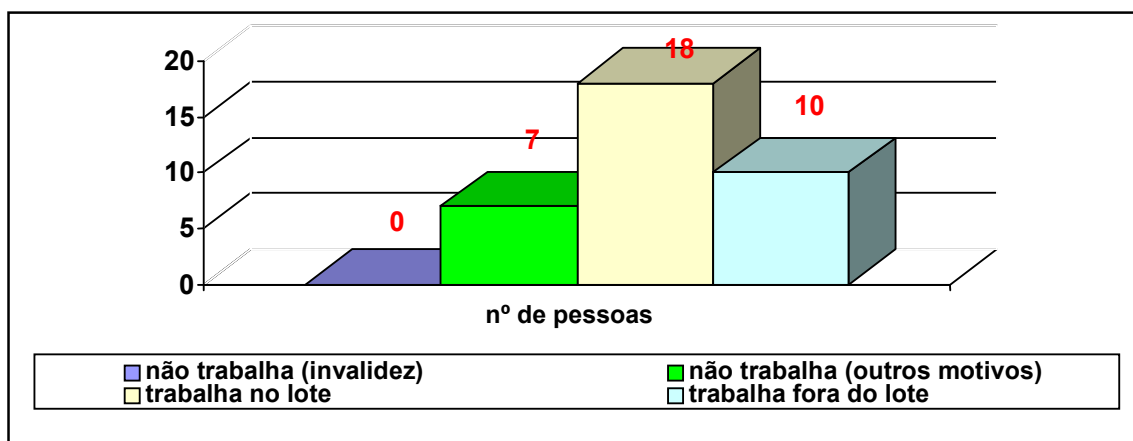


FIGURA 6 – LOCAL DE TRABALHO

FONTE: A autora (2008)

A figura 7, representa o local de residência por número de pessoas, assim, constata-se que a maioria dos pesquisados residem no lote, devendo-se destacar que os membros das famílias pesquisadas que não moram no lote, trabalham fora, em outras localidades, por este motivo não residem nos lotes. Esta situação comprova que os jovens tendem a sair do campo em busca de trabalho em outras localidades, enfraquecendo assim o desenvolvimento deste assentamento, pois se a população se constituir somente de crianças e idosos o desenvolvimento é prejudicado, visto que os jovens possuem mais energia e mais saúde para o trabalho.



Contudo, não há como impedir que estes jovens saiam do assentamento, seja por necessidade de trabalho, de estudo ou até mesmo pela busca de novas conquistas.

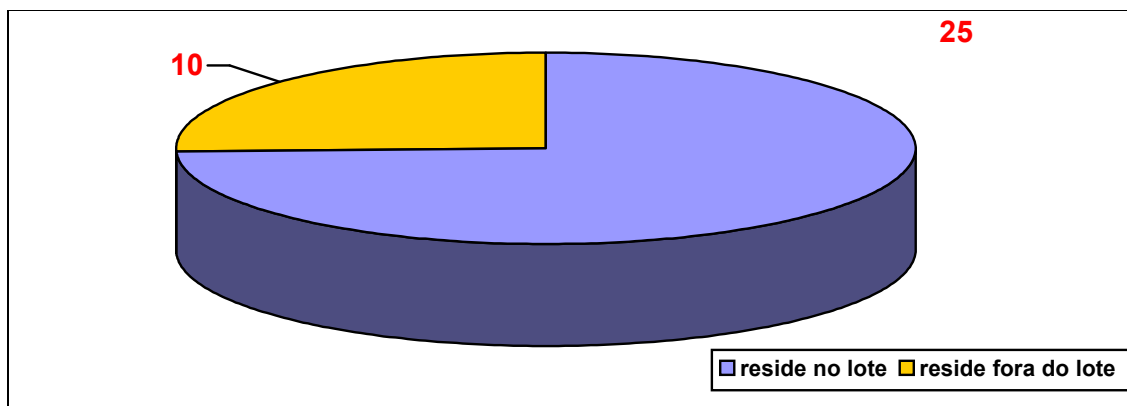


FIGURA 7 – LOCAL DE RESIDÊNCIA (Nº DE PESSOAS)

FONTE: A autora (2008)

A maioria dos pesquisados possuem o primeiro grau (ensino fundamental) incompleto e 20% das pessoas pertencentes às 11 (onze) famílias não ingressaram no sistema escolar, o que enfatiza a preocupação no campo educacional para esta população (FIGURA 8).

A agregação de valores novos não substitui a cultura e o saber local que as pessoas mais enraizadas no processo de agricultura familiar dominam, contudo, para um desenvolvimento sustentável e faz-se necessário a inserção, principalmente os jovens e adultos no mundo do conhecimento e da educação, por isso quando se pensa na organização do trabalho pedagógico visando a educação de jovens e adultos, deve-se englobar conhecimentos da educação geral, formação inicial e continuada por meio de metodologias adequadas aos tempos e espaços pertinentes a realidade desta comunidade.

Podemos atribuir ao resultado abaixo, o diagnóstico inicial para a criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA - em Agroecologia, para esta região, pois contribuirá para o desenvolvimento das pessoas, para a permanência dos jovens nos assentamentos, para a multiplicação de conhecimento entre os adultos e para o fortalecimento dos diversos tipos de atividades praticadas

atualmente e para a criação de novas frentes de trabalho e renda, sejam elas ligadas diretamente a agricultura ou em atividades relacionadas.

Assim, o Setor Litoral da UFPR, pautado nas questões paradigmáticas que envolvem as preocupações históricas do litoral paranaense, tal qual, as questões históricas colocadas na obra de Wachowicz, assume uma proposta emancipatória de forma desafiadora, porém com característica totalmente inclusiva em suas múltiplas dimensões.

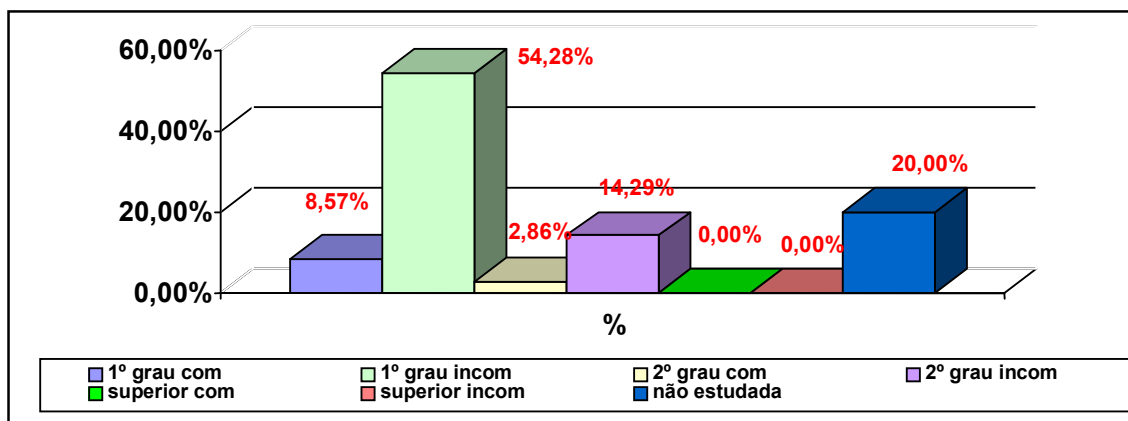


FIGURA 8 – ESCOLARIDADE

FONTE: A autora (2008)

Algumas deficiências que os assentados enfrentam (FIGURA 9), como a ausência de atendimento médico e veterinário. Contudo destaca-se, nas 11 (onze) famílias pesquisadas um total de 15 atendimentos, sendo: 7 famílias atendidas pelo técnico da EMATER, 5 famílias atendidas por sanitaristas e três famílias atendidas por agrônomos. É importante ressaltar que os atendimentos podem ser um, nenhum ou mais de um por família.

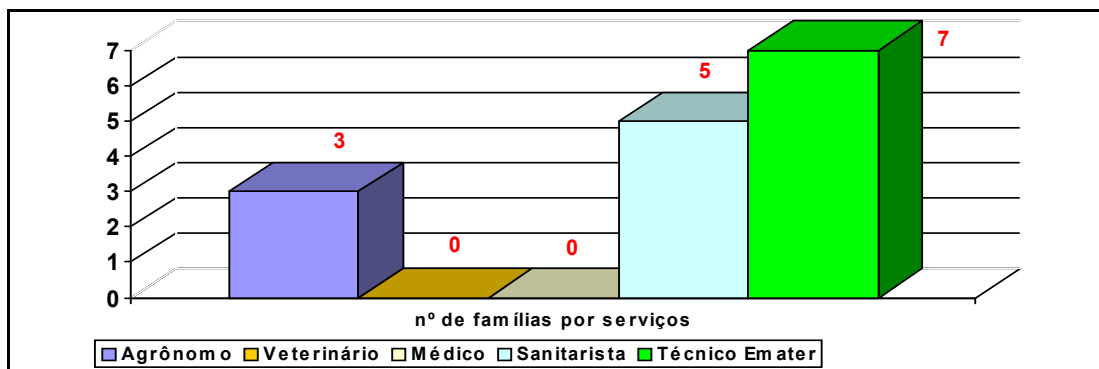


FIGURA 9 – ACESSO A SERVIÇOS TÉCNICOS E DE SAÚDE POR FAMÍLIA

FONTE: A autora (2008)



A figura abaixo apresenta o posto de saúde, assim é perceptível relacionar a proximidade com o referido posto de saúde, o que de certa forma facilita o atendimento em casos de consulta médica, para casos simples, pois o assentamento não conta com a presença médica periodicamente.

Entretanto, há que se refletir sobre as situações de casos de saúde mais graves.

Na figura 10 Moradias apresenta-se positivamente, pois a chegada dos recursos para a construção das casas é muito bem vinda, porém existe uma contradição: enquanto o Programa da Reforma Agrária solicita produção nos lotes, também cobra-se a construção das casas.

Assim, o desenvolvimento das atividades dos assentados na construção de suas moradias dificulta o desenvolvimento das outras atividades que dão sustentação para alimentação, vestuário e outros.



FIGURA 10 – POSTO DE SAÚDE E MORADIAS: CONSTRUÇÃO DAS CASAS DOS ASSENTADOS DO NHUNDIAQUARA DA GLEBA PANTANAL-MORRETES-PR

FONTE: A autora (2008)

### 5.6.2 Atividade dos Entrevistados – A Produção e a Comercialização

Verifica-se que a maioria dos pesquisados se dedicam a atividades de agricultura, pecuária e artesanato (QUADRO 3). As culturas mais desenvolvidas pelos pesquisados são: mandioca, banana, pimenta, milho, feijão, hortaliças e outras frutas. Poucos possuem água encanada e a luz elétrica encontra-se em fase de instalação.

Assent	Atividade desenvolvida	Culturas	Infraestrutura	Processamento	Comercialização
1	Agricultura e pecuária	Mandioca, pimenta, maracujá, cana	Água encanada sim luz só 2 vezes por semana	Geléia, doce de banana e conserva de pimenta	Caminhões do Ceasa e mercado de Morretes
2	Agricultura e pecuária	Mandioca, quiabo, arroz, banana, feijão e milho	sim	Melado	Curitiba
3	Artesanato	Banana, mandioca, batata-doce, cana, hortaliças	Água encanada e não tem luz elétrica	Artesanato	Morretes e Paranaguá
4	Agricultura	Maracujá, mandioca e banana	Não	Sucos engarrafados	Banca e feira livre em Morretes
5	Agricultura e pecuária	Acerola e maçã	Água de poço e sem luz elétrica	Mel e queijo	Cooperativa e no próprio lote
6	Agricultura	Aipim, banana, abóbora, maracujá	Luz elétrica e água de poço	Sucos	Vende para repositores
7	Pecuária de leite e agricultura	Maracujá	Sim	Não	Cooperativa Agro Pec. Mata Atlântica
8	Pecuária de leite	Feijão, mandioca	Sim	Não	Comata
9	Agricultura	Arroz, batata-doce, palmito, mandioca, milho, pepino, feijão, banana, mimoso, fruta do conde, mamão	Sim	Não	-
10	Agricultura	Banana, mandioca, milho, pimenta	Sim	Conserva de pimenta e doce de banana	Próprio lote
11	Agricultura e pecuária	Banana, milho, mandioca, pimenta, maracujá	Não	Não	-

QUADRO 3 – CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE PRODUÇÃO E SUAS FINALIDADES  
FONTE: A autora (2008)

Abaixo há a exposição da produção existente no assentamento, as quais demonstram a produção agrícola nos lotes das famílias entrevistadas, que são: mandioca, maracujá, milho, arroz, banana, etc (FIGURA 11).



FIGURA 11 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS NO  
ASSENTAMENTO NUNDIAQUARA – GELBA PANTANAL –  
MORRETES-PR

FONTE: A autora (2008)



A piscicultura, conforme apresentado (FIGURA 12), vem como uma alternativa a mais para a geração de renda, traz consigo um novo hábito de alimentação, que é o peixe de água doce (carpa e tilápia), principalmente por ser uma região litorânea.

Percebe-se, portanto, a existência da pluriatividade no desenvolvimento das atividades pelas famílias entrevistadas deste assentamento, cujo caráter inicial é para suprir suas necessidades básicas, porém se bem explorado, poderá caminhar para novas oportunidades de geração de trabalho e renda.

As demais famílias desta Gleba também desenvolvem atividades como esta.



FIGURA 12 – PISCICULTURA – ALTERNATIVA DE ALGUMAS FAMÍLIAS  
PESQUISADAS NA GLEBA PANTANAL - ASSENTAMENTO  
NHUNDIAQUARA – MORRETES-PR  
FONTE: A autora (2008)

Fortalecer o desenvolvimento de várias atividades na unidade familiar possibilita a diminuição dos riscos e o melhor aproveitamento da capacidade produtiva dos lotes, além de gerar um fluxo mais regular de renda da família.

Por isso, a criação das cooperativas é de fundamental importância para a comercialização da produção familiar, devido ao seu caráter não-industrial. Os produtores rurais também se beneficiam com a venda direta de seus produtos em suas propriedades, evitando a ação dos atravessadores e intermediadores. Os sindicatos locais de trabalhadores rurais incentivam a criação dessas cooperativas.

Outra maneira de comercialização é através da criação de eventos socioculturais que divulgam e valorizam a produção local.

A produção artesanal se concentra na produção de cestarias, de doces, de compotas, de farinha, de mel, arroz integral, os quais são comercializados em Morretes, Curitiba, regiões próximas e na própria propriedade. Conforme apresentado na (FIGURA 13)



FIGURA 13 – PRODUÇÃO ARTESANAL DE ALGUMAS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS NA GLEBA PANTANAL DO ASSENTAMENTO NHUNDIAQUARA EM MORRETES-PR  
 FONTE: A autora (2008)

### 5.6.3 Visão Empreendedora e as Ações Cooperativistas

As ações cooperativistas nos assentamentos podem ser consideradas em sua total abrangência, as quais podem ser entendidas como um dos princípios da educação que pode advir das discussões sobre os limites e possibilidades das formas associativistas e cooperativistas relacionadas ao aprendizado do cotidiano, a chamara educação não-formal.

A iniciativa e/ou necessidade da constituição de uma associação tem seu viés empreendedor. Entretanto, o empreendedor se identifica por meio de ações e atitudes comportamentais acerca das oportunidades e necessidade, principalmente aos que necessitam sobreviver no mercado informal.

O mercado informal se aproxima a realidade da comunidade do Pantanal, por conseguinte suas ações são condizentes com ações cooperativistas o que remete a compreender suas reflexões sob empreendedorismo, no que diz respeito a visão empreendedora, no meio em que vivem e se relacionam.

O quadro 4, demonstra as expectativas empreendedoras e cooperativismo dos pesquisados diante dos desafios e possibilidades existentes.

Assentado	Pretende investir no lote	Perspectivas da atividade agrícola	Utilização dos recursos naturais	agroindustrialização dos produtos	Associativismo e cooperativismo	Perspectivas futuras
1	Sim	Produção orgânica para melhoria da remuneração e da qualidade de vida	Coerentemente pois mantem as APPs e RLs	Como forma de aumentar a agregação de valor ao produto	Conhece associativismo, sendo participante da estrutura e organização	Formar os filhos e encaminhá-los nos estudos e trabalho (não vê os filhos trabalhando na lavoura)
2	Sim	Contribuição para a educação das pessoas e desenvolver o artesanato	Uso consciente da água	Somente avalia a perspectiva diante de grandes extensões de terra	Tentou reunir os vizinhos para trabalhar em associação. Não deu certo por isso acredita que é difícil	Investir na criação de carneiros e na agrofloresta na montanha
3	Sim	Drenar o banhado para fazer horta e plantar arroz	Uso consciente da água de nascente e do tanque de peixes	Não sabe	Tem conhecimentos de associativismo (na igreja)	Investir no plantio de arroz e na piscicultura
4	Sim	Acredita na agricultura	Uso consciente da água	Boa forma de agregar valor aos produtos da terra	Não conhece	Investir no lote numa roça de pupunha
5	Sim	É uma atividade difícil mais com perspectivas futuras	Uso consciente da água, tanques de peixes e pastagem para os animais	Beneficia o leite porque acredita que agrega mais valor ao produto	Conhece o cooperativismo	Resolver a situação do lote com o INCRA e investir na criação de abelhas, fazer a casa e esperar a chegada da luz elétrica

CONTINUAÇÃO						
Assentado	Pretende investir no lote	Perspectivas da atividade agrícola	Utilização dos recursos naturais	agroindustrialização dos produtos	Associativismo e cooperativismo	Perspectivas futuras
6	Sim	Continuação da atividade agrícola (maracujá, banana, pepino e vagem)	Uso consciente da água (poço)	Fez cursos para fazer alguns produtos como, detergente, xaropes, conserva e pomadas	Não conhece bem mas, acredita que se todos se agruparem será mais fácil	Investir numa farinha nova e preparar os filhos para assumirem as terras
7	Sim	Muita boa para os outros	-	É necessário para aumentar a qualidade e como forma de trabalho e de mais renda	Dentro do possível assiste palestras, seminários,	Aumentar a área do lote e construir uma casa boa e investir na criação de animais de qualidade
8	Sim	Acredita que se investir o retorno é bom	Uso consciente da água e das matas	Pode aumentar o valor da produção do lote	Não conhece bem	Investir na melhoria da produção do lote
9	Sim	Precisa de mais investimento para dar mais lucro	Uso consciente da água	Agrega valor ao que se produz nas terras	Conhece o cooperativismo pois já trabalhou desta forma	Aumentar a participação dos produtores nas cooperativas
10	Não	Não tem futuro	-	É melhor para vender os produtos (mais rentável)	Não conhece	Continuar vivendo da terra
11	Sim	Aumentar os investimentos e assim aumenta a quantidade e qualidade da produção	Uso consciente da água e dos produtos nativos	Aumenta o valor final da produção	Conhece os dois e acredita que podem ajudar no desenvolvimento da agricultura familiar	Investir na terra, ampliar o viveiro e a produção

QUADRO 4 – EXPECTATIVAS EMPREENDEDORAS E COOPERATIVISMO  
FONTE: A autora (2008)

Utilizando a técnica de análise que procura descrever as Dificuldades, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades (DAFO), no cenário pesquisado, procurou-se evidenciar as possibilidades futuras da comunidade diante das possibilidades empreendedoras e ações educativas, as quais foram possíveis destacar durante as entrevistas, conforme apresentado (QUADRO 5):

<b>DIFICULDADES (PONTOS FRACOS)</b>	<b>AMEAÇAS</b>
(D1) Apresentam angústias e descrenças com o futuro e com a realidade local	(A1)Demonstram desinteresse político
(D2) Ausência de condições para a sustentabilidade	(A2)Morosidade na chegada dos recursos do MDA
(D3)População apresenta falta de educação sanitária e ambiental	(A3)Falta de metodologia aplicável à drenagem do solo
(D4)Deficiências no cuidado às crianças: educação, vacinação, nutrição	(A4)Falta de coleta de lixo
	(A5)Falta de redes de água e de esgoto
	(A6)Falta de iluminação pública
	(A7)Necessidade de melhoria nas vias de acesso
	(A8)Falta de transporte coletivo
	(A9)Falta de desenvolvimento de técnicas de proteção ao solo e manejo
<b>FORTALEZAS (PONTOS FORTES)</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
(F1)Desenvolvimento do artesanato local	(O1)Melhorar as condições da capacidade produtiva local
(F2)Região turística com foco na gastronomia	(O2)Melhoria da geração de renda através de cooperativas
(F3)Produção frutífera em grande escala	(O3)Desenvolvimento da articulação de políticas públicas
(F4)Beneficiamento e processamento de produtos	(O4)Estimular o fomento às iniciativas empreendedoras (capacitação, apoio)
(F5)Produção artesanal de farinha, doces, geléias, vinhos, balas com conseqüente aumento no valor agregado do produto e aumento da renda familiar	
(F6)Existência de associação como arranjo institucional	
(F7)Presença de desenvolvimento diversificado	
(F8)Presença de desenvolvimento da piscicultura	
(F9)A não utilização de agrotóxicos pela comunidade	
(F10)A comunidade conta com apoio da Emater	
(F11)Produção de leite com venda direta	
(F12)Proximidade com a cidade	

QUADRO 5 – ANÁLISE DAFO - ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

FONTE: A autora (2008)

A figura 14, apresenta os dados positivos e negativos como forma de desenvolver, explorar, ultrapassar e minimizar as questões para a promoção do desenvolvimento da comunidade. Baseada na técnica de análise DAFO, os fatores externos e internos não são controláveis, contudo contribuir, positivamente ou negativamente, para se alcançar os objetivos.



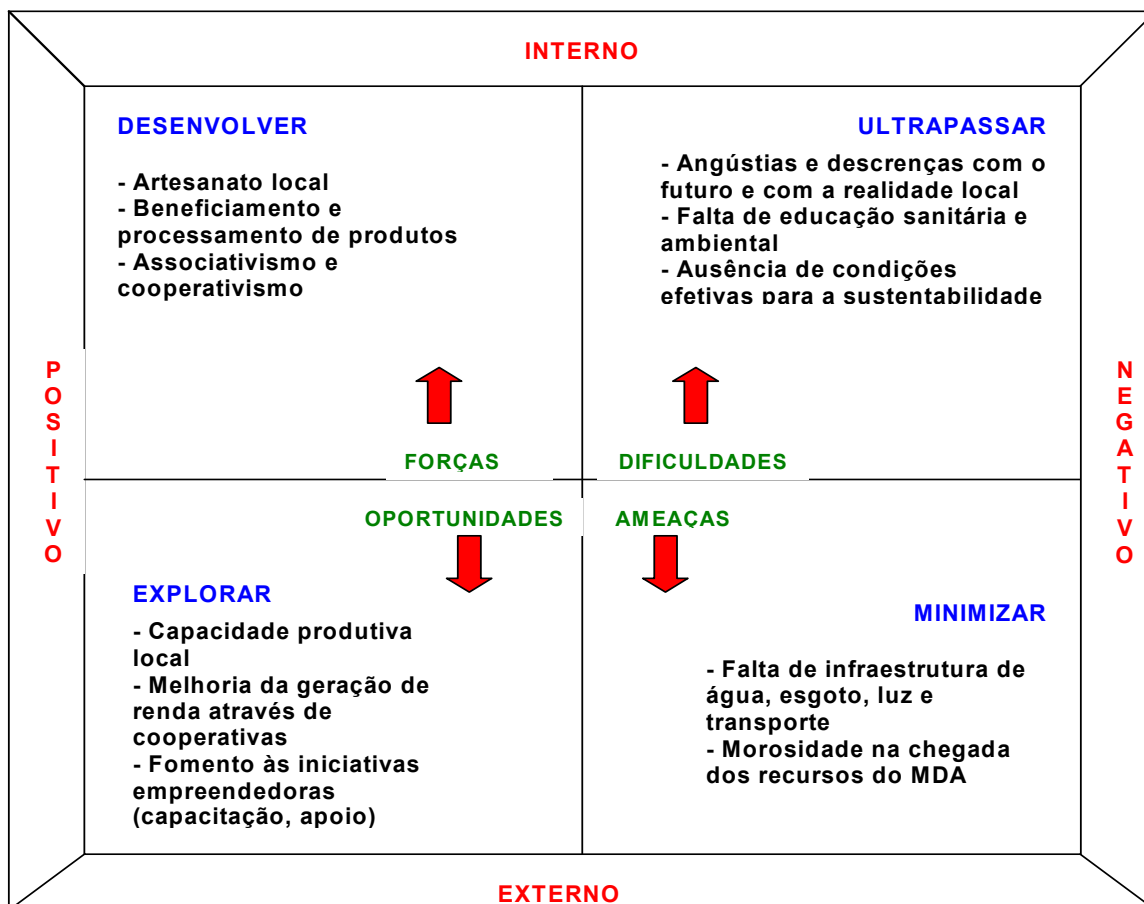


FIGURA 14 – ANÁLISE DAFO

Fonte: A autora (2008)

Sabendo que o Pronaf é o um órgão de financiamento rural, faz-se necessário que a comunidade seja assistida pela EMATER e/ou o responsável direto do Pronaf para instruí-los com as informações necessárias para utilização de recurso, tais como o preenchimento do cadastro necessário para os agricultoras familiares junto ao banco.

Também é necessário que as famílias discutam e troquem idéias conjuntamente com o Técnico da Emater a respeito do tamanho da terra, das pessoas que irão trabalhar na terra, os recursos relativos às despesas, o pagamento do financiamento do Pronaf e o possível “lucro” das famílias. Com isto é possível explorar a capacidade produtiva da família assentada e dar início às iniciativas empreendedoras.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES

No decorrer de todas as fases da pesquisa, foi possível observar, perceber, chegar a algumas considerações e proposições, as quais estão fundamentadas nas análises das entrevistas semi-estruturadas, aplicadas junto às famílias, e no embasamento teórico fundamentado diante dos temas propostos no decorrer da dissertação.

É importante ressaltar que as demais famílias deste assentamento possam encontrar-se nas mesmas situações ou parecidas, visto que o percentual da amostragem contemplou as diferentes situações e realidades em um determinado espaço rural.

Considerando as 11 (onze) famílias pesquisadas, no espaço delimitado para o presente estudo, o Assentamento Nhundiaquara – Gleba Pantanal, o qual constituiu-se por 42 famílias assentadas, percebe-se que o desenvolvimento das tarefas e atividades são exercidas pela própria família.

O uso exclusivo do trabalho familiar é permeado de atos de solidariedade e cooperação, pois a troca de dias de trabalho entre os vizinhos é uma prática comum para as famílias que não têm filhos em idade de desenvolver atividades mais pesadas.

Foi possível observar, no comportamento dos assentados, que há muita expectativa com relação ao Programa do INCRA, porém ainda falta mais credibilidade, pois não vêem a concretização de forma expressiva nas ações mais simples, por exemplo, melhorar as vias de acesso, internas ao próprio assentamento, para facilitar a entrada nos próprios lotes. Diante de fatores como este, as famílias pesquisadas apresentam angústias e descrenças com a realidade local.

O estudo de campo possibilitou perceber a organização dos assentados, a qual se configura pela existência da associação, porém ainda no que diz respeito às produções coletivas, há que se desenvolver e aprofundar temas como o associativismo e o cooperativismo com foco na melhoria de geração de renda. A organização interna, realizada através da associação Prosperidade, pode assumir a iniciativa para o investimento do cooperativismo.

Diante das principais atividades desenvolvidas pelas famílias entrevistadas, o cultivo, a piscicultura, a criação de pequenos rebanhos, a produção frutífera e o beneficiamento e o processamento de produtos, a venda direta da produção de leite, possibilitou traçar uma abordagem em torno da agricultura familiar e da pluriatividade. Também existe uma diversificação no que diz respeito às fontes de renda destes assentados comprovado pela produção artesanal de farinha, doces, vinhos, entre outros.

Suas produções destinam-se ao consumo e ao mercado, porém, ambas, em pequena escala, conforme destacado nos resultados, o que contribui para melhorar as condições da capacidade produtiva local e estimula o fomento às iniciativas empreendedoras.

Um fator relevante e altamente promissor é a proximidade entre a cidade e a comunidade, fator este que contribui positivamente para a comercialização de seus produtos, principalmente por Morretes ser uma cidade turística em que a gastronomia é um atrativo constante na região, conforme itens apresentados na discussão dos resultados.

Nos relatos da maioria dos entrevistados, apresentou-se uma carência bastante considerável relativa à infra-estrutura, apesar de demonstrarem consciência da necessidade de utilização racional dos recursos naturais. Caracteriza-se assim, a falta de educação sanitária e ambiental, falta de coleta de lixo, falta de redes de água e esgoto, falta de iluminação pública, necessidade de melhoria nas vias de acesso e necessidade de desenvolvimento de técnicas de proteção ao solo e manejo, justificados pela ausência de Políticas Públicas para esta comunidade.

No entanto, o diagnóstico apresentado da situação escolar da comunidade pesquisada, propicia a uma investigação para verificar a possibilidade de implementação do PROEJA em Agroecologia, ficando como proposição do presente estudo, como o acesso viável à educação, para os assentados do Nhundiaquara, esta modalidade de ensino.

A introdução de práticas sociais é uma alternativa que pode contribuir para a estimulação de novos valores e hábitos e para a articulação do desenvolvimento de políticas públicas.

A perspectiva em manter atividades de agricultura é grande, porém sendo a área passível de inundações ocasionadas pelas chuvas. Como proposta, há a que se rever o motivo da desativação do sistema de drenagem antes da desapropriação da área, a qual foi destinada ao Programa de Reforma Agrária. Após, solicitar junto aos responsáveis pelo programa a viabilização da drenagem do solo, para, o possível plantio de arroz, considerando as questões ambientais que poderão advir neste processo.

Percebe-se também, a necessidade de investimentos para aumentar a quantidade e qualidade da produção destas famílias, as quais acreditam na produção orgânica como forma de aumento da renda e qualidade de vida, e que este tipo de produção poderá aumentar a capacidade produtiva local.

A agroindustrialização dos produtos também é bem vinda como proposta para geração de trabalho e renda; pois agrega valor à produção final e valoriza a comunidade, apesar da área ser pequena.

A EMATER subsidiou alguns cursos de produção artesanal, como compotas e outros, e esta é a visão que alguns têm sobre industrialização de produtos, constatado através dos relatos e de certificados pertencentes às famílias pesquisadas.

Há necessidade de um trabalho de formação contínua que envolva e incentive a comunidade a conhecer melhor seu agrossistema com objetivo de valorizar o assentado na perspectiva de que tenham mais iniciativas e liberem suas criatividade a partir de experiências em seu próprio lote.

É preciso ressaltar que o que se busca é despertar o entusiasmo para o desenvolvimento de atividades empreendedoras que possam levar ao desenvolvimento sustentável por meio de produtos que agreguem valor às atividades rurais – tão necessárias para o sustento das áreas urbanas.

As perspectivas futuras vão desde criação e formação dos filhos, até a criação de uma agrofloresta. Seus sonhos e anseios visualizam que ainda se têm muita perseverança e persistência em permanecer no assentamento, pois quando dizem que querem investir na criação de carneiros, no plantio de arroz, na piscicultura, em roças de pupunha, numa farinheira nova, na ampliação de viveiro e poder preparar melhor os filhos para assumir a terra, caracteriza que suas relações

com a terra são muito fortes e que o espírito de luta pela conquista da terra tem um grau elevado de comprometimento com ela.

As famílias entrevistadas, demonstraram um determinado carinho pelas atividades que desenvolvem e em seus relatos percebe-se um conhecimento passado por gerações e gerações. Este é o valor que não está agregado ao produto final, o valor do trabalho humanizado, do trabalho pelo conhecimento gerado através da experiência e que tem o seu valor.

Apesar de não terem um retorno financeiro viável, ou mesmo representativo pelo tempo e esforço despendido, as famílias não desistem e alimentam seus sonhos diante daquilo que conhecem e que sabem fazer com naturalidade e simplicidade.

Seus desgastes físicos são recompensados pelo prazer da realização de uma atividade que tem um valor maior que o financeiro, o valor do conhecimento repassado pelos seus familiares. Esta é a identidade que estas pessoas cultivam que apesar de muitos não terem a identidade com a região ou mesmo com a terra em que tiveram o direito de posse, constituem-se como famílias que possuem a identidade do valor humano que está centrado na transferência de saberes entre os familiares e até mesmo entre a própria comunidade.

O Planejamento faz parte desta discussão e pode desenvolver o associativismo e até mesmo o cooperativismo, assim, a melhoria da geração de renda pode ser melhor explorada, utilizando-se positivamente das Forças e Oportunidades da comunidade.

A possibilidade de se obter crédito para as famílias assentadas nos lotes de reforma agrária pode viabilizar também as criações de animais, o investimento para a modernização e adequação das propriedades e o beneficiamento da produção.

No entanto, para a inclusão social, estas famílias necessitam de ações de políticas públicas eficazes e coerentes com a realidade em que a comunidade está inserida, considerando suas oportunidades e limites, objetivando o desenvolvimento sustentável.

Assim, conclui-se que os objetivos da pesquisa, ora apresentada, foram atendidos, entretanto, é prudente enfatizar que a dissertação não apresenta toda a emoção que estas famílias repassaram no decorrer das entrevistas e das vivências, a qual está no espaço existente entre o ver e o sentir.

## REFERÊNCIAS

- AGUILAR, L. E. **A gestão da educação: seu significado a partir de propostas pedagógicas institucionais**. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3.; 1997. São Paulo: UNICAMP, 1997.
- ALANO; E. R. C.; CUNHA, C. M.; HAMERMULLER, D. O. **Versão Interiorizada e gestão democrática do ensino superior: o desafio de novas perspectivas**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITÁRIA DE AMÉRICA DEL SUR, 7., 2007. Argentina: Complejo Universitario – UNMdP, 2007.
- ALIANZA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Los principios para el siglo XXI**. Buenos Aires: INTERCOOP, 1996.
- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ASSAD, L. L. M. ; JALCIONE A. Agricultura e sustentabilidade: contexto, desafios e cenários. **Revista Ciência & Ambiente**, Porto Alegre, n. 29, p.15-30, 2004.
- AUTRAN, M. Pedagogia de projetos em ação. **Diga lá**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 23, p. 16-20, nov./dez. 2001.
- BAIARDI, A. **A dimensão cultural, institucional, educacional e a interdisciplinaridade no desenvolvimento local sustentável**. Cruz das Almas: UFBA, 2003.
- BARTHES, R. **O rumo da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- BORSATTO, R. S. *et al.* Problemas agrários do Litoral Paranaense: abordagem histórica. **Scientia Agrária**, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 421-430, 2007.
- BORSATTO, R. S. **Agroecologia: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do Litoral Paranaense**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.
- BONILLA, J. A. **Fundamentos da Agricultura Ecológica: sobrevivência e qualidade de vida**. São Paulo: Nobel, 1992.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 20/11/2006.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Saberes da Terra**. Brasília, 2005. (Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos integrada com qualificação social e profissional para agricultores (as) familiares).

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. Porto Alegre: EMATER - RS, 2002.

CARMO, M. S. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 1-15, 1998.

CARNEIRO, C. F. A. G. **A constituição de patrimônios naturais e o tombamento da serra do mar no Paraná**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.11, out. 1996.

\_\_\_\_\_. **Juventude rural: projeto e valores**. 2005.

CAVALLET, V. J. **A formação do engenheiro agrônomo em questão: a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI**. São Paulo: Feusp, 1999.

CERIOLO, P.; MARTINS, A. **Sistema cooperativista dos assentados**. São Paulo: Peres, 1997. (Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 1., 2002. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2002. Disponível em: <<http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/PossibilidadesalternativasdoDRS.pdf>>. Acesso em: 05/8/2008.

CUNHA, M. I. Paradigmas científicos e propostas curriculares. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, n. 2, p. 197-204, fev. 1998.

DOLABELA, F. **O Segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura, 1999.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e ser diferente em organizações estabelecidas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DUARTE, N. Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 11, n. 44, p. 85-106, abr. 1998.

EVANGELISTA, F. R. **A Agricultura Familiar no Brasil e no Nordeste**. (2000) Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede\\_Irigacao/Docs/Agricultura%20Familiar%20no%20Brasil%20e%20no%20Nordeste.PDF](http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irigacao/Docs/Agricultura%20Familiar%20no%20Brasil%20e%20no%20Nordeste.PDF)>. Acesso em: 05/5/2007

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (Org.). **O Brasil e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**: relatório da sociedade civil sobre o cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Brasília: Câmara dos deputados, 2000. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/cdhm/relatorios/RelatPidesc.pdf>>. Acesso em: 05/5/2007

FERNANDES, L. G. S. **Avaliação da Gestão em Projeto de Assentamento Rural**: o caso do PA Andaraí. Dissertação (Mestrado). Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: <[http://www.adm.ufba.br/pub/publicacao/5/MPA/2004/179/Luis\\_guge.pdf](http://www.adm.ufba.br/pub/publicacao/5/MPA/2004/179/Luis_guge.pdf)>. Acesso em: 05/5/2007.

FERREIRA, A. D. D. Movimentos Sociais Rurais no Paraná. **Movimentos Sociais no Campo**. Curitiba, Criar, 1987.

FERREIRA, A. D. D. O sistema cooperativo dos assentamentos rurais... **Informe Gepec**, Toledo, v. 12, n. 2, jul./dez. 2007.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.18, out. 2002, p. 28-46.

FERREIRA, M. R. ; ALANO, E. R. C. Universidade e Agenda 21: Que ações estão ocorrendo na Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável? **Seminário Educação Ambiental**. Mar Del Plata, 2007.

FIALHO, M. A. V. ; ANDRADE, M. L. **Pluriatividade e estratégias socioeconômicas de agricultores familiares de agricultores familiares**: um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti - RS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/textospublicos.htm>>. Acesso em: 20/7/2007.

FONTE, N. N.; BORSATO, A. V.; PAGLIA, E. C.; BORSATTO, R. S.; HOELLER, S. C. **Agroecologia**: uma ação transdisciplinar. Vitória: Congresso Mundial, 2005.

FRANCIS, C. *et al.* Agroecology: the ecology of food systems. **Journal of Sustainable Agriculture**, New York, v. 3, n. 22, p. 99-118, 2003.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S.E.C.S. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. [S.l.]: FAO, 2000. (Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO)

GUZMÁN S. E. y MOLINA, G. M. **El concepto de transición en el Pensamiento Marxista**: Reflexiones desde la Agroecología. Córdoba: Universidade de Córdoba, 1996.



HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HOELLER, S. C. **Princípios norteadores para a estruturação de um projeto político pedagógico para a formação de profissionais na área de agroecologia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário** - 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censos> 2007>. Acesso em: 20/6/2007.

LAIDLAW, A. **El cooperativismo em el Año 2000**. Buenos Aires: Intercoop, 1981.

MAGALHÃES, R. S.. **Economia, natureza e cultura: uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no Sertão da Bahia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, USP Procam, 2005.

MARCHIORO, N. P. X. **A sustentabilidade dos sistemas agrários no litoral do Paraná: o caso de Morretes**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 1999.

\_\_\_\_\_. Sistemas técnicos de produção agrícola: o caso do município de Morretes. In: RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; LANA P. C. (Eds.) **Desenvolvimento & Meio ambiente**. Em busca da interdisciplinaridade. Pesquisas urbanas e rurais. Curitiba, UFPR, p. 195-211, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo, Atlas, 1996.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agric. São Paulo**. São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NAMORADO, R. **Horizonte cooperativo**: política e projecto. Coimbra: Almedina, 2001.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2001.

PEREIRA, M. S. S. **A Educação e o MST...** Disponível em: <<http://www.ipvalparaíso.org/educacao04.htm>>. Acesso em: 05/5/2007.

PERONDI, M. Â. **Agricultura como fronteira entre sociedade e natureza**: novos atributos a multifuncionalidade. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM MEIO AMBIENTE (ANPPAS), 2., 2004. Campinas, 2004. (GT nº 6 - Agricultura, riscos e conflitos ambientais)

\_\_\_\_\_. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto alegre: UFRGS, 2007.

PINHO, D. B. **Gênero e desenvolvimento em cooperativas**: compartilhando igualdade e responsabilidades. Brasília: [s.n.], 2000.

POR uma política pública de educação do campo. In: CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO Campo, 2., 2004. **Texto base**. Luziânia: CNBB - MST - UNICEF - UNESCO - UnB - CONTAG - UNEFAB - UNDIME - MPA - MAB – MMC, 2004. Disponível em: <<http://www.undime.org.br/htdocs/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=590>>. Acesso em: 05/8/2008.

RIECHMANN, J. **Agricultura, ganadería y seguridad alimentaria**: la necesidad de un giro hacia sistemas alimentarios sustentables. Forum per a la Sostenibilitat de les Illes Balears. Cuarta Jornada: Seguretat humana, alimentària y ecológica, 2002.

ROCHA, P. R. D. **Interdisciplinariedade e meio ambiente em cursos de pós-graduação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. A. In: ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária/AS-PTA, 2002.

SABOURIN, Eric. **Economia solidária no meio rural brasileiro**: uma análise a partir da noção de reciprocidade. Brasília: Universidade de Brasília, 2006

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista**: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado). Campinas: IFCH/Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SOUZA, M. B. **Um passeio pela construção narrativa**. (2005) Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0632-1.pdf>>. Acesso em: 05/6/2008.

TEDESCO, João Carlos *et al.* **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TEDESCO, J. C. **Ateliês industriais no meio rural**: racionalidades empresariais e familiares. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2003.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor Litoral. **Projeto Político Pedagógico**. Paper, Matinhos, 2005.

\_\_\_\_\_. **Relatório para comissão de acompanhamento da implantação da Universidade do Litoral**. Matinhos, 2007.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político- Pedagógico**. Matinhos, 2007.

UNICAFES. **Documento base do Iº congresso**. Brasília: Unicafes, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.unicafes.org.br/links/documentos.htm>>. Acesso em: 05/5/2008.

VASCONCELLOS, Celso. Metodologia dialética em sala de aula. **Revista AEC**, v. 21, n. 83, abr./jun. 1995.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 17. ed. Campinas: Papirus, 2004.

VILLELA, C. Empreendedorismo na escola. In: ACÚRCIO, M. R. B. *et al.* **O empreendedorismo na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

WACHOWICZ, R. C. **Universidade do mate**: história da UFPR. 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2006.

XAVIER, S. F.; DOLORES, D. G. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.** Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 17-26, abr./jun./2001.

**ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO**

## TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, autorizo a inclusão das informações por mim fornecidas junto à pesquisa sobre “ESPAÇO AGRÁRIO E SUAS POSSIBILIDADES EMPREENDEDORAS: O Assentamento Nhundiaquara no Litoral Paranaense”, estando ciente de que os dados serão analisados e publicados e que, de acordo com a legislação específica sobre Ética em pesquisa, deverá ser resguardado o meu anonimato enquanto parte da amostra pesquisada.

Pelo exposto, firmo o presente.

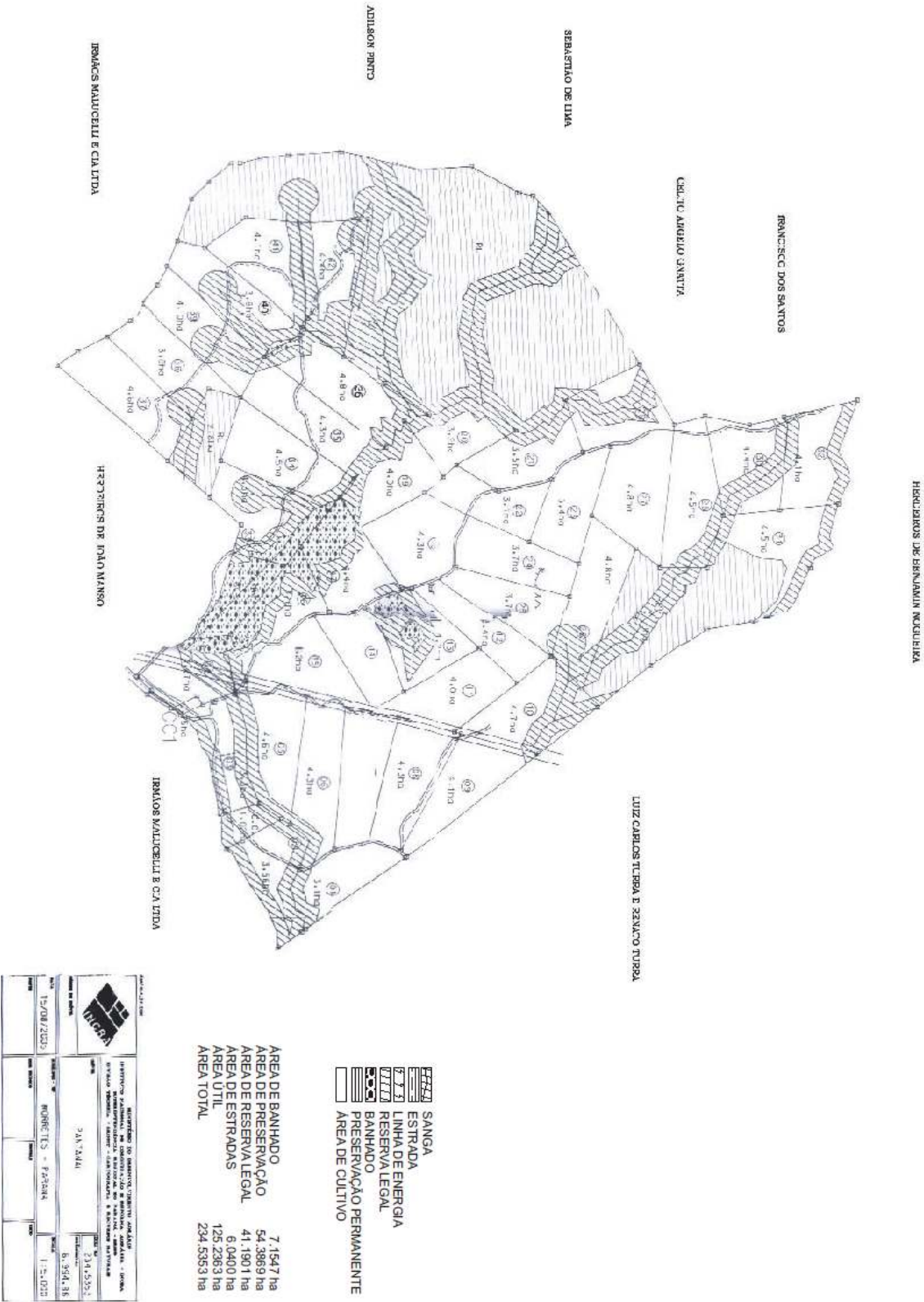
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

\_\_\_\_\_  
RG:

CPF:

Telefone de contato:

ANEXO 2 – MAPA DO ASSENTAMENTO NHUNDIAQUARA – GLEBA PANTANAL



## **ANEXO 3 – ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PROSPERIDADE DA COMUNIDADE PANTANAL NO MUNICÍPIO DE MORRETES – ESTADO DO PARANÁ**

### **CAPÍTULO I** **SEÇÃO I** **DAS PRERROGATIVAS E CONSTITUIÇÃO**

**Art. 1º** - A Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Pantanal, entidade de primeiro grau sem fins lucrativos, com sede e fórum na Comarca de Morretes, constituída para fins de coordenação, proteção, defesa e representação da categoria, assim compreendidos os que exerçam atividades rurais, bem como pequenos proprietários, arrendatários, posseiros, que trabalham em regime de economia familiar.

### **SEÇÃO II** **DAS CONDIÇÕES PARA FUNCIONAMENTO**

**Art. 2º** - São condições para funcionamento desta associação;  
a) consciência dos deveres e direitos;  
b) acatamento das leis deste estatuto;  
c) consciência dos direitos políticos.

### **CAPÍTULO II** **DAS QUESTÕES ADMINISTRATIVAS** **DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 3º** - Esta associação é administrada pela diretoria executiva.

**Art. 4º** - As contas em bancos são em conjunto, sendo a assinatura de cheques pelo Presidente e tesoureiro ou Presidente e Secretário.

**Art. 5º** - Nenhuma iniciativa de decisão terá valor sem assinatura do Presidente.

### **SEÇÃO III** **DOS SERVIÇOS PRESTADOS POR DIRETORES**

**Art. 6º** - Nenhum Diretor pode ser remunerado pela associação, poderá ser pago despesas; através de notas ou recibos à serviços prestados à associação.

### **SEÇÃO IV** **DAS CONTRIBUIÇÕES DOS ASSOCIADOS**

**Art. 7º** - O pagamento das contribuições sociais serão mensais, sendo pagas todos os meses. Valor a ser aprovado em assembléia e lavrado em ata.

**SEÇÃO V**  
**DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 8º** - A fiscalização da associação referente a contabilidade será efetuada pelo conselho fiscal.

**Art. 9º** - Os boletins caixa, as prestações de contas, as previsões orçamentárias e outros documentos inerentes à contabilidade, serão assinados pelo Presidente, Secretário e Tesoureiro com aval do Conselho Fiscal.

**CAPÍTULO III**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS DOS DIREITOS E**  
**DEVERES**

**Art. 10º** - Todo indivíduo que provar enquadramento como produtor rural, poderá ser admitido nesta associação, como sócio autêntico desde que possua idoneidade moral e será conveniente.

**Art. 11º** - Perderão a condição de sócio autêntico, os que deixarem o exercício da categoria, exceto nos casos de aposentadoria ou convocação para o serviço militar.

**SEÇÃO VI**  
**DAS PENALIDADES E FALTA GRAVE**

**Art. 12º** - As penalidades serão determinadas e executadas pela diretoria executiva aos sócios que a praticarem.

**Art. 13º** - Membros da Diretoria Geral só poderão ser punidos pela própria Diretoria. Podendo qualquer das partes recorrer ao Poder Judiciário se julgar conveniente.

**Art. 14º** - Constitui falta grave:

- a) O não cumprimento deste Estatuto;
- b) Desobediência à hierarquia administrativa;
- c) Atraso da contribuição social por 90 (noventa) dias;
- d) O não comparecimento nas Assembléias sem justificação;
- e) Falatórios caluniosos referente à Diretoria;
- f) Traição, infidelidade e desonestidade;
- g) Causar prejuízo financeiro à Associação.



#### **CAPÍTULO IV** **DA COMPETÊNCIA DOS DIRETORES**

**Art. 15º** - Compete ao Presidente:

- a) Convocar e presidir reuniões em assembléias;
- b) Representar em juízo ou fora dele;
- c) Determinar, sancionar ou vetar;
- d) Delegar poderes à Diretores e a sócios;
- e) Administrar e coordenar os trabalhos do Secretário e Tesoureiro.

**Art. 16º** - Compete ao Secretário:

- a) Elaborar os trabalhos burocráticos da Associação;
- b) Guardar o material inerente à secretaria;
- c) Expor o material sempre que for necessário.

**Art. 17º** - Compete ao Tesoureiro:

- a) Elaborar a contabilidade da Associação;
- b) Guardar o material inerente à tesouraria;
- c) Expor sempre que for necessário, assinar cheques em conjunto com o Presidente.

#### **CAPÍTULO V** **DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS, SOBERANIA E QUORUM**

**Art. 18º** - As Assembléias Gerais são soberanas nas deliberações das questões apresentadas pela Diretoria Executiva.

**Art. 19º** - As Assembléias são soberanas nas deliberações de reformulação do Estatuto, destinação do patrimônio, em caso de dissolução ou extinção desta Associação observando as leis vigentes no País.

**Art. 20º** - As Assembléias Gerais são realizadas em primeira convocação com qualquer número de associados presentes, quites com suas contribuições sociais.

**Art. 21º** - As Assembléias Gerais Ordinárias são duas: uma em dezembro para previsão orçamentária e outra em junho para prestação de contas.

**Art. 22º** - As Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, serão convocadas formalmente com 10(dez) dias de antecipação da data da realização, quando não se trata de Assembléia para eleição de renovação de mandato.

**Art. 23º** - As Assembléias por requerimento terão que ser requeridas oficialmente por comissão de 05(cinco) pessoas que estejam em dia com suas contribuições sociais.

**Art. 24º** - As Assembléias por requerimento terão que contar com 50%(cinquenta por cento) + 1(mais um) dos associados em condições de votar e será realizada em primeira convocação com despesas de viabilização pagas pelos requerentes.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS ELEIÇÕES E DAS CHAPAS**  
**SEÇÃO VII**

**Art. 25 °** - As chapas serão montadas com 03(três) quadros de Diretores com respectivos suplentes, Executivos e suplentes, Conselho Fiscal e suplentes.

**Art. 26 °** - As chapas serão o seguinte:

**1 °** quadro: Presidente, Secretário e Tesoureiro;

**2 °** quadro: 1º, 2º e 3º conselho fiscal e 03(três) suplentes.

**Art. 27 °** - A Diretoria desta Associação será eleita e tomará posse conforme ordem e contagem da maioria dos votos e assumirá no mesmo dia.

**DAS ELEIÇÕES**

**Art. 28 °** - O mandato da Diretoria é de 02(dois) anos, podendo ser reeleito por mais um mandato de 02(dois) anos.

**Art. 29 °** - As eleições para renovação de mandato serão convocadas por edital de convocação publicado com 30(trinta) dias de antecedência do término da gestão em exercício.

**Art. 30 °** - O prazo para registro de chapas é de 10(dez) dias a contar da data de publicação do edital de convocação, vencido o prazo o Presidente determinará a lavratura da ata de encerramento de prazo.

**Art. 31 °** - As eleições poderão ser realizadas por assinatura em folha de votação, quando se tratar de chapa única. Se houver mais de uma chapa será por escrutínio secreto.

**Art. 32 °** - A documentação exigida para candidatura será informada em data prévia às eleições pela Diretoria Executiva vigente, o Presidente determinará as questões relativas ao pleito.

**Art. 33 °** - O pedido de registro de chapa será feito oficialmente ao Presidente em exercício, se houver irregularidade, o registro pode ser indeferido.

**Art. 34 °** - Não pode ser eleitor, nem permanecer no exercício de cargos na Diretoria, os que houver lesado o patrimônio da Associação e os que tenham sido punidos.

**Art. 35 °** - Será eleita a chapa que obter 50%(cinquenta por cento) + 1(mais um) dos votos apurados.

**Art. 36 °** - Havendo obstrução total o Presidente constituirá uma junta governativa que convocará novas eleições no prazo de 06(seis) meses.

**Art. 37 °** - Só podem permanecer no recinto de votação os candidatos, os elementos nomeados pelo Presidente em exercício e os eleitores identificados pela lista de votantes.

**Art. 38 °** - Qualquer recurso inerente ao processo eleitoral referente a direitos violados, será dado entrada no poder judiciário por advogado devidamente habilitado no prazo de 10(dez) dias a contar da data das eleições.

**Art. 39 °** - A Diretoria anterior terá um prazo de 30(trinta) dias para acerto de conta com a Diretoria eleita.

## **CAPÍTULO VII** **DA CONCLUSÃO E APROVAÇÃO**

**Art. 40 °** - Os processos judiciais relativos à diretoria e a administração serão pagos pela associação inclusive os honorários de advogados.

**Art. 41 °** - As eventuais omissões deste Estatuto serão dirimidas pela Diretoria ou em Assembléia Geral.

**Art. 42 °** - As questões de empate de votos nas reuniões de diretores serão decididas através de voto minerva do Presidente em exercício.

**Art. 43 °** - A reformulação deste Estatuto não invalida as resoluções e determinações tomadas pela diretoria com base no Estatuto anterior.

**Art. 44 °** - Este Estatuto entrará em vigor a partir da data da aprovação da Assembléia Geral, e pode ser reformulado no todo ou em parte, quando necessário.

**Art. 45 °** - A revisão do aspecto jurídico deste Estatuto pode ser analisado por advogado que assina o mesmo juntamente com a Diretoria Executiva.

Morretes, 14 de dezembro de 2003.

## **ANEXO 4 – PORTARIA CONJUNTA MDA E INCRA**

PORTARIA CONJUNTA MDA INCRA n.º 14, DE 16 DE AGOSTO DE 2002

OS SECRETÁRIOS DE AGRICULTURA FAMILIAR E DE REFORMA AGRÁRIA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, E O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso de suas respectivas atribuições legais,

Considerando a autorização ministerial contida no art. 12, inciso II, da Portaria MDA n.º 154, de 2 de agosto de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 5 dos mesmos mês e ano; e

Considerando os termos da Resolução n.º 3.001, de 24 de julho de 2002, do Conselho Monetário Nacional - CMN, consolidada no Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural - MCR.10, que dispõe sobre alterações no regulamento e nas condições estabelecidas para as operações de crédito de custeio e investimento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, resolvem:

Art. 1º Estabelecer que cabe ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS, ou instituição equivalente, a partir de estudo e proposta da sua Câmara Técnica de Crédito Rural, definir os Projetos de Assentamento do INCRA - ou Projetos Estaduais e Municipais de Assentamento por este reconhecidos -, e as famílias beneficiárias dos Programas Banco da Terra, Cédula da Terra, Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, que devem receber os financiamentos do Grupo "A" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

Art. 2º O CEDRS, ou instituição equivalente, efetivará o que determina o art. 1º, observando os seguintes fatores e critérios:

I - o volume de recursos disponibilizados e informados pela Secretaria da Agricultura Familiar - SAF, e pelo INCRA, é suficiente para atender, no período determinado, a todos os potenciais mutuários dos financiamentos do Grupo "A" do Pronaf que se pretende beneficiar;

II - os beneficiários potenciais atendem as diretrizes nacionais e estaduais da política agrária e de reordenamento fundiário;

III - existe e é conhecido e reconhecido pelos beneficiários o estudo básico de viabilidade agro-edafo-climática;

IV - o serviço de assistência técnica e extensão rural tem capacidade operacional e qualidade suficiente para garantir o desenvolvimento sustentado dos empreendimentos familiares, e a correta aplicação dos financiamentos;

V - os beneficiários potenciais residem e trabalham na propriedade;

VI - a concessão do crédito é oportuna;

VII - os beneficiários têm relação efetiva e positiva com o mercado de insumos, serviços e produtos, e com os que adquirem a produção;

VIII - os beneficiários dos Programas Banco da Terra, Cédula da Terra, Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, com financiamento já contratado para aquisição da terra e da infra-estrutura básica, e devidamente instalados no imóvel financiado, poderão ser definidos como possíveis mutuários do crédito produtivo do Grupo "A" do Pronaf.

§ 1º A Câmara Técnica de Crédito Rural, ou instituição equivalente, deve definir Relação dos Projetos de Assentamento e dos programas de crédito fundiário prioritários para a elaboração dos projetos técnicos de crédito rural com vistas ao

Grupo A do Pronaf, e submetê-la à aprovação do CEDRS, ou de instituição equivalente.

§ 2º Aprovada a Relação, o CEDRS, ou instituição equivalente, deve encaminhá-la à instituição de assistência técnica, autorizando a elaboração dos projetos técnicos de crédito rural, e também ao agente financeiro, autorizando o recebimento, análise e contratação dos projetos técnicos de crédito rural.

§ 3º As informações necessárias à determinação dos Projetos de Assentamento que devem ser priorizados pelos projetos técnicos de crédito rural serão fornecidas pela Superintendência Regional do INCRA ou pelo Órgão Estadual de Terras, nos casos de Projetos Estaduais reconhecidos pelo INCRA.

§ 4º Para os beneficiários dos programas de reordenação fundiária, as informações devem ser fornecidas pela Agência do Banco da Terra e Unidade Técnica Estadual do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural.

Art. 3º O CEDRS ou instituição equivalente, em ação conjunta com o Secretário Executivo Estadual do Pronaf, encaminhará ao Secretário de Agricultura Familiar, mediante ofício, até o dia 10 (dez) de dezembro de cada ano, a demanda qualificada de recursos que serão destinados aos financiamentos do Grupo "A" do Pronaf, com o respectivo cronograma mensal de aplicação para o exercício fiscal seguinte.

§ 1º Demanda qualificada de recursos é aquela em que os potenciais beneficiários dos financiamentos cumprem os critérios estabelecidos no art. 2º, incisos II a VIII.

§ 2º O cronograma de aplicação mensal para o exercício fiscal seguinte deve conter os nomes do Projeto de Assentamento e do município onde está localizado, o número de famílias que serão beneficiadas, e o volume de recursos necessários para satisfazer a demanda qualificada.

Art. 4º A SAF, em conjunto com a SRA e o INCRA, definirá e informará até o dia 5 (cinco) de janeiro de cada ano, às Unidades da Federação, o volume de recursos financeiros destinados aos financiamentos do Grupo "A" do Pronaf para aplicação naquele exercício fiscal, respeitados os limites definidos pelos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional e pelo Orçamento Geral da União.

Art. 5º Na ausência do CEDRS ou de instituição equivalente, e até a sua criação, cabe à Unidade Estadual de Articulação do Grupo "A" do Pronaf - UA, as providências indicadas nesta Portaria.

§ 1º A Unidade Estadual de Articulação do Grupo "A" do Pronaf - UA, será instituída, nos casos em que houver necessidade, por ato normativo do Superintendente Regional do INCRA.

§ 2º A Unidade Estadual de Articulação do Grupo "A" do Pronaf - UA, terá como membros natos o Secretário Executivo Estadual do Pronaf, um representante da Superintendência Regional do INCRA, um representante da Secretaria Estadual que trata das questões agrárias, um representante da instituição estadual oficial de assistência técnica e extensão rural, um representante da Agência do Banco da Terra, um representante da Unidade Técnica Estadual do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, e dois representantes de cada um dos movimentos sociais representativos, em âmbito estadual, dos agricultores assentados.

§ 3º O Superintendente Regional do INCRA, após deliberação com o Secretário Executivo Estadual do Pronaf e com os representantes dos movimentos sociais estaduais dos agricultores, poderá incluir outros membros na UA.

§ 4º O regimento interno, a periodicidade das reuniões, e as demais questões pertinentes serão definidas pelo colegiado da UA.

Art. 6º Para a contratação do crédito do Grupo "A" do Pronaf pelas famílias assentadas em Projetos de Assentamento do INCRA, ou por este reconhecidos, deve ser observado ainda que é de responsabilidade da Superintendência Regional do INCRA:

I - efetivar o enquadramento dos beneficiários dos Projetos de Assentamento priorizados pelo CEDRS, de acordo com o MCR, as disposições legais, e as orientações instituídas pelo INCRA, SAF e SRA;

II - verificar, junto aos agentes financeiros operadores do Programa, a existência de operações anteriores realizadas ao amparo do Procefa ou Pronaf, bem como os respectivos somatórios dos valores contratados, para cada assentado;

III - emitir a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, em conformidade com o que dispõe a Portaria MDA nº 154, de 2 de agosto de 2002, para os beneficiários de assentamentos que tenham sido objeto das seguintes ações:

a) concessão e correta aplicação dos créditos de instalação;

b) demarcação dos lotes;

c) efetiva residência no lote;

d) adequação às normas ambientais.

IV - acompanhar e supervisionar a efetiva aplicação dos créditos e os trabalhos de assistência técnica.

§ 1º O profissional ou instituição de assistência técnica escolhida pelo agricultor assentado para elaborar o projeto de crédito rural do Grupo "A" do Pronaf observará o que determina o Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, e as normas e orientações do Ministério do Desenvolvimento Agrário e/ou de suas Secretarias e autarquia vinculada.

§ 2º Cabe ao agente financeiro operador do Programa:

I - informar à Superintendência Regional do INCRA, sempre que solicitado, o somatório dos valores dos empréstimos contratados no âmbito do Procefa e/ou Pronaf, pelos assentados priorizados no CEDRS para recebimento do financiamento do Grupo "A" do Pronaf;

II - receber as Declarações de Aptidão e os projetos técnicos de crédito rural;

III - cumprir e fazer cumprir as determinações contidas no MCR para a contratação e efetiva aplicação dos financiamentos.

Art. 7º A contratação do crédito pelas famílias beneficiárias dos Programas Banco da Terra, Cédula da Terra, Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural deve observar, no que for cabível, os procedimentos explicitados no art. 6º desta Portaria e também que:

I - o projeto técnico, enquanto parte integrante da Proposta de Financiamento, é o instrumento balizador para o acesso ao crédito;

II - é necessário adequar o projeto técnico às diretrizes da política fundiária constantes do Programa de Reordenação Fundiária, aprovado pelo Conselho Curador do Banco da Terra;

III - a proposta de financiamento deve ser devidamente aprovada quanto aos aspectos técnicos, econômico-financeiros, e ambientais.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO

Secretário de Agricultura Familiar-Substituto

EDSON LUIZ VISMONA

Secretário de Reforma Agrária

SEBASTIÃO AZEVEDO

Presidente do INCRA